

# Relatório de Gerenciamento de Riscos

## Pilar 3

2T18



**BANCO DO BRASIL**



## Sumário

O Banco do Brasil.....	9
1. Introdução .....	10
1.1. Objetivo .....	10
1.2. Principais Indicadores Regulatórios .....	11
2. Gerenciamento de Riscos e de Capital .....	12
2.1. Governança Interna para Riscos e Capital.....	12
2.2. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital.....	12
2.3. Definições Estratégicas.....	15
2.3.1. Riscos Relevantes.....	15
2.3.2. Apetite e Tolerância a Riscos .....	16
2.3.3. Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital .....	17
2.4. Processos de Comunicação e Informação.....	17
2.5. Processos de Gestão dos Riscos.....	18
3. Conglomerado Prudencial.....	20
3.1. Balanços Patrimoniais.....	20
3.2. Composição do Conglomerado Prudencial .....	24
3.3. Composição do Consolidado Divulgado.....	25
4. Capital .....	27
4.1. Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR) .....	27
4.2. Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR).....	31
4.3. Índices de Adequação de Capital.....	32
4.4. Avaliação de Suficiência e Adequação do PR .....	33
4.5. Razão de Alavancagem .....	34
5. Participações Societárias .....	36
5.1. Supervisão das Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB).....	38
6. Gestão de Riscos.....	39
6.1. Risco de Crédito.....	39
6.1.1. Política Específica de Crédito .....	39
6.1.2. Política e Mecanismos de Mitigação do Risco de Crédito .....	39
6.1.3. Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito .....	40
6.1.4. Mensuração do Risco de Crédito.....	40
6.1.5. Instrumentos Mitigadores .....	41
6.1.6. Exposição ao Risco de Crédito.....	42
6.1.7. Exposição ao Risco de Crédito da Contraparte .....	51
6.1.8. Aquisição, Venda ou Transferência de Ativos Financeiros.....	53
6.1.9. Operações com Títulos e Valores Mobiliários Oriundos de Processos de Securitização .....	54
6.2. Risco de Mercado e IRRBB .....	55
6.2.1. Política Específica de Risco de Mercado e IRRBB.....	55
6.2.2. Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Mercado.....	55
6.2.3. Políticas de <i>Hedge</i> .....	56
6.2.4. Derivativos .....	56
6.2.5. Carteira de Negociação .....	58

6.2.6.	Carteira de Não Negociação.....	59
6.2.7.	Mensuração do Risco de Mercado .....	60
6.3.	Risco de Liquidez.....	62
6.3.1.	Política Específica do Risco de Liquidez .....	62
6.3.2.	Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Liquidez .....	62
6.3.3.	Apuração do Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR).....	64
6.3.4.	Sistemas de Mensuração do Risco de Liquidez .....	67
6.4.	Risco Operacional.....	67
6.4.1.	Política Específica do Risco Operacional .....	68
6.4.2.	Processos de Gestão do Risco Operacional .....	68
6.5.	Risco Socioambiental.....	69
6.5.1.	Política Específica de Responsabilidade Socioambiental.....	69
6.5.2.	Estratégias para o Gerenciamento do Risco Socioambiental.....	69
6.6.	Outros Riscos.....	70
6.6.1.	Risco de Estratégia.....	71
6.6.2.	Risco de Reputação .....	71
6.6.3.	Risco de EFPPS.....	72
6.6.4.	Risco Legal.....	72
6.6.5.	Risco de Modelo.....	73
6.6.5.1.	Política Específica do Risco de Modelo.....	73
6.6.5.2.	Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Modelo.....	73
6.6.6.	Risco de Contágio .....	73
6.6.6.1.	Política Específica de Risco de Contágio .....	73
6.6.6.2.	Estratégias para Gerenciamento do Risco de Contágio .....	73
6.6.7.	Risco de Conformidade ( <i>Compliance</i> ).....	74
6.6.7.1.	Política Específica de Controles Internos e Conformidade.....	74
6.6.7.2.	Modelo de Gestão do Risco de Conformidade .....	74
6.6.7.3.	Programa de <i>Compliance</i> .....	74
7.	Programa de Testes de Estresse.....	75

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Balanço Patrimonial Consolidado Divulgado x Balanço Patrimonial Conglomerado Prudencial. ....	21
Tabela 2 - Composição do Conglomerado Prudencial .....	24
Tabela 3 - Composição do Consolidado Divulgado.....	25
Tabela 4 - Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida .....	28
Tabela 5 - Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida autorizados a compor o Patrimônio de Referência.....	28
Tabela 6 - Total de Dívidas Subordinadas .....	29
Tabela 7 - Detalhamento do Patrimônio de Referência.....	30
Tabela 8 - Ajustes Prudenciais.....	31
Tabela 9 - Requerimentos mínimos de capital em relação ao RWA .....	32
Tabela 10 - Patrimônio de Referência Mínimo Requerido.....	32
Tabela 11 - Índice de Basileia e margem de compatibilização do PR.....	33
Tabela 12 - Modelo Comum de Divulgação de Informações sobre a Razão de Alavancagem .....	34
Tabela 13 - Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem.....	35
Tabela 14 - Participações Societárias - Carteira de Não Negociação.....	37
Tabela 15 - Cobertura de Garantias .....	41
Tabela 16 - Valor Mitigado da Exposição Ponderada pelo Respectivo Fator de Risco .....	41
Tabela 17 - Concentração dos Dez e dos Cem Maiores Clientes em Relação ao Total de Operações com Característica de Concessão de Crédito .....	42
Tabela 18 - Exposição Média ao Risco de Crédito.....	43
Tabela 19 - Exposição ao Risco de Crédito PJ por Regiões Geográficas.....	43
Tabela 20 - Exposição ao Risco de Crédito PF por Regiões Geográficas .....	44
Tabela 21 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico .....	45
Tabela 22 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 2T18 .....	45
Tabela 23 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 1T18 .....	46
Tabela 24 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 4T17 .....	46
Tabela 25 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 2T18.....	47
Tabela 26 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 1T17.....	47
Tabela 27 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 4T17.....	47
Tabela 28 - Montante das Operações em Atraso por Regiões Geográficas .....	48
Tabela 29 - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 2T18.....	48
Tabela 30 - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 1T17.....	49
Tabela 31 - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 4T17.....	49
Tabela 32 - Operações Baixadas para Prejuízo por Setor Econômico.....	50
Tabela 33 - Total de PCLD no Trimestre e Variações .....	50
Tabela 34 - Exposição ao Risco de Crédito por FPR .....	51
Tabela 35 - Valor nocional de contratos a serem liquidados em sistemas de liquidação de câmaras de compensação e de liquidação, nos quais a câmara atue como contraparte central.....	51
Tabela 36 - Valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte sem atuação de câmaras de compensação como contraparte central.....	52
Tabela 37 - Valor positivo bruto dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte .....	52
Tabela 38 - Valor das garantias que atendam cumulativamente os requisitos do art.9º, inciso VII, da Circular Bacen nº 3.678/13 .....	52
Tabela 39 - Valor das garantias que atendam cumulativamente os requisitos do art.9º, inciso V e VIII, da Circular Bacen nº 3.678/13 .....	53
Tabela 40 - Operações em Perdas Cedidas com Transferência Substancial dos Riscos e Benefícios .....	53

Tabela 41 - Valor de Operações Cedidas com Coobrigação Registradas em Contas de Compensação .....	53
Tabela 42 - Saldo das Exposições Adquiridas COM Retenção dos Riscos e Benefícios pelo Cedente .....	54
Tabela 43 - Saldo das Exposições Adquiridas SEM Retenção dos Riscos e Benefícios pelo Cedente .....	54
Tabela 44 - Valor das Exposições Decorrentes da Aquisição de FIDC e CRI.....	55
Tabela 45 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 2T18.....	56
Tabela 46 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 1T17.....	57
Tabela 47 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 4T17.....	57
Tabela 48 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 3T17.....	58
Tabela 49 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 2T17.....	58
Tabela 50 - Carteira de Negociação por Fator de Risco de Mercado Relevante, Segmentado entre Posições Compradas e Vendidas .....	59
Tabela 51 - Impacto no Resultado ou na Avaliação do Valor da Instituição em Decorrência de Choques nas Taxas de Juros, Segmentado por Fator de Risco - Metodologia <i>Economic Value of Equity</i> .....	60
Tabela 52 - Cronograma de Implementação do LCR.....	66
Tabela 53 - Informações sobre o Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR) .....	66
Tabela 54 - Acompanhamento das Perdas Operacionais por Categoria de Eventos de Perda .....	69

### Índice de Figuras

Figura 1 - Indicadores de Capital Regulatório .....	11
Figura 2 - Estrutura de governança corporativa .....	12
Figura 3 - Estrutura Organizacional envolvida no gerenciamento de riscos e de capital.....	13
Figura 4 - Processo de gestão de riscos .....	18
Figura 5 - Reserva de Liquidez - Moeda Nacional.....	63
Figura 6 - Reserva de Liquidez - Moeda Estrangeira .....	63
Figura 7 - Indicador DRL .....	64

### Índice de Quadros

Quadro 1 - Principais Finalidades dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração.....	13
Quadro 2- Principais Finalidades dos Comitês envolvidos no gerenciamento de riscos e de capital.....	14
Quadro 3 - Principais Finalidades dos Fóruns envolvidos no gerenciamento de riscos e de capital.....	14
Quadro 4 - Conceito dos Riscos do Conjunto Corporativo de Riscos Relevantes do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil .....	16
Quadro 5 - Critérios e parâmetros para classificação dos estados de capital .....	34

## Glossário de Siglas

ACP	Adicional de Capital Principal
Audit	Auditoria Interna
Bacen	Banco Central do Brasil
CA	Conselho de Administração
CD	Conselho Diretor
CF	Conselho Fiscal
CMN	Conselho Monetário Nacional
Coaud	Comitê de Auditoria
Corem	Comitê de Remuneração e Elegibilidade
Coris	Comitê de Riscos e de Capital
Coger	Diretoria Contadoria
Cegov	Comitê Executivo de Governança de Entidades Ligadas
CEGAPC	Comitê Executivo de Gestão de Ativos, Passivos, Liquidez e Capital
CEGRC	Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos
CSGRC	Comitê Superior de Gestão de Riscos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital
Dicoi	Diretoria de Controles Internos
Dicre	Diretoria de Crédito
Difin	Diretoria Finanças
Dirco	Diretoria de Controladoria
Direo	Diretoria Estratégia e Organização
Diris	Diretoria de Gestão de Riscos
Disin	Diretoria Segurança Institucional
DRL	Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres
ECBB	Estratégia Corporativa Banco do Brasil
ELBB	Entidades Ligadas ao Banco do Brasil
EMLI	Exigência Máxima de Liquidez Intradia
FPR	Fator de Ponderação de Risco
HIBP	Horizonte temporal mínimo de adequação do IBP
HICN1	Horizonte temporal mínimo de adequação do ICN1
HICP	Horizonte temporal mínimo de adequação do ICP
IB	Índice de Basileia
IBP	Índice de Basileia mínimo prudencial (IB mínimo definido gerencialmente)
Icaap	Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital
ICN1	Índice de Capital Nível 1
ICP	Índice de Capital Principal
Icred90	Índice de créditos inadimplidos a partir de 90 dias
IDS	Instrumento de Dívida Subordinada
IHCD	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Iprov	Índice de provisionamento (saldo de PCLD sobre o saldo da carteira)
LCR	Liquidez de Curto Prazo
MCC	Medidas de Contingência de Capital
MCL	Medidas de Contingência de Liquidez
PR	Patrimônio de Referência
PRMR	Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para cobertura dos riscos de Pilar I
Redex	Rede Externa
RL	Reserva de Liquidez
RSPL	Retorno sobre Patrimônio Líquido
RWA	<i>Risk-Weighted Assets</i> (Ativos Ponderados pelo Risco)
RWAACS	Ativos ponderados pelo risco para exposições de risco de mercado de ações
RWACAM	Ativos ponderados pelo risco para exposições de risco de mercado de câmbio
RWACIRB	Ativos ponderados pelo risco para risco de crédito apurado pela abordagem baseada em modelos internos
RWACOM	Ativos ponderados pelo risco para exposições de risco de mercado de <i>commodities</i>
RWACPAD	Ativos ponderados pelo risco para risco de crédito apurado pela abordagem padronizada
RWAJUR	Ativos ponderados pelo risco para exposições de risco de mercado de taxa de juros
RWAMINT	Ativos ponderados pelo risco para risco de mercado apurado por modelos internos
RWAMPAD	Ativos ponderados pelo risco para risco de mercado apurado pela abordagem padronizada
RWAOPAD	Ativos ponderados pelo risco para risco operacional apurado pela abordagem padronizada
Vicri	Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos



## O Banco do Brasil

Com mais de 200 anos de atuação, o Banco do Brasil é uma empresa de economia mista controlada pela União e listada no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão)<sup>1</sup>, segmento que reúne as companhias com as melhores práticas de governança corporativa.

O Banco do Brasil também foi certificado como Destaque em Governança de Estatais, pela B3, programa voltado a estatais abertas ou em processo de abertura de capital, criado com o objetivo de incentivá-las a aprimorar suas práticas e estruturas de governança corporativa.

Em novembro de 2017, o BB foi certificado com o Selo de Governança Nível I, pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O Indicador de Governança SEST (IG-SEST) tem por objetivo acompanhar a qualidade da governança das empresas estatais federais para cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) e seu respectivo Decreto Regulamentador, bem como de diretrizes estabelecidas nas resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR.

Como um dos principais agentes do desenvolvimento econômico e social do País, o BB apoia o agronegócio, a infraestrutura, as empresas e o comércio exterior, atuando de forma inovadora e sustentável, pautado pela ética.

**Nosso Propósito:** *“Cuidar do que é valioso para as pessoas.”*

**Nossa Visão:** *“Ser a empresa que proporciona a melhor experiência para a vida das pessoas e promove o desenvolvimento da sociedade, de forma inovadora, eficiente e sustentável.”*

**Nossos Valores:** *“Ética, Foco no Cliente, Inovação, Eficiência, Confiabilidade, Protagonismo e Espírito público.”*

---

<sup>1</sup> Empresa formada a partir da fusão da BMF&Bovespa com a Cetip.

## 1. Introdução

A gestão de riscos e a gestão de capital constituem-se em instrumentos fundamentais para a sustentabilidade do sistema bancário. Os métodos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos salvaguardam as instituições financeiras em momentos adversos e proporcionam suporte para a geração de resultados positivos e recorrentes ao longo do tempo. O Banco do Brasil (BB) considera fundamental o gerenciamento de riscos e de capital no processo de tomada de decisão, que contribui para a otimização da relação risco *versus* retorno em suas operações.

As mudanças no ambiente financeiro mundial, tais como a integração entre os mercados, o surgimento de novas transações e produtos, o aumento da sofisticação tecnológica e as novas regulamentações tornaram as atividades financeiras e seus riscos cada vez mais complexos.

A participação brasileira no Comitê de Basileia para a Supervisão Bancária (CBSB) estimula a implementação tempestiva de normas prudenciais internacionais no arcabouço regulatório brasileiro.

Adicionalmente, as lições originadas de desastres financeiros reforçam a importância da gestão de riscos e da gestão de capital na indústria bancária.

Esses fatores influenciam os órgãos reguladores e as instituições financeiras para que invistam na gestão dos riscos, visando o fortalecimento de sua saúde financeira.

Alinhado a essa perspectiva, o BB investe no aperfeiçoamento contínuo dos processos e das práticas de gestão de riscos e de gestão de capital, em consonância com os referenciais internacionais de mercado, de regulação e de supervisão.

O BB busca manter-se continuamente alinhado às boas práticas de gestão de riscos com abrangência multidimensional, cujas especificidades estão descritas neste relatório.

### 1.1. Objetivo

O presente relatório tem por objetivo a divulgação de informações referentes à gestão de riscos e à mensuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e do Patrimônio de Referência (PR), em conformidade com a Circular Bacen nº 3.678 de 31.10.2013. Também está alinhado às diretrizes do Pilar 3 de Basileia 2. Este relatório inclui informações sobre estruturas, processos e políticas de gestão de riscos e de gestão de capital do BB.

As informações constantes deste relatório, exceto quando indicado o contrário, consideram o escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Detalhes relacionados ao Conglomerado Prudencial constam do capítulo 3.

### 1.2. Principais Indicadores Regulatórios

A seguir, são apresentados os principais indicadores de riscos e de capital do Conglomerado Prudencial BB, considerando a posição dos últimos 3 trimestres:

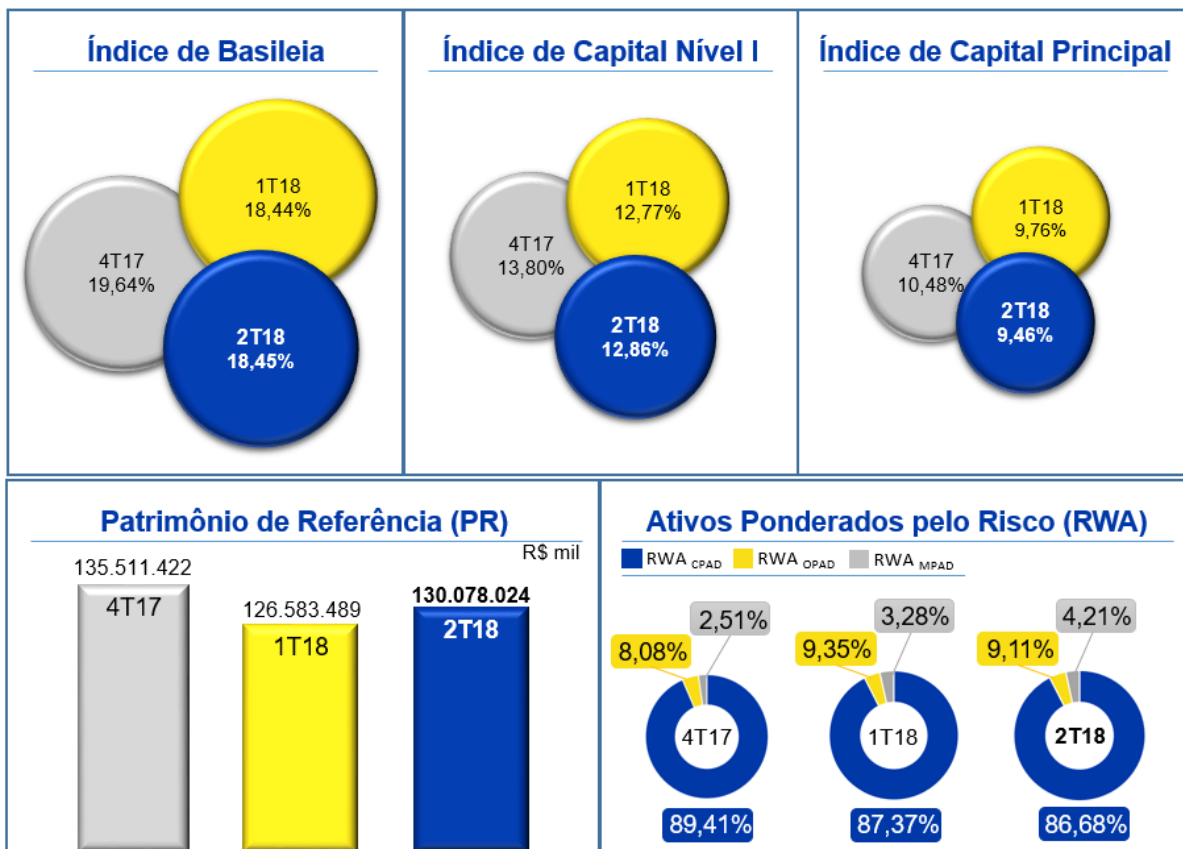


Figura 1 - Indicadores de Capital Regulatório

## 2. Gerenciamento de Riscos e de Capital

### 2.1. Governança Interna para Riscos e Capital

Compõem a estrutura de governança corporativa do BB:

- a Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração (CA), assessorado pelo Comitê de Auditoria (Coaud), pelo Comitê de Remuneração e Elegibilidade (Corem) e pelo Comitê de Riscos e de Capital (Coris);
- a Diretoria Executiva (Direx), composta pelo Conselho Diretor (CD) e pelos Diretores Estatutários;
- o Conselho Fiscal (CF); e
- a Auditoria Interna (Audit).

A figura a seguir representa a atual estrutura de governança corporativa do Banco:

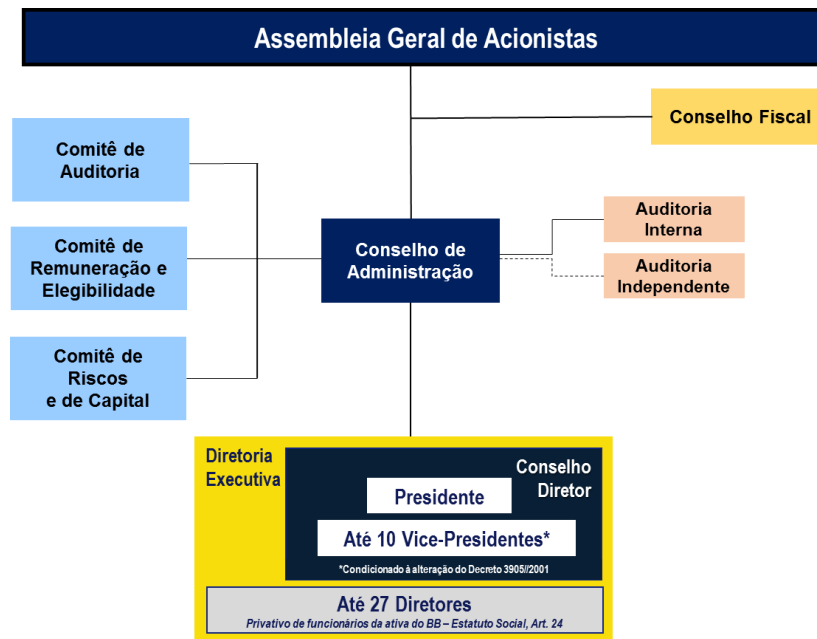


Figura 2 - Estrutura de governança corporativa

As decisões, em qualquer nível da Empresa, são tomadas de forma colegiada, ressalvadas as situações em que a estrutura organizacional mínima não o permita. Com o propósito de envolver todos os executivos na definição de estratégias e na apreciação de propostas para os diferentes negócios do BB, a Administração utiliza comitês de nível estratégico, que garantem agilidade, qualidade e segurança à tomada de decisão.

As decisões são comunicadas às áreas intervenientes por meio de documentos que expressam objetivamente o posicionamento tomado pela Administração, garantindo a sua aplicação em todos os níveis do Banco.

### 2.2. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Conselho de Administração (CA), na forma do disposto no art. 56, §1º, da Resolução CMN 4.557/17, e conforme competências constantes de seu Regimento Interno, é responsável pelas informações referentes à estrutura de gerenciamento de risco e de capital do Banco do Brasil, disponibilizadas neste relatório.

O modelo de governança definido para gerenciamento de riscos e de capital adotado pelo BB envolve estrutura de Comitês Superiores e Executivos, com composição de diversas áreas do Banco, tendo participação dos Vice-Presidentes e de Executivos chave do Banco, conforme o caso, contemplando os seguintes aspectos:

- segregação de funções: negócio x risco;
- estrutura específica de gestão de riscos;
- processo de gestão definido;
- decisões em diversos níveis hierárquicos;
- normas claras e estrutura de alçadas; e
- referência às melhores práticas de gestão.

A figura a seguir representa a estrutura de governança definida para gestão de riscos e de capital do Banco:

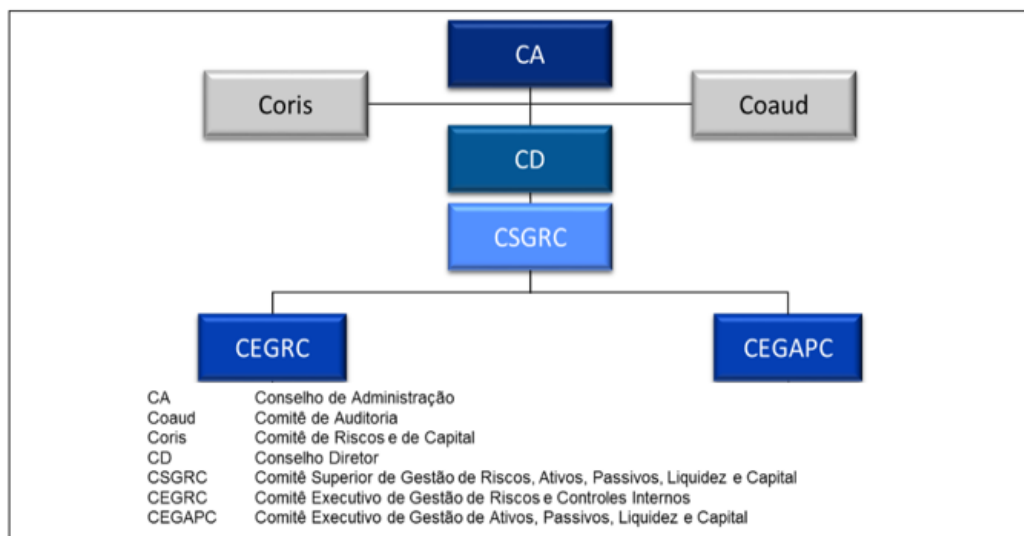


Figura 3 - Estrutura Organizacional envolvida no gerenciamento de riscos e de capital

Os Comitês envolvidos na gestão de riscos e de capital do BB, bem como suas principais finalidades estão descritos no quadro a seguir.

Quadro 1 - Principais Finalidades dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração	Principais Finalidades
Comitê de Auditoria (Coaud)	<ul style="list-style-type: none"> <li>avaliar a efetividade dos sistemas de controle interno;</li> <li>avaliar e monitorar as exposições de risco do Banco do Brasil, na forma da Lei 13.303/16;</li> <li>avaliar os relatórios sobre as atividades desenvolvidas pela área de integridade, de que trata o Decreto 8.945/2016.</li> <li>avaliar os relatórios destinados ao Conselho de Administração que tratam de indícios de ilicitude relacionados às atividades da Instituição, de conformidade e dos sistemas de controle interno</li> <li>avaliar relatórios destinados ao Conselho de Administração que tratem dos sistemas de controle interno.</li> <li>comunicar ao Conselho de Administração e ao Banco Central, as evidências de erro ou fraude representadas por inobservância de normas legais e regulamentares que coloquem em risco a continuidade da instituição.</li> </ul>
Comitê de Riscos e de Capital (Coris)	<ul style="list-style-type: none"> <li>assessorar o Conselho de Administração na gestão de riscos e de capital;</li> <li>supervisionar a observância, pela Diretoria Executiva do Banco, dos termos da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos;</li> <li>supervisionar o cumprimento das políticas relacionadas à gestão de riscos e de capital;</li> <li>avaliar o grau de aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos às políticas relacionadas à gestão de riscos e de capital.</li> </ul>

**Quadro 2 - Principais Finalidades dos Comitês envolvidos no gerenciamento de riscos e de capital**

Comitês Estratégicos	Principais Finalidades
Comitê Superior de Gestão de Riscos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital - CSGRC	<ul style="list-style-type: none"> <li>aprovar estratégias para gestão de riscos;</li> <li>aprovar limites globais de exposição a riscos, exceto limites globais dos riscos de crédito e de mercado;</li> <li>aprovar planos de contingência de riscos;</li> <li>aprovar estratégias para gerenciamento dos ativos, passivos e liquidez e de capital;</li> <li>aprovar diretrizes para atuação da tesouraria, observados os limites globais de riscos</li> <li>manifestar-se sobre a Declaração de Apetite e Tolerância a riscos</li> </ul>
Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos - CEGRC	<ul style="list-style-type: none"> <li>aprovar modelos, metodologias, técnicas, indicadores, métricas, critérios e parâmetros aplicados à gestão de riscos;</li> <li>aprovar limites específicos de exposição a risco com países (LEP);</li> <li>manifestar-se sobre estratégias para gestão de riscos.</li> </ul>
Comitê Executivo de Gestão de Ativos, Passivos, Liquidez e Capital - CEGAPC	<ul style="list-style-type: none"> <li>aprovar diretrizes para a gestão de <i>fundings</i> e exigibilidades, modelos, metodologias, critérios e parâmetros aplicados ao gerenciamento de capital;</li> <li>aprovar os cenários a serem utilizados no processo de gerenciamento de capital;</li> <li>manifestar-se sobre estratégias para gestão de ativos e passivos e liquidez;</li> <li>manifestar-se sobre estratégias para o gerenciamento de capital.</li> </ul>

**Quadro 3 - Principais Finalidades dos Fóruns envolvidos no gerenciamento de riscos e de capital**

Fóruns	Principais Finalidades
Fórum de Capital	<ul style="list-style-type: none"> <li>assessorar o Comitê Executivo de Gestão de Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGAPC) com análises técnicas sobre temas relativos ao processo de gerenciamento de capital, ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e ao Plano de Capital;</li> <li>analisar o comportamento da exigência de capital com base no regime de consolidação estabelecido pelo Banco Central do Brasil (Bacen);</li> <li>analisar os testes de estresse aplicados aos indicadores de capital.</li> </ul>
Fórum de Cenários	<ul style="list-style-type: none"> <li>analisar os cenários corporativos e sua integração com a estratégia, o orçamento e os riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado;</li> <li>promover a unicidade e a sinergia na aplicação dos cenários macroeconômicos, inclusive em relação aos testes de estresse;</li> <li>assessorar o Comitê Executivo de Gestão de Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGAPC) nas deliberações que demandam análise das premissas e variáveis constantes dos cenários macroeconômicos.</li> </ul>
Fórum PCLD	<ul style="list-style-type: none"> <li>identificar incorreções na classificação de risco das operações;</li> <li>propor ações proativas que possam evitar variações indevidas na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e corrigir inconsistências na classificação de risco das operações;</li> <li>identificar origem, evolução e tendência da PCLD e da utilização de provisão (perdas).</li> </ul>
Fórum de Risco de Liquidez	<ul style="list-style-type: none"> <li>promover a avaliação da situação da Liquidez e recomendação de adoção de Medidas Prudenciais de Risco de Liquidez (MPRL), quando necessário.</li> </ul>
Fórum Técnico de Avaliação, Monitoramento e Validação de Modelos Aplicados à Gestão de Riscos (FTMGR)	<ul style="list-style-type: none"> <li>analisar as propostas de definição ou de alteração de modelos, metodologias, técnicas, indicadores, métricas, critérios e parâmetros aplicados à gestão de riscos;</li> <li>assessorar as deliberações do Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos (CEGRC) com relação aos modelos, metodologias, técnicas, indicadores, métricas, critérios e parâmetros aplicados à gestão de riscos;</li> <li>Promover a integração e o alinhamento das ações desenvolvidas pelas áreas integrantes do Fórum, no que se refere aos aspectos técnicos e aos impactos dos modelos analisados.</li> </ul>
Fórum de Controles Internos e Gestão de Riscos nas ELBB e Rede Externa	<ul style="list-style-type: none"> <li>promover discussões sobre modelos e metodologias de controles internos nas Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) e na Rede Externa;</li> <li>promover discussões sobre riscos relevantes identificados e sobre controles internos implementados nas ELBB e na Rede Externa;</li> <li>integrar as ações desenvolvidas pelas áreas de controles internos e de gestão de riscos no que se refere às ELBB e Rede Externa.</li> </ul>

Considerando as exigências associadas à estrutura de gerenciamento de riscos normatizadas na Resolução CMN 4.557, o CA indicou o Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o responsável pelo gerenciamento de risco (CRO – *Chief Risk Officer*) do Conglomerado.

A gestão do capital do Banco do Brasil consiste em processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes da empresa e suportar os requerimentos de capital exigidos pelo regulador, ou aqueles definidos internamente pela Instituição, e considerados no planejamento estratégico e orçamento, com objetivo de otimizar a alocação de capital.

O processo de gerenciamento de riscos e capital é realizado com base nas políticas e estratégias da Alta Administração do Banco e permeia diversas áreas, em diferentes níveis de governança da Instituição, compreendendo o Conselho de Administração (CA) e seu comitês de assessoramento, o Conselho Diretor (CD), Comitês Estratégicos, Diretorias e o Fórum de Capital.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco é composta por Comitês Estratégicos (CSGRC e CEGAPC), pelas Diretorias de Controladoria (Dirco), Gestão de Riscos (Diris), Finanças (Difin) e Contadoria (Coger) e pelo Fórum de Capital. O Conselho de Administração (CA) do BB indicou o Diretor de Controladoria como responsável pela Gestão de Capital junto ao Bacen.

As áreas definidas na estrutura de gerenciamento de capital respondem em conjunto ou individualmente pela:

- a) identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- b) avaliação do capital necessário para suportar os riscos;
- c) projeção dos indicadores de risco e de capital;
- d) apuração do patrimônio de referência (PR);
- e) elaboração do plano de capital e do plano de contingência;
- f) avaliação de fontes de capital e recomposição de capital;
- g) elaboração do plano de recuperação;
- h) Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap);
- i) testes de estresse;
- j) reportes gerenciais; e
- k) Política Específica de Gerenciamento de Capital.

A estrutura de gerenciamento de capital do BB permite o monitoramento e o controle do capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer frente aos riscos a que a Instituição está exposta e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. Com isso, o BB adota postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

A Diretoria de Controles Internos (Dicoi) responde pela avaliação e certificação de controles, validação dos modelos de gestão de riscos, avaliação do sistema de controles internos, a identificação, avaliação e mitigação de Risco Operacional nos processos, produtos e serviços do Banco, bem como pela gestão do Risco de Conformidade. A Auditoria Interna (Audit) efetua avaliações periódicas nos processos de gerenciamento dos riscos com a finalidade de verificar se estão de acordo com as orientações estratégicas, as políticas específicas e as normas internas e regulatórias.

## **2.3. Definições Estratégicas**

### **2.3.1. Riscos Relevantes**

O BB possui processo para identificação dos riscos que devem fazer parte do inventário de riscos e para a definição do conjunto corporativo de riscos relevantes. Este processo tem elevada importância para a gestão de riscos e de capital, bem como para a gestão dos negócios.

O inventário de riscos e o conjunto corporativo de riscos relevantes do BB são revisados anualmente, considerando os riscos incorridos nos diversos segmentos de negócios explorados pelo BB ou por suas subsidiárias que podem afetar o Capital do Conglomerado Prudencial.

A classificação dos riscos relevantes é baseada em critérios quantitativos e qualitativos.

Os riscos relacionados no próximo quadro compõem o conjunto corporativo de riscos relevantes do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil:

**Quadro 4 - Conceito dos Riscos do Conjunto Corporativo de Riscos Relevantes do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil**

Risco	Conceito
Crédito	Possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente de deteriorações na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.
Concentração de Crédito	Possibilidade de perdas de crédito decorrentes de exposições significativas a uma contraparte, a um fator de risco ou a grupos de contrapartes relacionadas por meio de características comuns.
Crédito da Contraparte	Possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos.
Mercado	Possibilidade de ocorrência de perdas financeiras ou econômicas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição.
Taxa de Juros da Carteira Bancária	Possibilidade de perda decorrente das exposições sujeitas à variação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação.
Liquidez	Possibilidade de perda decorrente de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.
Operacional	Possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos. Esta definição inclui a possibilidade de perdas decorrentes do risco legal.
Legal	Possibilidade de perda decorrente da inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.
Socioambiental	Possibilidade de perdas decorrentes da exposição a danos socioambientais gerados pelas atividades do Banco do Brasil.
Estratégia	Possibilidade de perdas decorrentes de mudanças adversas no ambiente de negócios, ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão.
Reputação	Possibilidade de perdas decorrentes da percepção negativa sobre a Instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, órgãos governamentais, comunidade ou supervisores que pode afetar adversamente a sustentabilidade do negócio.
EFPPS	Possibilidade de impacto negativo decorrente do descasamento entre passivos atuariais e ativos das entidades fechadas de previdência complementar e de operadoras de planos privados de saúde a funcionários.
Modelo	Possibilidade de perdas decorrentes do desenvolvimento ou uso inadequados de modelos, em função da imprecisão ou insuficiência de dados ou à formulação incorreta na sua construção.
Contágio	Possibilidade de impacto negativo no capital, na liquidez ou na reputação do Conglomerado Prudencial, decorrente de eventos adversos nas Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) relevantes que não fazem parte do Conglomerado Prudencial.
Conformidade	Possibilidade de perdas financeiras ou de reputação resultantes de falha no cumprimento de leis, regulamentos, normas internas, códigos de conduta e diretrizes estabelecidas para o negócio e atividades da organização.

### 2.3.2. **Apetite e Tolerância a Riscos**

Os indicadores de apetite e tolerância a riscos do Banco do Brasil e respectivos limites consideram, na sua definição, a exposição aos riscos, as estratégias negociais e as projeções de necessidade de capital que subsidiam o Plano de Capital.

A definição do apetite a risco considera a capacidade para assunção de riscos, a tolerância a riscos e o perfil de risco da Instituição.

A Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos abrange os indicadores de adequação de capital: Índice de Capital Principal (ICP), Índice de Capital Nível I (ICN1) e Índice



de Basileia (IB), entre outros, e está disponível para acesso por todas as unidades estratégicas.

### 2.3.3. Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

As políticas específicas voltadas para o Gerenciamento de Riscos e de Capital são aprovadas pelo CA e visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionamentos estratégicos que norteiam as ações de Gerenciamento dos Riscos e do Capital.

Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco e encontram-se disponíveis para consulta de todos os funcionários do Banco. Seu conteúdo passa por revisões, no mínimo, anuais.

As Políticas Específicas de Gerenciamento de Riscos e de Capital do Banco do Brasil estão relacionadas abaixo:

- a) Política Específica de Gerenciamento de Capital;
- b) Política Específica de Crédito;
- c) Política Específica de Riscos de Mercado;
- d) Política Específica de Risco de Liquidez;
- e) Política Específica de Utilização de Instrumentos Financeiros Derivativos;
- f) Política Específica de Risco de Estratégia;
- g) Política Específica de Risco de Reputação;
- h) Política Específica de Risco de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de Operadoras de Planos Privados de Saúdes a funcionários (EFPPS);
- i) Política Específica de Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária;
- j) Política Específica do Risco de Modelo;
- k) Políticas Específicas associadas ao Gerenciamento do Risco Operacional do Banco do Brasil:
  - i. Política Específica de Risco Operacional;
  - ii. Política Específica de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção;
  - iii. Política Específica de Gestão da Continuidade de Negócios;
  - iv. Política Específica de Relacionamento do Banco com Fornecedores;
  - v. Política Específica de Segurança da Informação;
  - vi. Política Específica de Risco Legal;
- l) Política Específica de Responsabilidade Socioambiental;
- m) Política Específica de Divulgação das Informações de Gestão de Riscos e de Capital; e
- n) Política Específica de Risco de Contágio.

### 2.4. Processos de Comunicação e Informação

Os relatórios de gerenciamento de riscos e de capital proporcionam suporte ao processo de tomada de decisões sobre riscos e capital e são apresentados aos:

- a) Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos (CEGRC);
- b) Comitê Executivo de Gestão de Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGAPC);

- c) Comitê Superior de Gestão de Riscos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital(CSGRC);
- d) Conselho Diretor (CD);
- e) Comitê de Riscos e de Capital;
- f) Comitê de Auditoria; e
- g) Conselho de Administração (CA).

Os relatórios são elaborados periodicamente e possuem informações gerenciais (qualitativas e quantitativas), tais como o acompanhamento da exposição aos riscos e do planejamento financeiro; o consumo de limites globais e específicos; ações de mitigação; e projeções de indicadores de capital e da necessidade ou não de recomposição de capital. Dentre os relatórios internos destacam-se:

- a) Painel de Riscos; e
- b) Reporte Gerencial de Adequação de Capital.

As informações destinadas ao público externo são disponibilizadas em local de acesso público e de fácil localização no sítio do Banco na internet. São publicadas informações sobre riscos nos seguintes documentos:

- a) Relatório de Análise de Desempenho;
- b) Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3;
- c) Formulário de Referência;
- d) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; e
- e) Relatório Anual.

## 2.5. Processos de Gestão dos Riscos

O processo de gestão de riscos envolve fluxo contínuo de informações, conforme demonstrado na figura a seguir:

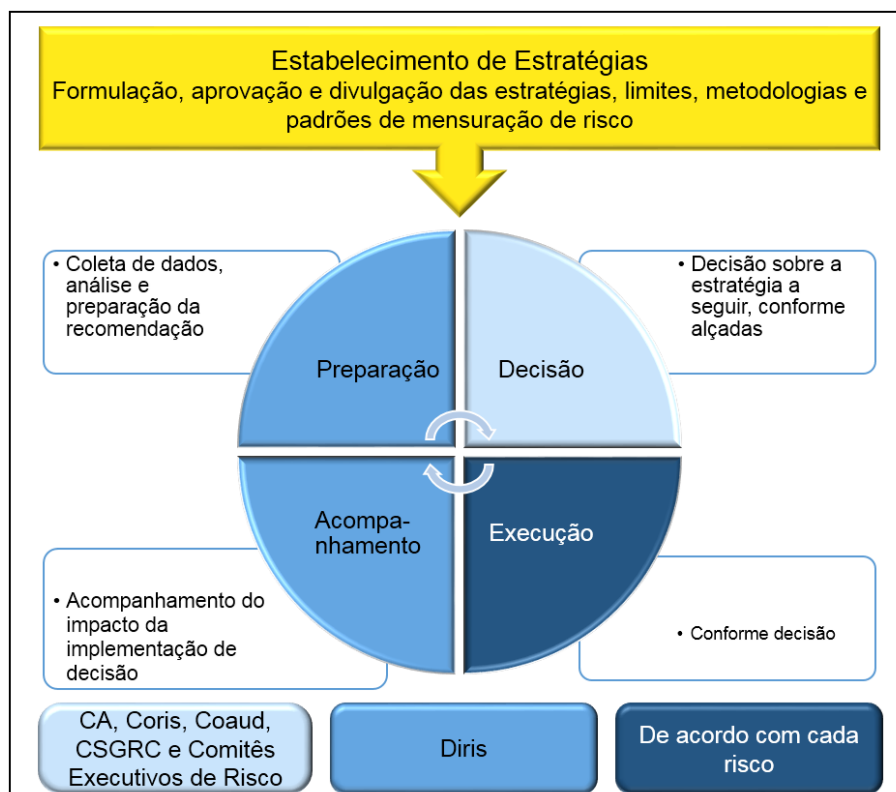


Figura 4 - Processo de gestão de riscos

Ressalte-se que o BB possui ferramenta corporativa de Controle e Avaliação de Riscos de Produtos, Serviços e Canais de Autoatendimento (Carps), a qual é gerida pela Diretoria Estratégia e Organização (Direo), de uso obrigatório pelas unidades estratégicas e rede externa, com exceção das subsidiárias, quando da criação ou revitalização:

- a) de produto ou serviço;
- b) de modalidade de produto ou serviço; e
- c) de canais de autoatendimento.

A utilização da ferramenta objetiva:

- a) fornecer informações aos tomadores de decisão, agregando segurança aos produtos, serviços e canais de autoatendimento a serem lançados no mercado, mediante participação das áreas intervenientes;
- b) identificar e avaliar os diversos tipos de riscos definidos pelo Banco para a criação e revitalização de produto/serviço/canais de autoatendimento;
- c) buscar soluções de controles e conformidade que minimizem os riscos; e
- d) promover a sinergia entre os gestores e intervenientes de produtos/serviços/canais de autoatendimento, de forma a propiciar eficiência operacional.

Na aprovação de novos produtos, adota-se, para a ferramenta corporativa Carps, o princípio de que o gestor deve avaliar os riscos e implementar controles, com o auxílio das áreas envolvidas no processo.

### 3. Conglomerado Prudencial

A Resolução CMN nº 4.192 de 01.03.2013, em seu artigo 3º, inciso II, dispõe que o cálculo do Patrimônio de Referência (PR) deve ser realizado em bases consolidadas para instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

Em 31.10.2013, foi publicada a Resolução CMN nº 4.280, alterada pela Resolução CMN nº 4.517 de 24.08.2016, que dispõe sobre a elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, as quais devem incluir dados relativos às entidades discriminadas a seguir, localizadas no País ou no exterior, sobre as quais a Instituição detenha controle direto ou indireto:

- a) instituições financeiras;
- b) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen;
- c) administradoras de consórcio;
- d) instituições de pagamento;
- e) sociedades que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e
- f) outras pessoas jurídicas sediadas no País que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de “a” a “e”.

Além das entidades elencadas acima, a Resolução CMN nº 4.280/13 determina que devem ser consolidados os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

As participações societárias em que haja controle compartilhado passaram a ser avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial a partir de janeiro de 2017, conforme determina a Resolução CMN nº 4.517/16.

#### 3.1. Balanços Patrimoniais

A tabela a seguir apresenta a composição do Balanço Patrimonial Prudencial em comparação ao Balanço Patrimonial divulgado nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, bem como a referência de seus valores no “Anexo 1 - Composição do Patrimônio de Referência”.

Tabela 1 - Balanço Patrimonial Consolidado Divulgado x Balanço Patrimonial Conglomerado Prudencial.

R\$ mil	Referência no Anexo 1	2T18	
		Conglomerado Prudencial	Consolidado Divulgado
<b>A T I V O</b>			
<b>CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>1.413.305.238</b>	<b>1.418.525.621</b>
<b>Disponibilidades</b>		<b>12.867.353</b>	<b>12.867.715</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>		<b>428.739.723</b>	<b>428.739.723</b>
Aplicações no mercado aberto		392.029.819	392.029.819
Aplicações em depósitos interfinanceiros		36.709.904	36.709.904
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>		<b>151.598.857</b>	<b>156.002.986</b>
Carteira Própria		104.540.843	115.508.234
Instrumentos de captação emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Bacen	(r)	33.894	--
Demais		104.506.949	--
Vinculados a compromissos de recompra		42.272.218	35.708.956
Vinculados à prestação de garantias		3.041.770	3.041.770
Instrumentos financeiros derivativos		1.744.026	1.744.026
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>78.067.249</b>	<b>78.067.249</b>
Pagamentos e recebimentos a liquidar		2.122.964	2.122.964
Créditos vinculados		73.130.872	73.130.872
Depósitos no Banco Central		70.243.570	70.243.570
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		18.453	18.453
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		2.868.849	2.868.849
Repasses interfinanceiros		646.132	646.132
Correspondentes		2.167.281	2.167.281
<b>Relações Interdependências</b>		<b>153.411</b>	<b>153.411</b>
Transferências internas de recursos		153.411	153.411
<b>Operações de Crédito</b>		<b>548.320.679</b>	<b>548.320.679</b>
Setor público		55.896.210	78.373.010
Setor privado		525.788.148	503.311.348
Operações de crédito vinculadas à cessão (Provisão para operações de crédito)		448.852	448.852
		(33.812.531)	(33.812.531)
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>		<b>160.399</b>	<b>275.120</b>
Setor privado		172.177	286.898
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		(11.778)	(11.778)
<b>Outros Créditos</b>		<b>192.455.403</b>	<b>193.126.307</b>
Créditos por avais e fianças honrados		518.383	518.383
Carteira de câmbio		22.850.168	22.850.168
Rendas a receber		3.151.198	2.965.460
Negociação e intermediação de valores		1.247.395	1.247.392
Créditos específicos		381.266	381.266
Diversos		167.471.112	168.344.350
Créditos Tributários		39.761.285	--
Decorrentes de prejuízos fiscais, de base negativa de CSLL e superveniência de depreciação	(g)	2.593.966	--
Decorrentes de diferenças temporárias		37.167.319	--
Que excedam 10% do Capital Principal	(k1)	5.341.885	--
Que excedam 15% do Capital Principal	(m)	4.615.659	--
Créditos tributários de diferenças temporárias não deduzidos do PR	(t)	3.887.514	--
Créditos tributários de diferenças temporárias oriundos de PCLD		23.322.261	--
Ativos Atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	(h1)	7.064.500	--
Demais		120.645.327	--
(Provisão para outros créditos)		(3.164.119)	(3.180.712)
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>942.164</b>	<b>972.432</b>
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		483.864	516.648
(Provisão para desvalorizações)		(141.633)	(146.094)
Despesas antecipadas		599.933	601.878

R\$ mil	Referência no Anexo 1	2T18	
		Conglomerado Prudencial	Consolidado Divulgado
<b>PERMANENTE</b>		<b>35.068.895</b>	<b>31.727.253</b>
<b>Investimentos</b>		<b>21.278.817</b>	<b>18.087.601</b>
Participações em coligadas e controladas		21.065.480	17.874.240
No país		21.036.472	17.845.232
Ágios pagos na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura	(e1)	233.398	--
Participações		20.803.074	--
Participações em seguridade e assemelhadas não consolidadas		11.003.644	--
Que excedam 10% do Capital Principal	(j)	2.500.471	--
Que excedam 15% do Capital Principal	(l1)	4.615.659	--
Que não são deduzidas do PR	(s)	3.887.514	--
Demais Participações		9.799.430	--
Instrumentos de captação emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo			
Bacen deduzidos do PR	(l2)	2.643.404	--
Demais		7.156.026	--
No exterior		29.008	29.008
Ágios pagos na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura	(e2)	3.316	--
Demais		25.692	--
Outros investimentos		232.487	232.511
(Imparidade acumulada)		(19.150)	(19.150)
<b>Imobilizado de Uso</b>		<b>7.253.219</b>	<b>7.345.560</b>
Imóveis de uso		8.196.705	8.201.197
Outras imobilizações de uso		9.624.512	9.796.126
(Depreciação acumulada)		(10.567.998)	(10.651.763)
<b>Imobilizado de Arrendamento <sup>(1)</sup></b>		<b>255.699</b>	<b>--</b>
Bens arrendados		344.902	--
(Depreciação acumulada)		(89.203)	--
<b>Intangível</b>		<b>6.281.160</b>	<b>6.294.092</b>
Ativos intangíveis		14.173.394	14.203.355
Adquiridos a partir de Outubro de 2013	(f1)	9.585.797	--
Adquiridos antes de Outubro de 2013	(f2) (n1)	4.587.597	--
(Amortização acumulada)		(7.892.234)	(7.909.263)
Amortizações de Ativos Intangíveis adquiridos a partir de Outubro de 2013	(f3)	(3.720.969)	--
Amortizações de Ativos Intangíveis adquiridos antes de Outubro de 2013	(f4) (n2)	(4.171.265)	--
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.448.374.133</b>	<b>1.450.252.875</b>

<sup>(1)</sup> No consolidado divulgado as operações de arrendamento mercantil estão apresentadas pelo método financeiro, que consiste na reclassificação do imobilizado de arrendamento para operações de arrendamento mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente.

R\$ mil	Referência no Anexo 1	2T18	
		Conglomerado Prudencial	Consolidado Divulgado
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>1.347.978.403</b>	<b>1.347.180.397</b>
<b>Depósitos</b>		<b>475.543.458</b>	<b>475.538.418</b>
Depósitos à vista		66.785.146	66.780.241
Depósitos de poupança		167.089.234	167.089.234
Depósitos interfinanceiros		30.790.106	30.790.106
Depósitos a prazo		210.710.005	210.709.870
Outros depósitos		168.967	168.967
<b>Captações no Mercado Aberto</b>		<b>430.834.001</b>	<b>424.111.690</b>
Carteira Própria		47.863.200	41.140.889
Carteira de terceiros		382.970.801	382.970.801
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>		<b>131.101.666</b>	<b>134.282.481</b>
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		105.912.894	105.912.894
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		25.062.612	28.243.427
Certificados de operações estruturadas		126.160	126.160
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>2.354.202</b>	<b>2.354.202</b>
<b>Relações Interdependências</b>		<b>3.143.081</b>	<b>3.143.081</b>
Recursos em trânsito de terceiros		3.142.945	3.142.945
Transferências internas de recursos		136	136
<b>Obrigações por Empréstimos</b>		<b>23.386.992</b>	<b>23.386.992</b>
<b>Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais</b>		<b>77.542.939</b>	<b>77.542.939</b>
Tesouro Nacional		158.633	158.633
BNDES		24.320.845	24.320.845
Caixa Econômica Federal		28.102.921	28.102.921
Finame		17.507.627	17.507.627
Outras instituições		7.452.913	7.452.913
<b>Obrigações por Repasses do Exterior</b>		<b>477</b>	<b>477</b>
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>		<b>1.387.583</b>	<b>1.387.583</b>
<b>Outras Obrigações</b>		<b>202.684.003</b>	<b>205.432.533</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2.780.537	2.780.537
Carteira de câmbio		14.026.605	14.026.605
Sociais e estatutárias		1.559.263	2.071.395
Fiscais e previdenciárias		11.411.291	11.911.463
Passivos fiscais diferidos associados a ativos atuariais de fundos de pensão de benefício definido	(h2)	1.247.008	--
Obrigações fiscais diferidas compensadas com créditos tributários de diferenças temporárias	(k2)	1.361.499	--
Demais		8.802.784	--
Negociação e intermediação de valores		1.231.782	1.208.782
Fundos financeiros e de desenvolvimento		15.946.554	15.947.513
Operações especiais		2.216	2.216
Dívidas subordinadas		51.993.147	51.993.147
Autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Res. 4.192/2013 (FCO)		29.336.898	--
Autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Res. 4.192/2013	(q) (v)	22.336.129	--
Demais dívidas subordinadas		320.120	--
Instrumentos híbridos de capital e dívida		4.138.148	4.138.148
Autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Res. 4.192/2013	(o) (u)	3.277.430	--
Outros		860.718	--
Instrumentos de dívida elegíveis a capital		28.678.127	28.678.127
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	(n)	20.724.925	--
Instrumentos elegíveis ao Nível II		7.953.203	--
Instrumentos considerados no PR após a aplicação do redutor	(p)	3.777.477	--
Valor desconsiderado do PR devido a aplicação do redutor		4.175.726	--
Diversas		70.916.333	72.674.600
<b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>		<b>434.648</b>	<b>434.648</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>99.961.083</b>	<b>102.637.831</b>
<b>Capital</b>		<b>67.000.000</b>	<b>67.000.000</b>
De domiciliados no país	(a1)	52.044.238	52.044.238
De domiciliados no exterior		14.955.762	14.955.762
<b>Instrumento Elegível ao Capital Principal</b>		<b>8.100.000</b>	<b>8.100.000</b>
Reservas de Capital	(c1)	14.692	14.692
Reservas de Reavaliação	(c2)	2.336	2.336
Reservas de Lucros	(b1)	39.163.283	39.163.283
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(c3)	(13.128.616)	(13.128.616)
Lucros ou Prejuízos Acumulados		--	--
(Ações em Tesouraria)	(i)	(1.843.213)	(1.843.213)
Participação dos Não Controladores	(d)	652.601	3.329.349
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1.448.374.133</b>	<b>1.450.252.875</b>

### 3.2. Composição do Conglomerado Prudencial

Na tabela a seguir, encontram-se relacionadas as instituições incluídas no escopo de consolidação do Balanço Patrimonial do Conglomerado Prudencial:

Tabela 2 - Composição do Conglomerado Prudencial

R\$ mil	Atividade	2T18		1T18		4T17		3T17		2T17		
		Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	
<b>Instituições Financeiras</b>												
Banco do Brasil S.A. - Agências no País e no Exterior	(1)	Bancária	1.592.046.404	100.016.926	1.537.860.292	97.596.107	1.486.357.847	95.265.169	1.517.191.663	89.707.998	1.570.527.817	87.270.925
Banco do Brasil - AG	(2)	Bancária	77.326.325	903.343	67.905.405	676.084	66.486.047	654.351	65.123.705	775.940	66.990.492	824.910
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	(2)	Arrendamento	11.999.280	4.613.283	14.051.767	4.602.590	16.027.980	4.548.114	20.171.512	4.527.948	19.814.515	4.474.015
BB Securities Asia Pte. Ltd.	(2)	Corretora	32.566	31.195	27.317	25.615	26.983	24.582	23.146	22.154	22.473	21.837
Banco do Brasil Securities LLC.	(2)	Corretora	292.918	288.785	244.290	241.465	241.081	234.536	219.923	213.569	217.807	213.077
BB Securities Ltd.	(2)	Corretora	523.368	241.380	543.858	214.161	561.649	209.091	543.343	193.170	472.402	190.513
BB USA Holding Company, Inc.	(2)	Holding	737	737	653	653	652	652	661	661	693	693
Braslian American Merchant Bank	(2)	Bancária	1.692.786	1.644.416	1.594.360	1.551.066	1.614.969	1.572.586	1.528.322	1.488.652	1.880.531	1.505.833
Banco do Brasil Americas	(2)	Bancária	2.517.271	211.139	2.058.532	182.595	1.933.287	178.284	1.772.462	152.192	1.796.621	157.046
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(2)	Administração de Ativos	7.018	6.978	7.066	7.032	7.130	7.084	7.201	7.145	7.229	7.176
Banco Patagonia S.A.	(2)	Bancária	15.505.080	1.590.603	16.212.625	2.078.106	17.492.254	2.052.804	15.695.931	1.926.342	18.729.549	1.941.962
BB Banco de Investimento S.A.	(2)	Banco de Investimento	7.926.513	3.150.807	8.008.825	3.421.628	8.014.967	3.074.109	7.652.194	3.496.265	7.408.979	3.014.376
BB Gestão de Recursos-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(2)	Administração de Ativos	1.427.124	131.655	918.155	395.560	1.641.668	131.638	1.333.696	394.148	1.295.747	131.633
<b>Administradora de Consórcios</b>												
BB Administradora de Consórcios S.A.	(2)	Consórcio	631.632	226.211	457.379	318.163	617.549	215.401	537.904	301.916	540.320	197.078
<b>Instituições de Pagamento</b>												
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	(2)	Prestação de Serviços	104.397	29.675	90.680	25.223	112.309	19.055	107.464	33.236	103.962	28.905
<b>Sociedades Securitizadoras</b>												
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	(2)	Aquisição de Créditos	1.023.153	952.140	1.202.201	918.971	1.171.050	895.410	1.160.722	1.080.465	1.104.014	1.044.860
BB Asset Management Ireland Limited	(2)	Aquisição de Créditos	3.320	2.511	4.033	2.281	3.591	2.178	2.357	1.782	2.443	1.857
<b>Outras Pessoas Jurídicas</b>												
Fundo Fenix	(3)	Fundo de Investimento	--	--	1.296.843	1.289.213	1.287.756	1.287.507	1.300.658	1.295.880	1.298.056	1.294.113
Fundo Compesa	(3)	Fundo de Investimento	107.793	107.714	111.399	111.332	115.074	115.018	118.782	118.725	122.395	122.337
BB Fund Class A	(3)	Fundo de Investimento	8.731	8.684	10.235	10.178	10.224	10.181	10.584	10.545	9.316	9.284
BB Fund Class D	(3)	Fundo de Investimento	104.248	102.865	92.295	91.837	92.061	91.759	88.738	88.659	91.472	91.347
BB DTVM Ações Saúde Bem Estar	(3)	Fundo de Investimento	8.540	8.534	9.923	9.917	10.559	10.493	--	--	--	--
BB DTVM MM Multiestratégia LP	(3)	Fundo de Investimento	10.078	10.072	10.486	10.465	10.235	10.232	--	--	--	--

(1) Instituição Líder.

(2) Controladas.

(3) São consolidados os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.



### 3.3. Composição do Consolidado Divulgado

A seguir, relaciona-se o conjunto de instituições incluídas no escopo do Consolidado divulgado, segregado por segmentos de negócios.

Tabela 3 - Composição do Consolidado Divulgado

R\$ mil	Atividade	2T18		1T18		4T17		3T17		2T17		
		Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	
<b>Segmento Bancário</b>												
Banco do Brasil S.A. - Agências no País e no Exterior	(1)	Bancária	1.592.046.404	100.016.926	1.537.860.292	97.596.107	1.486.357.847	95.265.169	1.517.191.663	89.707.998	1.570.527.817	87.270.925
Banco do Brasil - AG	(2)	Bancária	77.326.325	903.343	67.905.405	676.084	66.486.047	654.351	65.123.705	775.940	66.990.492	824.910
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	(2)	Arrendamento	11.999.280	4.613.283	14.051.767	4.602.590	16.027.980	4.548.114	20.171.512	4.527.948	19.814.515	4.474.015
BB Securities Asia Pte. Ltd.	(2)	Corretora	32.566	31.195	27.317	25.615	26.983	24.582	23.146	22.154	22.473	21.837
Banco do Brasil Securities LLC.	(2)	Corretora	292.918	288.785	244.290	241.465	241.081	234.536	219.923	213.569	217.807	213.077
BB Securities Ltd.	(2)	Corretora	523.368	241.380	543.858	214.161	561.649	209.091	543.343	193.170	472.402	190.513
BB USA Holding Company, Inc.	(2)	Holding	737	737	653	653	652	652	661	661	693	693
Brasileira American Merchant Bank	(2)	Bancária	1.692.786	1.644.416	1.594.360	1.551.066	1.614.969	1.572.586	1.528.322	1.488.652	1.880.531	1.505.833
Banco do Brasil Americas	(2)	Bancária	2.517.271	211.139	2.058.532	182.595	1.933.287	178.284	1.772.462	152.192	1.796.621	157.046
Banco Patagonia S.A.	(2)	Bancária	15.505.080	1.590.603	16.212.625	2.078.106	17.492.254	2.052.804	15.695.931	1.926.342	18.729.549	1.941.962
<b>Segmento Investimentos</b>												
BB Banco de Investimento S.A.	(2)	Banco de Investimento	7.926.513	3.150.807	8.008.825	3.421.628	8.014.967	3.074.109	7.652.194	3.496.265	7.408.979	3.014.376
<b>Segmento Gestão de Recursos</b>												
BB Gestão de Recursos-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(2)	Administração de Ativos	1.427.124	131.655	918.155	395.560	1.641.668	131.638	1.333.696	394.148	1.295.747	131.633
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(2)	Administração de Ativos	7.018	6.978	7.066	7.032	7.130	7.084	7.201	7.145	7.229	7.176
<b>Segmento Seguros, Previdência e Capitalização</b>												
BB Seguridade Participações S.A.	(2)	Holding	9.492.890	7.957.658	8.507.341	8.495.208	9.519.051	7.597.003	8.604.484	8.588.350	8.956.094	7.382.697
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	(2)	Corretora	2.505.674	47.074	2.343.586	438.444	2.608.678	47.074	2.698.305	456.851	2.805.182	47.069
BB Seguros Participações S.A.	(2)	Holding	6.722.068	6.625.245	6.395.938	6.385.614	6.646.808	6.604.923	6.601.973	6.478.821	6.779.610	6.675.562
<b>Segmento Meios de Pagamento</b>												
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	(2)	Prestação de Serviços	104.397	29.675	90.680	25.223	112.309	19.055	107.464	33.236	103.962	28.905
BB Elo Cartões Participações S.A.	(2)	Holding	6.668.204	6.604.525	6.469.420	6.430.784	6.920.825	6.290.007	6.773.019	6.659.135	6.618.929	6.517.470
<b>Outros Segmentos</b>												
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	(2)	Aquisição de Créditos	1.023.153	952.140	1.202.201	918.971	1.171.050	895.410	1.160.722	1.080.465	1.104.014	1.044.860
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	(2)	Aquisição de Créditos	1.888	1.526	3.995	469	4.072	6	3.962	2.314	2.974	1.649
BB Administradora de Consórcios S.A.	(2)	Consórcio	631.632	226.211	457.379	318.163	617.549	215.401	537.904	301.916	540.320	197.078
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	(2) (3)	Turismo	44.628	31.350	47.591	32.358	42.174	(10.139)	39.175	(7.776)	39.515	(5.149)
BB Asset Management Ireland Limited	(2)	Aquisição de Créditos	3.320	2.511	4.033	2.281	3.591	2.178	2.357	1.782	2.443	1.857
BB Tecnologia e Serviços	(2)	Informática	478.246	266.865	473.182	265.500	477.324	263.826	470.312	257.465	491.374	251.380

(1) Instituição Líder.

(2) Controladas.

(3) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a Maio/2018.

Além das entidades listadas, as demonstrações contábeis divulgadas contemplam também as operações das Entidades de Propósito Específico - *Dollar Diversified Payment Rights Finance Company* e *Loans Finance Company Limited* e dos fundos de investimentos financeiros dos quais as empresas do Conglomerado são principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, BB DTVM Ações Saúde e Bem Estar Distribuição Fundo de Investimento em Cotas de FI, BB DTVM Multimercado Multiestratégia LP Distribuição Fundo de Investimento em Cotas de FI, BB Fund Class A e BB Fund Class D).

## 4. Capital

### 4.1. Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR)

#### Nível I

##### Capital Principal

O Capital Principal do Banco do Brasil é composto pelo Patrimônio Líquido (PL) e contas de Resultado, sendo deduzidos os Ajustes Prudenciais.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD) no valor de R\$ 8.100.000 mil foi autorizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial (EP).

##### Ajustes Prudenciais

Os Ajustes Prudenciais são deduções do Capital Principal de elementos patrimoniais que podem comprometer sua qualidade em decorrência de sua baixa liquidez, difícil avaliação ou dependência de lucro futuro para serem realizados.

A partir de janeiro/2018, o percentual de dedução dos ajustes prudenciais abaixo relacionados passou a ser de 100%:

- a) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- b) ativos intangíveis;
- c) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- d) participação de não controladores;
- e) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- f) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- g) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação; e
- h) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, as deduções referentes aos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras já vinham sendo deduzidas na sua integralidade, desde outubro/2013.

##### Capital Complementar

Os IHCD que atendam aos requisitos definidos pela Resolução CMN n.º 4.192/13 podem compor o Capital Complementar, desde que autorizados pelo Bacen.

Tabela 4 - Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

R\$ mil	Valor emitido <sup>(1)</sup>	Remuneração a.a.	Data Captação	2T18	1T18	4T17	3T17	2T17
				Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
<b>Bônus Perpétuos</b>	USD 1.498.500	8,50%	10/2009	3.517.742	5.154.648	5.029.841	4.917.521	5.028.660
	USD 1.398.727	9,25%	01 e 03/2012	5.196.821	4.925.047	4.794.672	4.694.661	4.792.762
	USD 1.988.000	6,25%	01/2013	7.727.122	6.761.642	6.620.538	6.443.788	6.622.635
	USD 2.169.700	9,00%	06/2014	8.367.290	7.374.145	7.176.685	7.026.715	7.163.500
<b>Total</b>				<b>24.808.975</b>	<b>24.215.482</b>	<b>23.621.736</b>	<b>23.082.685</b>	<b>23.607.557</b>

(1) Refere-se, nas captações em dólar, ao valor *outstanding*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

Tabela 5 - Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida autorizados a compor o Patrimônio de Referência

R\$ mil	Valor emitido <sup>(1)</sup>	Valor autorizado a compor o PR	Remuneração a.a.	Data Captação	2T18	1T18	4T17	3T17	2T17
					Valor reconhecido no PR	Valor reconhecido no PR	Valor reconhecido no PR	Valor reconhecido no PR	Valor reconhecido no PR
<b>Bônus Perpétuos</b>	USD 1.498.500	1.450.000	8,50%	10/2009	3.277.430	2.825.230	4.796.600	4.593.600	4.796.890
	USD 1.398.727	1.375.000	9,25%	01 e 03/2012	4.916.145	4.237.845	4.548.500	4.356.000	4.548.775
	USD 1.988.000	1.950.000	6,25%	01/2013	7.518.810	6.481.410	6.450.600	6.177.600	6.450.990
	USD 2.169.700	2.150.000	9,00%	06/2014	8.289.970	7.146.170	7.112.200	6.811.200	7.112.630
<b>Total</b>					<b>24.002.355</b>	<b>20.690.655</b>	<b>22.907.900</b>	<b>21.938.400</b>	<b>22.909.285</b>

(1) Refere-se, nas captações em dólar, ao valor *outstanding*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

Do montante de R\$ 24.808.975 mil de Instrumentos Híbridos (Bônus Perpétuos), R\$ 24.002.355 mil compõem o PR em 30.06.2018, sendo R\$ 20.724.925 mil em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13.

O montante de R\$ 3.277.430 mil, que compõe o PR em 30.06.2018, não se adequa aos requisitos exigidos na Resolução CMN nº 4.192/13, de forma que obedece ao determinado no art. 28 dessa Resolução.

Para maiores informações a respeito da composição do Capital Complementar (IHCD), consultar o "Anexo 2 – Instrumentos Integrantes do Patrimônio de Referência".

## Nível 2

Os Instrumentos de Dívidas Subordinadas (IDS) que atendam aos requisitos exigidos pela Resolução CMN nº 4.192/13 podem compor o Nível 2, desde que autorizados pelo Banco Central do Brasil.

Tabela 6 - Total de Dívidas Subordinadas

R\$ mil	Valor emitido	Data Captação	Vencimento	Valor no PR em 31.12.2012	Valor de 31.12.2012 com Limitador (1)	2T18		1T18		4T17		3T17		2T17			
						Valor Contábil	Valor Corrente e com Redutor	Valor Contábil	Valor Corrente e com Redutor	Valor Contábil	Valor Corrente e com Redutor	Valor Contábil	Valor Corrente e com Redutor	Valor Contábil	Valor Corrente e com Redutor		
<b>Instrumentos Emitidos Conforme Normas anteriores à Resolução 4.192/2013</b>																	
<b>Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste</b>						<b>29.336.898</b>	<b>29.336.898</b>	<b>28.611.897</b>	<b>28.611.897</b>	<b>27.870.141</b>	<b>27.870.141</b>	<b>27.149.284</b>	<b>27.149.284</b>	<b>26.591.388</b>	<b>26.591.388</b>		
<b>CDBs Subordinados Emitidos no País</b>						<b>1.615.432</b>	<b>646.174</b>	--	--	--	--	--	--	--	--		
R\$	900.000	2009	2014	268.989	107.596	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--		
R\$	1.335.000	2009	2015	800.309	320.124	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--		
R\$	1.000.000	2009	2015	546.134	218.454	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--		
<b>Letras Financeiras Subordinadas</b>						<b>8.181.144</b>	<b>3.272.457</b>	<b>11.231.424</b>	<b>59.400</b>	<b>15.093.414</b>	<b>199.860</b>	<b>18.019.482</b>	<b>1.876.357</b>	<b>19.046.750</b>	<b>1.840.171</b>	<b>18.608.673</b>	<b>2.123.783</b>
R\$	1.000.000	2010	2016	798.803	319.521	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
R\$	700.000	2011	2017	1.933.246	773.298	--	--	--	--	--	--	1.393.059	--	1.358.765	--	--	
R\$	4.844.900	2012	2018	5.065.127	2.026.051	1.814.472	--	5.836.796	--	8.923.941	--	8.733.417	--	8.548.842	328.741	--	
R\$	215.000	2012	2019	225.565	90.226	423.075	--	415.820	83.164	408.542	81.708	400.610	80.122	390.660	78.132	--	
R\$	150.500	2012	2020	158.403	63.361	296.998	59.400	291.739	116.696	286.248	114.499	280.580	112.232	274.146	109.658	--	
R\$	4.680.900	2013	2019	--	--	8.696.879	--	8.549.059	--	8.400.751	1.680.150	8.239.084	1.647.817	8.036.260	1.607.252	--	
<b>Dívidas Subordinadas no Exterior</b>						<b>6.001.027</b>	<b>2.400.410</b>	<b>11.424.825</b>	<b>6.732.227</b>	<b>9.708.419</b>	<b>5.803.354</b>	<b>9.792.202</b>	<b>7.681.176</b>	<b>9.244.131</b>	<b>7.356.096</b>	<b>9.790.136</b>	<b>7.681.640</b>
USD	300.000	2004	2014	117.476	46.990	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
USD	660.000	2010	2021	1.327.885	531.154	2.599.543	1.002.508	2.213.511	864.188	2.226.676	1.290.120	2.105.940	1.235.520	2.229.771	1.290.198	--	--
USD	1.500.000	2011	2022	3.043.921	1.217.568	5.889.964	3.447.085	5.002.271	2.971.476	5.049.420	3.943.136	4.764.110	3.776.256	5.045.245	3.943.374	--	--
USD	750.000	2012	2023	1.511.745	604.698	2.935.318	2.282.634	2.492.637	1.967.690	2.516.106	2.447.920	2.374.081	2.344.320	2.515.120	2.448.068	--	--
<b>Instrumentos Emitidos Conforme Resolução 4.192/2013</b>																	
<b>Letras Financeiras Subordinadas</b>						--	--	<b>7.953.202</b>	<b>3.777.477</b>	<b>3.453.885</b>	<b>2.155.867</b>	<b>3.385.316</b>	<b>2.111.100</b>	<b>3.312.827</b>	<b>2.076.403</b>	<b>3.231.232</b>	<b>2.485.017</b>
R\$	540.623	2014	2020	--	--	878.754	297.331	265.165	106.466	261.465	104.586	256.344	102.537	249.921	99.968	--	--
R\$	3.868.384	2014	2021	--	--	6.375.403	3.060.719	2.507.870	1.504.721	2.462.830	1.477.697	2.413.767	1.459.693	2.352.260	1.881.808	--	--
R\$	400.000	2014	2022	--	--	699.045	419.427	680.850	544.680	661.021	528.817	642.716	514.173	629.051	503.241	--	--
<b>Total das Dívidas Subordinadas</b>						<b>15.797.603</b>	<b>6.319.041</b>	<b>59.946.349</b>	<b>39.906.002</b>	<b>56.867.615</b>	<b>36.770.978</b>	<b>59.067.141</b>	<b>39.538.774</b>	<b>58.752.992</b>	<b>38.421.954</b>	<b>58.221.429</b>	<b>38.881.828</b>
Dívidas Subordinadas emitidas até 31.12.2012 de acordo com a Res. 3.444/2007, após aplicação do redutor (valor corrente)									6.791.627		6.003.214		9.557.533		9.196.267		9.805.423
Dívidas Subordinadas emitidas após 31.12.2012 de acordo com a Res. 4.192/2013, com redutor (Basileia III) - valor utilizado no PR									<b>3.777.477</b>		<b>2.155.867</b>		<b>2.111.100</b>		<b>2.076.403</b>		<b>2.485.017</b>

(1) Valor de dívidas subordinadas emitidas antes de 31.12.2012 utilizadas no cálculo do nível II do PR.

Do montante de R\$ 59.946.349 mil de dívidas subordinadas, o valor de R\$ 39.433.416 mil compõe o PR em 30.06.2018 e foi apurado conforme descrito abaixo:

1 - o montante de R\$ 29.336.898 mil refere-se aos recursos do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO) e não sofre decaimento, compondo integralmente o PR;

2 - o valor de R\$ 3.777.477 mil refere-se às letras financeiras subordinadas emitidas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/13, compondo integralmente o PR (esse valor já considera o redutor por prazo de vencimento conforme artigo 27 dessa Resolução);

3 - De acordo com o artigo 29 da Resolução CMN n.º 4.192/13, para as demais dívidas subordinadas, autorizadas segundo normas anteriores a essa Resolução, será considerado o menor valor entre:

- o valor corrente das dívidas subordinadas aplicando os redutores, totalizando R\$ 6.791.627 mil em 30.06.2018;
- o valor que compunha o PR em 31.12.2012 (R\$ 15.797.603 mil), aplicando-se os limitadores do artigo 28, ou seja, 10% ao ano, de 2013 a 2022, resultando em R\$ 6.319.041 mil (valor utilizado no PR) em 30.06.2018.

Para maiores informações a respeito da composição do Nível 2 (Dívidas Subordinadas), consultar o “Anexo 2 – Instrumentos Integrantes do Patrimônio de Referência”.

**Tabela 7 - Detalhamento do Patrimônio de Referência**

R\$ mil	2T18 - Efeitos da Resolução CMN 4.680/2018 <sup>(1)</sup>	2T18	1T18	4T17	3T17	2T17
<b>PR – Patrimônio de Referência</b>	<b>131.596.808</b>	<b>130.078.024</b>	<b>126.583.489</b>	<b>135.511.422</b>	<b>129.152.387</b>	<b>127.047.617</b>
<b>Nível I</b>	<b>92.197.286</b>	<b>90.678.502</b>	<b>87.686.996</b>	<b>95.227.960</b>	<b>89.648.072</b>	<b>87.643.046</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>68.194.931</b>	<b>66.676.147</b>	<b>66.996.341</b>	<b>72.320.060</b>	<b>67.709.672</b>	<b>64.733.761</b>
Patrimônio Líquido	91.861.083	91.861.083	90.269.190	88.067.958	82.575.294	80.199.982
Instrumento Elegível a Capital Principal	8.100.000	8.100.000	8.100.000	8.100.000	8.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(31.766.152)	(33.284.936)	(31.372.849)	(23.847.898)	(22.965.622)	(23.566.221)
<b>Capital Complementar</b>	<b>24.002.355</b>	<b>24.002.355</b>	<b>20.690.655</b>	<b>22.907.900</b>	<b>21.938.400</b>	<b>22.909.285</b>
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	20.724.925	20.724.925	17.865.425	18.111.300	17.344.800	18.112.395
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 <sup>(2)</sup>	3.277.430	3.277.430	2.825.230	4.796.600	4.593.600	4.796.890
<b>Nível II</b>	<b>39.399.522</b>	<b>39.399.522</b>	<b>38.896.493</b>	<b>40.283.462</b>	<b>39.504.315</b>	<b>39.404.571</b>
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	39.433.416	39.433.416	38.930.840	40.327.803	39.523.718	39.425.703
Dívidas Subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	3.777.477	3.777.477	4.315.729	4.558.860	4.475.632	4.935.513
Dívidas Subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	35.655.939	35.655.939	34.615.111	35.768.943	35.048.086	34.490.190
Recursos captados do FCO <sup>(3)</sup>	29.336.898	29.336.898	28.611.897	27.870.141	27.149.284	26.591.388
Recursos captados com Letras Financeiras e CDB <sup>(4)</sup>	6.319.041	6.319.041	6.003.214	7.898.802	7.898.802	7.898.802
Dedução do Nível II	(33.894)	(33.894)	(34.347)	(44.341)	(19.403)	(21.132)
Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira	(33.894)	(33.894)	(34.347)	(44.341)	(19.403)	(21.132)

(1) Cálculo efetuado de acordo com a Resolução CMN n.º 4.680/2018, com vigência a partir de 31.07.2018, caso a Resolução fosse adotada para o período de 30.06.2018.

(2) Em 30.06.2018, o Banco do Brasil considerou a totalidade dos instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013, baseado na orientação do Banco Central do Brasil, relacionado ao limite estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(3) De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.

(4) Em 30.06.2018, considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o limitador de 40%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Tabela 8 - Ajustes Prudenciais

R\$ mil	2T18	1T18	4T17	3T17	2T17
Investimentos superiores e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%) <sup>(1) (2)</sup>	(11.874.722)	(11.604.575)	(9.230.578)	(9.376.228)	(9.148.813)
Ativos intangíveis <sup>(1) (3)</sup>	(6.281.160)	(6.625.806)	(5.158.510)	(4.831.321)	(5.104.774)
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados <sup>(1)</sup>	(5.817.492)	(4.329.460)	(3.293.873)	(97.055)	(94.681)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%) <sup>(1)</sup>	(3.980.386)	(3.163.386)	(2.663.196)	(4.105.578)	(4.852.491)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido <sup>(1)</sup>	(2.518.703)	(1.572.287)	(790.986)	(1.129.204)	(1.159.676)
Investimentos Superiores (excesso dos 10%) <sup>(1)</sup>	(2.500.471)	(2.868.334)	(1.717.569)	(2.229.443)	(1.757.550)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura <sup>(1) (4)</sup>	(236.713)	(273.572)	(247.965)	(487.064)	(726.506)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação <sup>(1)</sup>	(75.263)	(82.820)	(71.438)	(77.453)	(84.327)
Participação de não controladores <sup>(1) (5)</sup>	(26)	(852.609)	(673.783)	(632.276)	(637.403)
<b>Total</b>	<b>(33.284.936)</b>	<b>(31.372.849)</b>	<b>(23.847.898)</b>	<b>(22.965.622)</b>	<b>(23.566.221)</b>

(1) Ajustes Prudenciais sujeitos ao faseamento, conforme art. 11 da Resolução CMN n.º 4.192/13.

(2) Em 30.06.2018, com relação ao investimento em Instituições Financeiras (Banco Votorantim e Banco CBSS), R\$ 2.643.404 mil foram deduzidos integralmente do Patrimônio de Referência e R\$ 2.226.393 mil foram ponderados em 250% no RWA.

(3) A partir de 01.01.2018, os ativos intangíveis constituídos antes de 01.10.2013, não amortizados integralmente até 31.12.2017, passaram a compor os ajustes prudenciais, de acordo com o § 1º, art. 5 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Em 30.06.2018, os ágios que compuseram os ajustes prudenciais se referiam a investimentos.

(5) Em 30.06.2018, a dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do § 1º, art. 9 da Resolução CMN n.º 4.192/2013. Nos períodos anteriores, aplicava-se a faculdade do § 4º, art. 9 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Para mais informações quanto à composição do Patrimônio de Referência (PR), consultar o “Anexo 1 – Composição do Patrimônio de Referência”.

#### 4.2. Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR)

O PRMR é o patrimônio exigido (volume de capital necessário) das instituições e dos conglomerados autorizados a funcionar pelo Bacen, para fazer face aos riscos a que estão expostos, em função das atividades por eles desenvolvidas, e é definido pela Resolução CMN n.º 4.193/13.

O PRMR corresponde à aplicação do fator “F” ao montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), sendo:

- 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018; e
- 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

Na apuração do montante de ativos ponderados pelo risco (RWA), considera-se a soma das seguintes parcelas:

- RWA<sub>CPAD</sub>, relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;
- RWA<sub>MPAD</sub>, relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada; e
- RWA<sub>OPAD</sub>, relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.

O escopo de consolidação, utilizado como base para a verificação dos limites operacionais, considera o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n.º 4.280/13.

Os limites mínimos de PR, Capital Principal e Capital Nível I, em linha com o cronograma de implantação dos novos requerimentos de capital, são os seguintes:

Tabela 9 - Requerimentos mínimos de capital em relação ao RWA

Indicador	out/13	jan/14	jan/15	jan/16	jan/17	jan/18	jan/19
a) Capital Principal mínimo	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
<b>b) Adicional de Capital Principal (b.1 + b.2 + b.3)</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,625%</b>	<b>1,50%</b>	<b>2,375%</b>	<b>3,5%</b>
b.1) ACP Conservação	0%	0%	0%	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
b.2) ACP Contracíclico (limite superior) <sup>1</sup>	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0,0%
b.3) ACP Sistemico (limite superior) <sup>2</sup>	0%	0%	0%	0%	0,25%	0,5%	1,0%
<b>c) Requisito A + B</b>	<b>4,5%</b>	<b>4,5%</b>	<b>4,5%</b>	<b>5,1%</b>	<b>6,0%</b>	<b>6,875%</b>	<b>8,00%</b>
d) Capital Nível I mínimo	5,5%	5,5%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
<b>e) Requisito D + B</b>	<b>5,5%</b>	<b>5,5%</b>	<b>6%</b>	<b>6,63%</b>	<b>7,50%</b>	<b>8,375%</b>	<b>9,5%</b>
f) PR mínimo	11,0%	11,0%	11,0%	9,875%	9,25%	8,625%	8,0%
<b>g) Requisito F + B</b>	<b>11,0%</b>	<b>11,0%</b>	<b>11,0%</b>	<b>10,5%</b>	<b>10,75%</b>	<b>11,00%</b>	<b>11,5%</b>

(1) ACP Contracíclico igual a 0% em 2018, conforme Comunicado Bacen 31.752/18.

(2) Limite aplicável à categoria intermediária, dada a relação Exposição/PIB dos bancos brasileiros, conforme Circular Bacen nº 3.768/15.

Tabela 10 - Patrimônio de Referência Mínimo Requerido

R\$ mil	2T18	1T18	4T17	3T17	2T17
<b>RWA<sub>CPAD</sub></b>	<b>611.008.193</b>	<b>599.855.725</b>	<b>616.822.462</b>	<b>602.898.952</b>	<b>633.781.384</b>
Exposições sujeitas ao FPR de 2%	30.992	8.107	21.462	47.234	50.567
Exposições sujeitas ao FPR de 20%	2.958.307	3.172.465	3.118.227	2.756.504	2.835.250
Exposições sujeitas ao FPR de 35%	14.487.100	14.106.804	13.785.226	13.503.965	13.340.421
Exposições sujeitas ao FPR de 50%	15.757.378	15.644.827	15.836.091	16.901.985	16.345.807
Exposições sujeitas ao FPR de 75%	182.841.943	182.804.876	185.469.644	191.772.181	194.997.681
Exposições sujeitas ao FPR de 85%	117.700.714	124.232.697	125.863.191	126.869.757	137.035.719
Exposições sujeitas ao FPR de 100%	249.266.799	231.961.999	240.360.242	220.455.343	234.195.590
Exposições sujeitas ao FPR de 250%	25.003.551	25.123.624	27.120.018	25.391.122	24.275.157
Exposições sujeitas ao FPR de 300%	-	-	646.819	904.992	933.002
Exposições sujeitas ao FPR de 1.250%	1.121.567	1.494.090	3.867.790	3.923.577	9.327.613
Ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	1.839.840	1.306.234	733.753	372.292	444.578
<b>RWA<sub>OPAD</sub></b>	<b>64.186.019</b>	<b>64.186.019</b>	<b>55.737.907</b>	<b>55.737.907</b>	<b>54.986.312</b>
Administração de Ativos	2.138.602	2.138.602	1.770.032	1.770.032	1.660.609
Comercial	28.001.084	28.001.084	26.093.286	26.093.286	26.434.128
Corretagem de Varejo	50.296	50.296	50.455	50.455	54.338
Finanças Corporativas	(429.679)	(429.679)	(490.918)	(490.918)	256.083
Negociação e Vendas	12.794.892	12.794.892	8.199.599	8.199.599	6.703.383
Pagamentos e Liquidações	4.092.007	4.092.007	3.446.440	3.446.440	3.499.197
Serviços de Agente Financeiro	1.845.078	1.845.078	1.748.668	1.748.668	1.799.753
Varejo	15.693.738	15.693.738	14.920.344	14.920.344	14.578.819
<b>RWA<sub>MPAD</sub></b>	<b>29.686.179</b>	<b>22.526.950</b>	<b>17.296.387</b>	<b>15.831.399</b>	<b>16.644.771</b>
Taxa de juros prefixadas denominadas em real - RWA <sub>JUR</sub> [1]	3.753.296	2.858.575	3.909.434	2.450.272	2.844.123
Taxa dos cupons de moedas estrangeiras - RWA <sub>JUR</sub> [2]	4.350.149	4.185.293	2.426.530	2.500.091	1.422.021
Taxa dos cupons de índices de preços - RWA <sub>JUR</sub> [3]	919.712	414.357	919.462	356.660	261.160
Taxa dos cupons de taxas de juros - RWA <sub>JUR</sub> [4]	-	-	-	-	-
Preço de ações - RWA <sub>ACS</sub>	-	1.999	-	40.720	8.613
Preço de commodities - RWA <sub>COM</sub>	4.602	1.945	267	660	3.669
Moeda estrangeira - RWA <sub>CAM</sub>	20.658.420	15.064.781	10.040.694	10.482.995	12.105.186
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)<sup>(1)</sup></b>	<b>704.880.390</b>	<b>686.568.693</b>	<b>689.856.756</b>	<b>674.468.258</b>	<b>705.412.467</b>
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR)<sup>(2)</sup></b>	<b>60.795.934</b>	<b>59.216.550</b>	<b>63.811.750</b>	<b>62.388.314</b>	<b>65.250.653</b>

(1) Conforme Resolução CMN nº 4.193/2013, a partir de 01.01.2015 o cálculo do RWA aplica-se às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

(2) Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875% do RWA, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018; e, 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

### 4.3. Índices de Adequação de Capital

Os índices de capital foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e 4.193/13, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco, respectivamente.

A tabela seguinte demonstra a evolução do Índice de Basileia (IB), do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível 1 (ICN1), da parcela R<sub>BAN</sub>, da margem de compatibilização do PR e do Adicional de Capital Principal (ACP).



Tabela 11 - Índice de Basileia e margem de compatibilização do PR

	2T18 - Efeitos da Resolução CMN					
	4.680/2018 <sup>(6)</sup>	2T18	1T18	4T17	3T17	2T17
<b>Patrimônio de Referência (PR) (R\$ mil)<sup>(1)</sup></b>	<b>131.596.808</b>	<b>130.078.024</b>	<b>126.583.489</b>	<b>135.511.422</b>	<b>129.152.387</b>	<b>127.047.617</b>
Nível I (R\$ mil)	92.197.286	90.678.502	87.686.996	95.227.960	89.648.072	87.643.046
Capital Principal (R\$ mil)	68.194.931	66.676.147	66.996.341	72.320.060	67.709.672	64.733.761
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) (R\$ mil)<sup>(3)</sup></b>	<b>709.322.835</b>	<b>704.880.390</b>	<b>686.568.693</b>	<b>689.856.756</b>	<b>674.584.579</b>	<b>705.412.467</b>
<b>Adicional de Capital Principal (ACP) (R\$ mil)<sup>(4)</sup></b>	<b>16.846.417</b>	<b>16.740.909</b>	<b>16.306.006</b>	<b>10.347.851</b>	<b>10.118.769</b>	<b>10.581.187</b>
ACP Conservação	13.299.803	13.216.507	12.873.163	8.623.209	8.432.307	8.817.656
ACP Contracíclico	0	0	0	0	0	0
ACP Sistemico	3.546.614	3.524.402	3.432.843	1.724.642	1.686.461	1.763.531
<b>Índice de Basileia (IB)</b>	<b>18,55%</b>	<b>18,45%</b>	<b>18,44%</b>	<b>19,64%</b>	<b>19,15%</b>	<b>18,01%</b>
Índice de Capital Nível 1 (ICN1)	13,00%	12,86%	12,77%	13,80%	13,29%	12,42%
Índice de Capital Principal (ICP)	9,61%	9,46%	9,76%	10,48%	10,04%	9,18%
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) (R\$ mil)<sup>(2)</sup></b>	<b>61.179.095</b>	<b>60.795.934</b>	<b>59.216.550</b>	<b>63.811.750</b>	<b>62.399.074</b>	<b>65.250.653</b>
<b>Risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (R<sub>BAN</sub>) (R\$ mil)</b>	<b>9.769.021</b>	<b>9.769.021</b>	<b>8.787.441</b>	<b>7.052.687</b>	<b>7.188.077</b>	<b>5.997.610</b>
<b>Margem de compatibilização do PR (PR - PRMR - R<sub>BAN</sub>) (R\$ mil)<sup>(5)</sup></b>	<b>60.648.692</b>	<b>59.513.069</b>	<b>58.579.498</b>	<b>64.646.985</b>	<b>59.565.236</b>	<b>55.799.353</b>

(1) Conforme Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875% do RWA, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018; e, 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

(3) Conforme Resolução CMN n.º 4.193/2013, a partir de 01.01.2015 o cálculo do RWA aplica-se às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

(4) Conforme Resolução CMN n.º 4.193/2013, a partir de 31.03.2016 entrou em vigor o Adicional de Capital Principal.

(5) Conforme Instruções de Preenchimento do DLO - Conta 953 - Fonte: www.bcb.gov.br

(6) Cálculo efetuado de acordo com a Resolução CMN n.º 4.680/2018, com vigência a partir de 31.07.2018

#### 4.4. Avaliação de Suficiência e Adequação do PR

O Banco do Brasil elabora e revisa anualmente o seu Plano de Capital, que abrange horizonte temporal mínimo de 36 meses. O Plano é vinculado às orientações negociais e econômicas contidas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil (ECBB), com objetivo de assegurar que o capital seja suficiente para amparar, além dos riscos relevantes, o crescimento dos negócios, de modo a garantir os índices de solvência da Instituição, considerando inclusive cenários de estresse. É aprovado pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração do BB.

O Plano de Capital abrange as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial do Banco do Brasil, localizadas no País e no exterior.

Para subsidiar a elaboração do Plano são realizadas projeções, tanto do PR quanto do RWA, referenciadas em aspectos regulatórios, documentos estratégicos, dinâmica dos negócios e informações técnicas discutidas no âmbito do Fórum de Capital.

Além disso, são realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, referenciados em cenários macroeconômicos e idiossincráticos, severos e pautados por premissas plausíveis, que subsidiam a elaboração do Plano de Contingência de Capital (PCC).

O Plano de Contingência de Capital tem por objetivo assegurar o enquadramento do Banco aos níveis de capital regulatórios e àqueles definidos pela alta Administração, caso as fontes de capital definidas no Plano de Capital mostrem-se insuficientes ou inviáveis, ou ainda na ocorrência de acontecimentos não previstos.

O acompanhamento da execução do Plano de Capital é realizado mensalmente pelo Fórum de Capital e reportado periodicamente à Alta Administração. Neste acompanhamento, são avaliadas as projeções e as necessidades de realinhamento de estratégia, levando em consideração os valores realizados, os testes de estresse, as eventuais alterações regulatórias e as expectativas dos negócios.

Nesse contexto, o BB avalia as projeções com base nos limites de cada indicador e no prazo para eventual descumprimento, conforme quadro a seguir:

Quadro 5 - Critérios e parâmetros para classificação dos estados de capital

Indicadores de Capital	Prazo de Descumprimento (meses)					
	0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	a partir de 31
ICP	CRÍTICO			ALERTA		VIGILÂNCIA
ICNI	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	
IB	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		

Observa-se, de acordo com o quadro acima, que, quando as projeções indicarem potencial extrapolação futura de índice de capital, a empresa terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

Os estados de capital são acompanhados e reportados mensalmente nas reuniões do Fórum de Capital e, na ocorrência do Estado Crítico de Capital, este deve ser reportado aos Comitês Estratégicos vinculados à estrutura de gestão de capital (CEGAPC e CSGRC), contendo, quando necessárias, sugestões de medidas de contingência de capital a serem adotadas.

Por fim, para o processo de gerenciamento de capital, o Banco utiliza indicador denominado Retorno Ajustado ao Risco (RAR), que visa garantir sustentabilidade do crescimento do BB no longo prazo e melhorar a alocação de capital, priorizando o crescimento de negócios que gerem lucros de forma consistente com o consumo de capital.

#### 4.5. Razão de Alavancagem

A Razão de Alavancagem, instituída por meio da Circular Bacen nº 3.748/15, tem como objetivo evitar a alavancagem excessiva das instituições financeiras e o consequente aumento do risco sistêmico, com impactos indesejáveis na economia. A seguir, são apresentados o Modelo Comum de divulgação de informações sobre a Razão de Alavancagem e o Resumo Comparativo entre as Demonstrações Financeiras publicadas e a Razão de Alavancagem.

Tabela 12 - Modelo Comum de Divulgação de Informações sobre a Razão de Alavancagem

R\$ mil	2T18
<b>Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)</b>	
Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	1.068.892.428
Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(34.646.409)
<b>Total das exposições contabilizadas no BP</b>	<b>1.034.246.019</b>
<b>Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	
Valor de reposição em operações com derivativos	1.680.317
Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	2.413.607
Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	--
Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	--
Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em função de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pelo sistema de liquidação	--
Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	--
Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	--
<b>Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>4.093.925</b>
<b>Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)</b>	
Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	8.683.320
Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	--
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	1.798.812
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	74.990.991
<b>Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (soma das linhas 12 a 15)</b>	<b>85.473.123</b>
<b>Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)</b>	
Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	133.272.453
Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	(99.700.029)
<b>Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial</b>	<b>33.572.424</b>
<b>Capital e Exposição Total</b>	
Nível I	<b>90.678.502</b>
Exposição Total	<b>1.157.385.491</b>
<b>Razão de Alavancagem (RA)</b>	
Razão de Alavancagem de Basileia III	<b>7,83%</b>

**Tabela 13** - Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem

R\$ mil	2T18
Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	1.448.374.133
Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	0
Ajuste relativo aos ativos cedidos ou transferidos com transferência substancial dos riscos e benefícios e reconhecidos contabilmente	(2.791)
Ajuste relativo aos valores de referência ajustados e aos ganhos potenciais futuros em operações com instrumentos financeiros derivativos	2.349.899
Ajuste relativo a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	(306.556.696)
Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial	33.572.424
Outros ajustes	(20.351.477)
<b>Exposição Total</b>	<b>1.157.385.492</b>

## 5. Participações Societárias

O Banco do Brasil S.A. possui amplo e diversificado conjunto de negócios, produtos, serviços, atividades e clientes. Pela natureza organizacional, por opção estratégica ou em virtude de exigências legais e regulatórias, a operacionalização de seus negócios e processos está distribuída entre o Banco Múltiplo<sup>3</sup> e suas ELBB<sup>4</sup>, localizadas no país e no exterior, sob variadas formas organizacionais e jurídicas.

A seguir, detalha-se o conjunto de participações societárias não classificadas na Carteira de Negociação, segregado por segmentos de negócios:

---

<sup>3</sup> Refere-se ao Banco do Brasil S.A. (BB).

<sup>4</sup> O conjunto de ELBB é composto de empresas controladas, coligadas, patrocinadas, administradas e fundação.

Tabela 14 - Participações Societárias - Carteira de Não Negociação

R\$ mil	2T18			1T18			4T17			3T17			2T17			
	% de Partic.	Valor Contábil das Participações	Valor do Requerimento de Capital <sup>(1)</sup>	% de Partic.	Valor Contábil das Participações	Valor do Requerimento de Capital <sup>(1)</sup>	% de Partic.	Valor Contábil das Participações	Valor do Requerimento de Capital <sup>(1)</sup>	% de Partic.	Valor Contábil das Participações	Valor do Requerimento de Capital <sup>(1)</sup>	% de Partic.	Valor Contábil das Participações	Valor do Requerimento de Capital <sup>(1)</sup>	
<b>Segmento Bancário</b>																
Banco Votorantim S.A.	(2) (3)	50,00%	4.674.172	460.781	50,00%	4.536.792	453.996	50,00%	4.433.632	510.056	50,00%	4.388.391	484.424	50,00%	4.253.916	464.639
Banco CBSS S.A.	(3)	49,99%	195.625	19.285	49,99%	190.705	19.084	49,99%	185.959	21.393	49,99%	204.095	22.530	49,99%	205.380	22.433
<b>Segmento Investimentos</b>																
Kepler Weber S.A.	(3)	17,45%	71.697	5.948	17,45%	74.041	6.151	17,45%	75.988	6.776	17,45%	79.351	7.087	17,45%	79.996	7.147
Neoenegria S.A.	(3)	9,35%	1.693.484	146.063	9,35%	1.665.906	143.684	9,35%	1.570.055	145.230	9,35%	1.317.687	121.886	11,99%	1.155.058	106.843
<b>Segmento Seguros, Previdência e Capitalização</b>																
BB Seguridade Participações S.A.	(4)	66,36%	5.281.088	402.307	66,36%	5.637.863	421.370	66,36%	5.042.021	520.244	66,36%	5.699.481	539.100	66,36%	4.899.350	477.402
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE	(5)	12,09%	2.479	189	12,09%	2.219	166	12,09%	2.410	249	12,09%	2.220	210	12,09%	2.583	252
<b>Segmento Meios de Pagamento</b>																
Tecnologia Bancária S.A. - Tecban	(5) (6)	12,52%	52.488	4.527	12,52%	53.806	4.641	12,52%	58.603	5.421	12,52%	57.303	5.301	12,52%	55.593	5.142
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS - Aleio	(3)	49,99%	600.774	45.766	49,99%	704.660	52.666	49,99%	658.765	67.973	49,99%	664.804	62.925	49,99%	627.201	61.116
Cielo S.A.	(3)	28,67%	3.310.073	252.158	28,67%	3.196.169	238.880	28,68%	3.264.585	336.845	28,68%	3.015.179	285.393	28,69%	2.981.622	290.535
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	(3)	50,07%	1.809.158	137.820	50,07%	1.790.613	133.829	50,07%	1.772.246	182.863	50,07%	1.747.140	165.371	50,08%	1.735.363	169.097
<b>Outros Segmentos</b>																
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	(4)	100,00%	1.526	132	100,00%	469	40	100,00%	6	1	100,00%	2.314	214	100,00%	1.649	153
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	(4)	100,00%	31.332	2.702	100,00%	32.340	2.789	100,00%	--	--	100,00%	--	--	100,00%	(5.149)	(476)
BB Tecnologia e Serviços	(4)	99,99%	261.616	22.564	99,99%	259.081	22.346	99,99%	256.237	23.702	99,99%	257.439	23.813	99,99%	251.355	23.250
Cadam S.A.	(5)	21,64%	16.308	1.058	21,64%	15.743	1.009	21,64%	15.308	1.042	21,64%	15.483	1.059	21,60%	16.569	1.159
Cia Hidromineral Piratuba	(5)	14,13%	2.821	243	14,13%	2.837	245	14,13%	2.721	252	14,13%	2.710	251	14,13%	2.720	252
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	(5)	11,11%	3.649	125	11,11%	3.629	313	11,11%	3.702	342	11,11%	4.716	436	11,11%	4.717	436
Elo Holding Financeira S.A.	(3)	49,99%	72	5	49,99%	74	5	49,99%	74	8	49,99%	72	7	49,99%	81	8
Provisão para Investimentos	(7)		(8.965)		(8.965)		(10.985)		(10.985)		(8.965)		(8.965)		(8.965)	

(1) Valor referente ao requerimento mínimo de capital para as participações societárias registradas no ativo permanente e incluídas no cálculo dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito (RWACPAD), nos termos da Circular Bacen nº 3.644/2013.

(2) Em 30.06.2018, com relação ao investimento em Instituições Financeiras (BV e Banco CBSS), R\$ 2.643.404 mil foram deduzidos integralmente do Patrimônio de Referência e R\$ 2.226.393 mil foram ponderados em 250% no RWA.

(3) Controlada em conjunto, avaliada pelo Método de Equivalência Patrimonial.

(4) Controladas, avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial.

(5) Coligadas, avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial.

(6) Empresas não enquadradas como "Instituições de Pagamento".

(7) Perdas não realizadas, mas reconhecidas, referente às empresas Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE, Cadam S.A., Kepler Weber S.A. e Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP, cujo valor é computado na apuração do Capital Principal.

### 5.1. Supervisão das Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB)

A regulação vigente impõe a necessidade de a estrutura integrada de gerenciamento de riscos do Conglomerado Prudencial identificar e acompanhar os riscos associados às demais entidades controladas por seus integrantes ou das quais estes participem.

Além da questão regulatória e considerando o relacionamento cada vez mais próximo das áreas de gestão de riscos e de estratégia, o Banco tem instituído processo que visa supervisionar a gestão de riscos realizada por suas entidades ligadas, conforme as atividades ou segmentos de negócio, emitindo orientações para propiciar alinhamento com as práticas adotadas pela Instituição e contribuir para o atingimento de melhores resultados.

As avaliações são realizadas em ciclos anuais por meio de informações e evidências fornecidas pelas entidades ligadas selecionadas para compor o escopo do processo de supervisão, conforme critérios preestabelecidos pelas áreas responsáveis pelo processo de supervisão (Diris, Dicoi e Disin), sendo analisados aspectos, de Gestão de Riscos, Controles Internos e Segurança Institucional, de acordo com a forma de tratamento definida para avaliação de cada ELBB.

Ao término do processo de supervisão são elaborados relatórios e sinopses, contendo *Rating* que visa demonstrar a aderência das entidades ligadas em relação às melhores referências em gestão de riscos. Os relatórios e sinopses são encaminhados às ELBB e aos seus conselheiros indicados pelo Banco, para apreciação das orientações emitidas e adoção das providências necessárias para aprimoramento do processo de gestão de riscos realizado pelas ELBB.

Os resultados das avaliações são reportados, de forma consolidada, ao Comitê Executivo de Governança de Entidades Ligadas (Cegov), Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos (CEGRC), Comitê Superior de Gestão de Riscos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CSGRC), Conselho Diretor (CD), Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e Conselho de Administração (CA) do Banco do Brasil.

## **6. Gestão de Riscos**

### **6.1. Risco de Crédito**

#### **6.1.1. Política Específica de Crédito**

A Política Específica de Crédito do Banco do Brasil contém orientações de caráter estratégico que norteiam as ações de gerenciamento do crédito e do risco de crédito no Conglomerado Prudencial. É aprovada pelo CA e revisada anualmente, aplicando-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e encontra-se disponível para todos os funcionários. Espera-se que as empresas controladas, coligadas e participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

A Política Específica de Crédito orienta sobre o processo de crédito, compreendendo a abrangência, a assunção de risco de crédito, a cobrança e recuperação de Crédito e gerenciamento do risco de crédito. Contém conjunto abrangente de enunciados, os quais englobam todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito no Banco do Brasil. A seguir, estão relacionados tópicos importantes abordados na Política Específica de Crédito do Banco do Brasil:

- a) condições para assunção de risco;
- b) segregação de funções;
- c) orientações para cobrança e recuperação de crédito;
- d) decisões colegiadas;
- e) apetite ao risco;
- f) risco de crédito de contraparte (RCC);
- g) concentração;
- h) níveis de provisão e de capital;
- i) testes de estresse;
- j) classificação de clientes; e
- k) planejamento de capital.

#### **6.1.2. Política e Mecanismos de Mitigação do Risco de Crédito**

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco adota, como regra geral, a vinculação de mecanismo que proporcione cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela Alta Administração, o Banco tem a prerrogativa de transferir ou compartilhar o risco de crédito.

A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está declarada na Política Específica de Crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente, abordando, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

### 6.1.3. Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito

Alinhado aos objetivos do gerenciamento do risco de crédito, o CA aprova a Política Específica de Crédito e a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos do BB, que contemplam direcionadores para o risco de crédito.

A partir dos direcionadores aprovados pelo CA, são definidas as estratégias de gerenciamento do risco de crédito, descritas abaixo, que têm o objetivo de orientar as ações em nível operacional:

- a) aprovação de modelos para gestão do risco de crédito;
- b) definição de metas de adimplência, recuperação, perda máxima e qualidade da carteira de crédito;
- c) estabelecimento de limites de risco, de concentração e de exposição, inclusive com países estrangeiros; e
- d) manutenção de níveis adequados de provisionamento e de capital.

### 6.1.4. Mensuração do Risco de Crédito

A mensuração do risco de crédito é realizada por meio de diversos índices: de inadimplência, de qualidade da carteira, de provisão para devedores duvidosos, de concentração, de exigência de capital, entre outros, que refletem o perfil de risco do Banco do Brasil.

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e a complexidade dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que a mensuração do risco de crédito no Banco do Brasil seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos suficientes para efetuar a mensuração do risco de crédito de forma abrangente.

#### 6.1.4.1. Exigência de Capital Regulatório para Risco de Crédito

O Banco mensura a exigência de capital regulatório para cobertura do risco de crédito por meio da Abordagem Padronizada, cujos procedimentos para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referentes às exposições ao risco de crédito foram divulgados pelo Bacen por meio da Circular nº 3.644/13.

Esses procedimentos foram implementados em sistema proprietário que efetua a mensuração do capital exigido, permitindo a avaliação tempestiva da solvência do Banco, conforme as normas do Regulador. O Banco utiliza informações do Capital Regulatório para avaliar a eficiência da alocação de capital e para o planejamento de capital.

#### 6.1.4.2. Risco de Concentração de Crédito

O Banco possui sistemática de gerenciamento do risco de concentração da carteira de crédito. Além do acompanhamento dos indicadores de níveis de concentração de diferentes segmentos da carteira, apurados com base no Índice de *Herfindahl-Hirshman*, é avaliado o impacto da concentração na alocação de capital para risco de crédito.



### 6.1.5. Instrumentos Mitigadores

Para a vinculação de garantias em operação de crédito, é dada preferência às garantias que ofereçam autoliquidez à operação.

O valor máximo considerado para efeito de comprometimento da garantia é o obtido pela aplicação de determinado percentual sobre o valor do referido bem ou direito. Abaixo, são apresentados os percentuais utilizados:

**Tabela 15 - Cobertura de Garantias**

Ativo	% de cobertura
<b>Direitos creditórios</b>	
- Recibo de depósito bancário	100%
- Certificado de depósito bancário <sup>(1)</sup>	100%
- Poupança	100%
- Fundo de investimento de renda fixa	100%
<i>PledgeAgreement – cash collateral</i> <sup>(2)</sup>	100%
- Carta de crédito <i>standby</i>	100%
- Outros direitos creditórios	80%
<b>Fundos de aval</b>	
- Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)	100%
- Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe)	100%
- Fundo de Garantia de Operações (FGO)	100%
- Fundo Garantidor para Investimento (FGI)	100%
- Outros	100%
Fiança ou aval <sup>(3)</sup>	100%
Seguro de crédito	100%
<i>PledgeAgreement – securities</i> <sup>(4)</sup>	77%
Fundos <i>offshore</i> - BB Fund <sup>(5)</sup>	77%
Semoventes bovinos <sup>(6)</sup>	70%
Demais garantias <sup>(7)</sup>	50%

(1) Exceto os que possuam contrato de swap.

(2) Mesma moeda da operação.

(3) Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.

(4) Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.

(5) Exclusivo ou varejo.

(6) Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).

(7) Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios, representadas por aplicações financeiras, devem estar internalizadas no Banco e bloqueadas pela Instituição, devendo este bloqueio permanecer até a liquidação da operação.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

Considerando os instrumentos mitigadores de risco de crédito definidos pela Circular Bacen nº 3.809/16, a tabela a seguir apresenta o valor total mitigado em termos de ativos ponderados pelo risco, segmentado por tipo e FPR do mitigador.

**Tabela 16 - Valor Mitigado da Exposição Ponderada pelo Respetivo Fator de Risco**

R\$ mil		2T18	1T18	4T17	3T17	2T17
<b>Total<sup>(1)</sup></b>	<b>FPR do Mitigador</b>	<b>50.723.510</b>	<b>46.514.335</b>	<b>46.219.018</b>	<b>43.765.391</b>	<b>44.399.775</b>
Garantia prestada pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil	0%	42.174.729	38.477.171	38.414.825	36.162.772	36.856.111
Garantia prestada por Fundos Garantidores	50%	-	-	-	-	-
Depósitos mantidos na própria instituição	0%	1.583.262	1.308.163	1.300.871	1.251.041	1.313.001
Garantia de instituições financeiras	50%	206.013	214.284	156.408	173.851	198.640
Repases de descontos em folha de pagamento <sup>(2)</sup>	50%	6.759.507	6.514.716	6.346.914	6.177.727	6.032.023

(1) Valor total mitigado pelos instrumentos definidos pela Circular BACEN nº 3.809/2016 para as exposições em operações de crédito, arrendamento mercantil, limite de crédito após aplicação do fator de conversão, créditos a liberar e prestação de garantias

(2) O instrumento mitigador de risco de crédito representado por repases de desconto em folha de pagamento foi introduzido pela Circular Bacen 3.714, que passou a vigorar na data-base Ago/14

### 6.1.5.1. Processos de Monitoramento da Efetividade dos Mitigadores

O monitoramento da efetividade dos mitigadores faz parte do gerenciamento do risco de crédito do Banco. São exemplos: o acompanhamento das exposições sujeitas ao risco de crédito, a classificação de risco das operações de crédito e a cobrança e recuperação de créditos.

Os processos de acompanhamento das exposições sujeitas ao risco de crédito e de classificação de risco das operações de crédito produzem informações importantes para verificar a efetividade dos instrumentos mitigadores. O baixo índice de inadimplência observado em determinados segmentos da carteira de crédito e o menor nível de provisionamento em determinadas operações podem ser explicados pela existência de garantias vinculadas às exposições, reduzindo o risco de crédito e a necessidade de capital para sua cobertura.

### 6.1.6. Exposição ao Risco de Crédito

A tabela a seguir apresenta os níveis de concentração dos dez maiores clientes em relação ao total de operações com característica de concessão de crédito.

**Tabela 17** - Concentração dos Dez e dos Cem Maiores Clientes em Relação ao Total de Operações com Característica de Concessão de Crédito

	1º ao 10º	1º ao 100º
<b>2T18</b>	11,89%	25,46%
<b>1T18</b>	11,47%	25,54%
<b>4T17</b>	11,72%	25,47%
<b>3T17</b>	12,43%	25,81%
<b>2T17</b>	12,59%	25,80%

A seguir, apresenta-se a exposição média ao risco de crédito das carteiras de pessoas físicas (PF) e jurídicas (PJ).

Ressalte-se que, no Banco do Brasil, os conceitos utilizados para Carteira Ampliada e Créditos a liberar são:

- a) **Carteira Ampliada BB:** Carteira Classificada BB (Carteira Interna BB + Externa BB), Garantias BB e Títulos e Valores Mobiliários BB; e
- b) **Créditos a Liberar:** Representam as parcelas dos limites de crédito que não podem ser cancelados unilateralmente pelo BB, como por exemplo os limites de cheque-especial e cartão de crédito (saldo de créditos a liberar em limites não canceláveis) e as parcelas no cronograma de liberação que não podem ser cancelados unilateralmente pelo BB, como por exemplo: Finame, BNDES com cronograma de liberação de recursos (saldo de créditos a liberar em operações de cronograma).

Tabela 18 - Exposição Média ao Risco de Crédito

R\$ milhões	2T18		1T18		4T17		3T17		2T17	
	Saldo *	Saldo Médio	Saldo *	Saldo Médio	Saldo *	Saldo Médio	Saldo *	Saldo Médio	Saldo *	Saldo Médio
<b>Tipo de Exposição</b>										
<b>Pessoa Física</b>										
Agronegócio	145.814	144.514	142.347	141.296	140.356	139.011	137.481	137.482	140.528	138.950
Imobiliário	46.898	46.441	45.559	45.245	44.623	44.259	43.698	43.455	43.116	42.935
Consignado	68.983	68.395	67.578	67.313	67.108	66.612	65.600	65.125	64.219	63.429
Veículo	4.416	4.469	4.604	4.687	4.876	4.920	5.093	5.207	5.433	5.528
Cartão	67.158	66.716	64.078	63.977	63.785	63.623	62.900	62.440	60.853	59.656
Outros	56.244	55.932	52.923	52.898	53.520	54.518	54.764	55.011	55.886	55.674
<b>Total PF</b>	<b>389.511</b>	<b>386.467</b>	<b>377.089</b>	<b>375.416</b>	<b>374.268</b>	<b>372.944</b>	<b>369.537</b>	<b>368.720</b>	<b>370.034</b>	<b>366.172</b>
<b>Pessoa Jurídica</b>										
Agronegócio	44.325	43.996	43.628	42.859	42.974	43.900	45.230	46.450	49.847	47.975
Investimentos	61.882	61.157	62.118	63.212	66.067	67.306	69.974	70.160	71.410	71.348
Import/Export.	17.236	17.463	17.712	16.628	15.652	15.156	14.422	14.241	14.168	13.695
Capital de Giro	157.423	157.804	157.037	156.599	160.746	162.181	163.185	163.631	166.295	167.061
Outros	123.181	122.261	119.304	119.135	121.225	118.833	117.534	120.229	127.714	125.675
<b>Total PJ</b>	<b>404.047</b>	<b>402.680</b>	<b>399.799</b>	<b>398.433</b>	<b>406.664</b>	<b>407.376</b>	<b>410.345</b>	<b>414.711</b>	<b>429.434</b>	<b>425.754</b>
<b>Total</b>	<b>793.558</b>	<b>789.147</b>	<b>776.888</b>	<b>773.850</b>	<b>780.933</b>	<b>780.319</b>	<b>779.881</b>	<b>783.431</b>	<b>799.468</b>	<b>791.925</b>

\* Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar

Na próxima tabela, destaca-se a exposição ao risco de crédito da carteira de pessoas jurídicas (PJ), segregada por regiões geográficas no Brasil.

Tabela 19 - Exposição ao Risco de Crédito PJ por Regiões Geográficas

R\$ milhões	2T18					
Região	Agronegócio	Investimento	Import/Export.	Capital de Giro	Outros	
Centro-Oeste	2.078	15.960	334	10.464	6.081	
Nordeste	1.042	3.380	400	9.714	6.883	
Norte	141	2.396	52	3.382	2.872	
Sudeste	32.563	30.474	12.466	113.647	69.030	
Sul	8.501	7.249	3.984	14.584	10.314	
Exterior	-	2.423	-	5.632	28.001	
<b>Total</b>	<b>44.325</b>	<b>61.882</b>	<b>17.236</b>	<b>157.423</b>	<b>123.181</b>	

R\$ milhões	1T18					
Região	Agronegócio	Investimento	Import/Export.	Capital de Giro	Outros	
Centro-Oeste	2.000	15.775	311	10.276	6.236	
Nordeste	802	3.524	366	9.639	7.175	
Norte	98	2.497	70	3.271	2.956	
Sudeste	32.290	30.758	13.356	111.761	69.901	
Sul	8.439	7.601	3.610	14.506	10.421	
Exterior	-	1.964	-	7.584	22.614	
<b>Total</b>	<b>43.628</b>	<b>62.118</b>	<b>17.712</b>	<b>157.037</b>	<b>119.304</b>	

R\$ milhões	4T17					
Região	Agronegócio	Investimento	Import/Export.	Capital de Giro	Outros	
Centro-Oeste	1.613	18.003	192	10.729	6.520	
Nordeste	798	3.459	352	10.095	7.830	
Norte	120	2.615	64	3.367	2.857	
Sudeste	32.153	32.098	11.752	113.079	69.608	
Sul	8.291	7.959	3.293	14.985	10.893	
Exterior	-	1.933	-	8.492	23.517	
<b>Total</b>	<b>42.974</b>	<b>66.067</b>	<b>15.652</b>	<b>160.746</b>	<b>121.225</b>	

R\$ milhões	3T17					
Região	Agronegócio	Investimento	Import/Export.	Capital de Giro	Outros	
Centro-Oeste	1.555	20.299	317	10.896	6.727	
Nordeste	862	3.484	267	10.287	6.895	
Norte	129	2.749	40	3.505	3.056	
Sudeste	34.094	33.352	10.805	116.406	67.081	
Sul	8.589	8.339	2.992	14.923	10.990	
Exterior	-	1.751	-	7.169	22.785	
<b>Total</b>	<b>45.230</b>	<b>69.974</b>	<b>14.422</b>	<b>163.185</b>	<b>117.534</b>	

R\$ milhões	2T17					
Região	Agronegócio	Investimento	Import/Export.	Capital de Giro	Outros	
Centro-Oeste	1.652	19.414	296	11.594	7.194	
Nordeste	878	3.625	246	10.986	7.145	
Norte	106	2.883	36	3.651	3.242	
Sudeste	38.728	34.434	10.285	116.158	73.098	
Sul	8.484	8.747	3.306	16.168	11.599	
Exterior	-	2.306	-	7.739	25.436	
<b>Total</b>	<b>49.847</b>	<b>71.410</b>	<b>14.168</b>	<b>166.295</b>	<b>127.714</b>	

A tabela seguinte apresenta a exposição ao risco de crédito da carteira de pessoas físicas (PF), segregada por regiões geográficas no Brasil.

**Tabela 20** - Exposição ao Risco de Crédito PF por Regiões Geográficas

R\$ milhões						
2T18						
Região	Agronegócio	Imobiliário	Consignado	Veículo	Cartão de Crédito	Outros
Centro-Oeste	40.125	7.679	7.383	704	10.162	8.582
Nordeste	11.317	10.415	17.310	1.164	12.388	10.550
Norte	10.102	1.713	5.370	438	3.661	3.395
Sudeste	41.752	19.514	31.777	1.371	28.428	24.092
Sul	42.517	7.576	7.142	738	12.518	8.917
Exterior	-	-	-	-	-	707
<b>Total</b>	<b>145.814</b>	<b>46.898</b>	<b>68.983</b>	<b>4.416</b>	<b>67.158</b>	<b>56.244</b>

R\$ milhões						
1T18						
Região	Agronegócio	Imobiliário	Consignado	Veículo	Cartão de Crédito	Outros
Centro-Oeste	38.705	7.495	7.148	732	9.657	8.121
Nordeste	10.790	10.117	16.997	1.186	11.752	9.809
Norte	9.707	1.646	5.232	450	3.448	3.175
Sudeste	40.465	18.965	31.328	1.444	27.273	22.671
Sul	42.681	7.335	6.873	793	11.948	8.378
Exterior	-	-	-	-	-	768
<b>Total</b>	<b>142.347</b>	<b>45.559</b>	<b>67.578</b>	<b>4.604</b>	<b>64.078</b>	<b>52.923</b>

R\$ milhões						
4T17						
Região	Agronegócio	Imobiliário	Consignado	Veículo	Cartão de Crédito	Outros
Centro-Oeste	37.330	7.376	7.080	771	9.605	7.999
Nordeste	10.594	9.868	16.878	1.236	11.712	10.036
Norte	9.345	1.613	5.192	473	3.433	3.181
Sudeste	40.439	18.604	31.147	1.542	27.239	22.933
Sul	42.649	7.162	6.811	854	11.797	8.482
Exterior	-	-	-	-	-	890
<b>Total</b>	<b>140.356</b>	<b>44.623</b>	<b>67.108</b>	<b>4.876</b>	<b>63.785</b>	<b>53.520</b>

R\$ milhões						
3T17						
Região	Agronegócio	Imobiliário	Consignado	Veículo	Cartão de Crédito	Outros
Centro-Oeste	35.601	7.284	6.864	801	9.420	7.904
Nordeste	10.278	9.575	16.504	1.281	11.447	10.331
Norte	8.873	1.580	5.065	485	3.419	3.319
Sudeste	40.462	18.279	30.650	1.628	27.011	23.703
Sul	42.267	6.980	6.516	898	11.604	8.582
Exterior	-	-	-	-	-	925
<b>Total</b>	<b>137.481</b>	<b>43.698</b>	<b>65.600</b>	<b>5.093</b>	<b>62.900</b>	<b>54.764</b>

R\$ milhões						
2T17						
Região	Agronegócio	Imobiliário	Consignado	Veículo	Cartão de Crédito	Outros
Centro-Oeste	36.506	7.217	6.731	855	9.127	7.858
Nordeste	10.356	9.328	16.129	1.340	11.023	10.550
Norte	8.642	1.556	4.910	514	3.298	3.399
Sudeste	40.651	18.106	30.161	1.755	26.210	24.296
Sul	44.372	6.909	6.287	969	11.194	8.755
Exterior	-	-	-	-	-	1.029
<b>Total</b>	<b>140.528</b>	<b>43.116</b>	<b>64.219</b>	<b>5.433</b>	<b>60.853</b>	<b>55.886</b>

Na próxima tabela, apresenta-se a evolução da exposição total ao risco de crédito, segregada por setor econômico.

Tabela 21 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico

R\$ milhões	2T18	1T18	4T17	3T17	2T17
Administração Pública	48.163	43.844	43.673	41.059	41.946
Agronegócio de Origem Animal	15.519	15.137	15.109	15.993	16.561
Agronegócio de Origem Vegetal	39.563	37.191	34.390	34.257	34.308
Atividades Específicas da Construção	10.706	11.405	12.244	12.495	13.378
Automotivo	24.490	23.821	23.255	21.672	22.621
Bebidas	2.023	1.758	1.870	1.880	1.999
Comércio Atacadista e Industrias Diversas	6.664	6.549	6.704	6.341	6.380
Comércio Varejista	13.358	13.453	14.833	14.754	15.511
Construção Pesada	4.907	5.223	5.436	4.299	5.352
Couro e Calçados	2.481	2.419	2.545	2.621	3.033
Demais Atividades	39	30	36	31	18
Eletroeletrônico	8.227	8.177	8.504	9.304	9.885
Energia Elétrica	26.865	28.208	28.264	29.843	31.154
Imobiliário	15.887	16.981	18.128	19.171	20.718
Instituições e Serviços Financeiros	19.690	20.459	24.164	25.345	26.293
Insumos Agrícolas	10.845	10.830	10.874	9.897	10.305
Madeireiro e Moveleiro	5.738	5.498	5.802	6.096	6.453
Metalurgia e Siderurgia	27.863	29.607	31.322	33.892	35.607
Papel e Celulose	6.294	6.124	6.384	6.318	7.108
Petroleiro	39.722	39.061	38.296	40.763	40.810
Químico	8.184	8.180	8.323	8.318	8.280
Serviços	24.403	24.579	25.300	24.581	26.576
Telecomunicações	8.218	7.937	6.507	6.063	7.925
Textil e Confecções	7.723	7.792	8.418	8.644	9.394
Transportes	26.476	25.536	26.286	26.706	27.820
Pessoa Física	389.511	377.089	374.268	369.537	370.034
<b>Total<sup>(1)</sup></b>	<b>793.558</b>	<b>776.888</b>	<b>780.933</b>	<b>779.882</b>	<b>799.468</b>

(1) Carteira Ampliada BB e créditos a liberar

Nas tabelas seguintes, demonstra-se a evolução da exposição total ao risco de crédito, segregada por setor econômico e carteiras de crédito (PJ).

Tabela 22 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 2T18

R\$ milhões	2T18				
	Agronegócios	Investimento	Import/Export	Capital de Giro	Outros
Administração Pública	-	7.235	0	32.770	8.158
Agronegócio de Origem Animal	7.267	774	2.923	2.537	2.019
Agronegócio de Origem Vegetal	15.854	3.921	7.417	6.097	6.274
Atividades Específicas da Construção	82	1.938	422	3.101	5.164
Automotivo	98	2.799	739	13.375	7.479
Bebidas	580	190	117	879	258
Comércio Atacadista e Industrias Diversas	1.230	792	247	2.831	1.565
Comércio Varejista	395	1.263	45	6.928	4.726
Construção Pesada	33	432	191	994	3.257
Couro e Calçados	14	151	525	1.070	721
Demais Atividades	-	5	-	2	33
Eletroeletrônico	-	632	248	2.802	4.545
Energia Elétrica	1.341	6.819	48	9.240	9.417
Imobiliário	22	719	1	2.583	12.561
Instituições e Serviços Financeiros	30	8.406	-	3.287	7.966
Insumos Agrícolas	2.270	1.350	453	2.858	3.915
Madeireiro e Moveleiro	725	1.718	474	1.959	862
Metalurgia e Siderurgia	1.299	1.413	2.029	13.454	9.668
Papel e Celulose	333	802	203	2.413	2.542
Petroleiro	11.857	1.949	202	18.918	6.795
Químico	110	1.000	349	4.386	2.340
Serviços	166	4.030	182	12.690	7.334
Telecomunicações	-	66	6	3.695	4.450
Textil e Confecções	587	605	412	3.793	2.325
Transportes	31	12.872	3	4.761	8.808
<b>Total<sup>(1)</sup></b>	<b>44.325</b>	<b>61.882</b>	<b>17.236</b>	<b>157.423</b>	<b>123.181</b>

(1) Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar

Tabela 23 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 1T18

R\$ milhões	1T18				
	Agronegócios	Investimento	Import/Export	Capital de Giro	Outros
Administração Pública	-	7.403	0	28.513	7.928
Agronegócio de Origem Animal	7.204	819	2.823	2.408	1.884
Agronegócio de Origem Vegetal	14.921	4.042	7.365	5.722	5.140
Atividades Específicas da Construção	80	2.057	415	3.190	5.664
Automotivo	125	3.017	1.029	13.439	6.211
Bebidas	360	202	106	888	202
Comércio Atacadista e Industrias Diversas	1.316	752	239	2.755	1.487
Comércio Varejista	421	1.306	45	7.255	4.424
Construção Pesada	24	465	251	1.025	3.458
Couro e Calçados	12	153	557	1.069	628
Demais Atividades	-	1	-	2	27
Eletroeletrônico	-	587	215	2.837	4.538
Energia Elétrica	1.708	6.949	25	10.026	9.499
Imobiliário	25	743	1	2.694	13.518
Instituições e Serviços Financeiros	72	8.099	-	4.189	8.099
Insumos Agrícolas	2.159	1.191	665	2.895	3.920
Madeireiro e Moveleiro	316	1.747	478	2.042	915
Metalurgia e Siderurgia	1.292	1.436	2.083	15.739	9.056
Papel e Celulose	341	831	228	2.317	2.407
Petroleiro	12.340	2.045	350	18.952	5.375
Químico	112	1.021	340	4.313	2.395
Serviços	145	4.134	140	12.851	7.309
Telecomunicações	-	65	3	3.536	4.333
Textil e Confecções	632	642	326	3.856	2.337
Transportes	25	12.412	28	4.523	8.549
<b>Total<sup>(1)</sup></b>	<b>43.628</b>	<b>62.118</b>	<b>17.712</b>	<b>157.037</b>	<b>119.304</b>

(1) Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar

Tabela 24 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 4T17

R\$ milhões	4T17				
	Agronegócios	Investimento	Import/Export	Capital de Giro	Outros
Administração Pública	-	7.501	0	28.636	7.535
Agronegócio de Origem Animal	7.152	864	2.694	2.553	1.847
Agronegócio de Origem Vegetal	14.079	4.272	5.483	5.808	4.748
Atividades Específicas da Construção	109	2.180	424	3.356	6.174
Automotivo	133	3.193	693	13.148	6.088
Bebidas	346	217	148	898	260
Comércio Atacadista e Industrias Diversas	1.290	789	230	2.949	1.448
Comércio Varejista	417	1.392	39	7.616	5.368
Construção Pesada	24	514	271	1.054	3.573
Couro e Calçados	12	167	513	1.122	731
Demais Atividades	2	1	-	6	27
Eletroeletrônico	-	612	201	2.887	4.805
Energia Elétrica	1.550	6.888	39	10.376	9.410
Imobiliário	24	779	1	2.848	14.477
Instituições e Serviços Financeiros	174	9.943	-	4.978	9.070
Insumos Agrícolas	2.219	1.139	674	2.928	3.915
Madeireiro e Moveleiro	278	1.784	467	2.200	1.073
Metalurgia e Siderurgia	1.471	1.586	2.338	16.601	9.325
Papel e Celulose	353	870	224	2.443	2.494
Petroleiro	12.409	2.265	402	18.039	5.182
Químico	118	1.053	309	4.467	2.376
Serviços	133	4.328	114	13.591	7.134
Telecomunicações	-	87	3	3.543	2.874
Textil e Confecções	656	670	357	4.045	2.689
Transportes	26	12.973	27	4.657	8.603
<b>Total<sup>(1)</sup></b>	<b>42.974</b>	<b>66.067</b>	<b>15.652</b>	<b>160.746</b>	<b>121.225</b>

(1) Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar

As próximas tabelas apresentam a exposição ao risco de crédito das carteiras de pessoas físicas (PF) e jurídicas (PJ), segregadas pelo prazo a decorrer das operações.

Tabela 25 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 2T18

R\$ milhões	2T18			
	até 6 meses	6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Agro PF	29.510	16.128	45.787	54.388
PF Cartao de Crédito	13.547	127	15	53.468
PF Consignado	544	1.268	28.745	38.425
PF Imobiliario	25	7	316	46.551
PF Veiculos	151	327	3.921	18
PF Outros	10.881	14.168	19.945	11.249
<b>Total PF</b>	<b>54.659</b>	<b>32.025</b>	<b>98.729</b>	<b>204.099</b>
Agro PJ	8.214	11.596	17.023	7.492
PJ Capital de Giro	49.564	8.720	50.010	49.130
PJ Importacao e Exportacao	12.854	4.382	-	-
PJ Investimento	2.630	1.427	19.334	38.491
PJ Outros	29.623	10.296	51.695	31.567
<b>Total PJ</b>	<b>102.885</b>	<b>36.420</b>	<b>138.062</b>	<b>126.680</b>
<b>Total</b>	<b>157.544</b>	<b>68.445</b>	<b>236.791</b>	<b>330.779</b>

\* Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar

Tabela 26 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 1T17

R\$ milhões	1T18			
	até 6 meses	6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Agro PF	23.876	27.297	37.890	53.283
PF Cartao de Crédito	12.867	195	21	50.996
PF Consignado	521	1.276	28.510	37.271
PF Imobiliario	19	8	315	45.217
PF Veiculos	148	356	4.080	20
PF Outros	9.531	12.480	19.676	11.236
<b>Total PF</b>	<b>46.961</b>	<b>41.612</b>	<b>90.492</b>	<b>198.023</b>
Agro PJ	7.327	9.645	19.174	7.482
PJ Capital de Giro	49.876	10.177	52.438	44.546
PJ Importacao e Exportacao	13.328	4.381	3	-
PJ Investimento	2.492	1.593	19.186	38.847
PJ Outros	28.727	7.714	51.127	31.736
<b>Total PJ</b>	<b>101.751</b>	<b>33.510</b>	<b>141.927</b>	<b>122.611</b>
<b>Total</b>	<b>148.712</b>	<b>75.122</b>	<b>232.420</b>	<b>320.634</b>

\* Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar

Tabela 27 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 4T17

R\$ milhões	4T17			
	até 6 meses	6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Agro PF	18.949	30.662	37.818	52.927
PF Cartao de Crédito	12.447	217	91	51.030
PF Consignado	852	1.291	28.399	36.566
PF Imobiliario	32	8	311	44.272
PF Veiculos	180	383	4.273	41
PF Outros	12.921	9.067	20.329	11.203
<b>Total PF</b>	<b>45.381</b>	<b>41.628</b>	<b>91.220</b>	<b>196.039</b>
Agro PJ	6.300	7.516	21.715	7.442
PJ Capital de Giro	50.403	9.661	64.553	36.130
PJ Importacao e Exportacao	11.022	4.558	72	-
PJ Investimento	2.968	1.079	20.085	41.935
PJ Outros	31.765	7.385	50.871	31.204
<b>Total PJ</b>	<b>102.459</b>	<b>30.199</b>	<b>157.296</b>	<b>116.711</b>
<b>Total</b>	<b>147.840</b>	<b>71.826</b>	<b>248.516</b>	<b>312.750</b>

\* Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar

A tabela seguinte apresenta o montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo, segregado por regiões geográficas no Brasil.

**Tabela 28** - Montante das Operações em Atraso por Regiões Geográficas

R\$ milhões	2T18				
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Centro-Oeste	1.442	416	684	963	687
Nordeste	1.582	523	937	1.238	776
Norte	412	126	332	411	244
Sudeste	4.460	1.291	2.662	3.878	5.002
Sul	1.266	366	740	1.268	947
Exterior	131	77	134	148	56
<b>TOTAL</b>	<b>9.292</b>	<b>2.799</b>	<b>5.489</b>	<b>7.905</b>	<b>7.713</b>

A seguir, evidencia-se o montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo, segregado por setor econômico.

**Tabela 29** - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 2T18

R\$ milhões	2T18				
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
<b>Setor Econômico</b>					
Administração Pública	1	0	-	-	-
Agronegócio de Origem Animal	99	37	44	41	152
Agronegócio de Origem Vegetal	305	53	125	131	374
Atividades Específicas da Construção	145	49	241	149	93
Automotivo	57	27	239	242	240
Bebidas	5	0	22	7	2
Comércio Atacadista e Indústrias					
Diversas	48	15	100	91	206
Comércio varejista	142	59	137	269	168
Construção Pesada	63	16	203	211	52
Couro e Calçados	16	9	17	30	19
Demais Atividades	0	-	1	0	0
Eletroeletrônico	40	40	62	79	71
Energia Elétrica	721	1	74	4	1
Imobiliário	490	493	420	804	342
Instituições e Serviços Financeiros	121	78	28	137	112
Insumos Agrícolas	88	18	30	115	86
Madeiro e Moveleiro	25	28	63	54	92
Metalurgia e Siderurgia	138	65	152	473	260
Papel e Celulose	59	15	27	44	32
Petroleiro	45	50	100	209	101
Químico	49	17	95	50	46
Serviços	239	76	173	262	180
Telecomunicações	7	2	10	18	2.685
Textil e Confecções	70	38	87	107	172
Transportes	788	56	91	146	216
<b>Total</b>	<b>3.762</b>	<b>1.242</b>	<b>2.539</b>	<b>3.673</b>	<b>5.701</b>



Tabela 30 - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 1T17

R\$ milhões	1T18				
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Administração Pública	-	-	-	1	-
Agronegócio de Origem Animal	51	19	36	73	141
Agronegócio de Origem Vegetal	165	103	267	346	153
Atividades Específicas da Construção	192	108	135	166	120
Automotivo	120	144	73	279	266
Bebidas	20	2	6	7	2
Comércio Atacadista e Indústrias Diversas	43	72	62	102	211
Comércio varejista	134	72	254	310	187
Construção Pesada	225	31	46	246	41
Couro e Calçados	18	6	19	41	20
Demais Atividades	-	-	-	-	-
Eletroeletrônico	54	33	54	125	133
Energia Elétrica	39	63	765	4	-
Imobiliário	451	210	548	497	302
Instituições e Serviços Financeiros	1	131	134	42	1
Insumos Agrícolas	27	17	104	68	81
Madeiro e Moveleiro	45	42	43	97	87
Metalurgia e Siderurgia	123	68	265	471	278
Papel e Celulose	35	12	40	53	35
Petroleiro	181	32	65	238	101
Químico	132	30	43	85	53
Serviços	196	83	205	372	205
Telecomunicações	9	3	10	22	2.687
Textil e Confecções	101	31	87	166	181
Transportes	143	66	112	210	270
<b>Total</b>	<b>2.509</b>	<b>1.378</b>	<b>3.373</b>	<b>4.020</b>	<b>5.554</b>

Tabela 31 - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 4T17

R\$ milhões	4T17				
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Administração Pública	1	0	1	0	-
Agronegócio de Origem Animal	93	23	35	109	185
Agronegócio de Origem Vegetal	272	55	94	449	185
Atividades Específicas da Construção	101	45	180	257	180
Automotivo	62	35	231	291	309
Bebidas	4	3	52	3	2
Comércio Atacadista e Indústrias Diversas	44	13	61	316	154
Comércio varejista	191	75	185	471	262
Construção Pesada	39	26	245	155	81
Couro e Calçados	15	7	23	56	28
Demais Atividades	0	0	0	1	0
Eletroeletrônico	45	23	89	231	177
Energia Elétrica	718	5	64	6	1
Imobiliário	537	475	585	629	256
Instituições e Serviços Financeiros	118	2	1	41	1
Insumos Agrícolas	65	41	39	103	87
Madeiro e Moveleiro	34	20	77	178	125
Metalurgia e Siderurgia	218	176	389	298	319
Papel e Celulose	35	44	26	88	41
Petroleiro	82	36	208	284	116
Químico	37	21	49	124	69
Serviços	208	84	223	550	278
Telecomunicações	5	11	29	23	2.695
Textil e Confecções	69	41	92	324	201
Transportes	244	59	173	388	129
<b>Total</b>	<b>3.235</b>	<b>1.318</b>	<b>3.152</b>	<b>5.375</b>	<b>5.884</b>

A próxima tabela apresenta o fluxo de operações baixadas para prejuízo, segmentado por setor econômico.

Tabela 32 - Operações Baixadas para Prejuízo por Setor Econômico

R\$ milhões	2T18	1T18	4T17	3T17	2T17
<b>Setor Econômico (Ingresso)</b>					
Administração Pública	0,98	0,26	0,03	0,14	0,01
Agronegocio De Origem Animal	49,02	67,61	77,28	61,77	36,29
Agronegocio De Origem Vegetal	89,55	204,47	189,58	293,31	247,12
Atividades Especificas Da Construção	163,88	333,17	256,82	366,04	225,27
Automotivo	137,59	291,37	245,78	263,66	283,50
Bebidas	5,46	48,81	5,12	6,97	5,16
Comércio Atacadista E Industrias Diversas	75,59	227,55	103,42	173,53	78,86
Comércio Varejista	272,53	422,40	363,83	436,28	336,51
Demais Atividades	14,15	10,83	13,81	4,06	3,95
Construção Pesada	50,71	159,82	100,26	149,16	72,05
Couro E Calçados	27,87	45,67	44,42	61,82	47,44
Eletroeletronico	155,09	253,82	183,80	164,72	143,74
Energia Eletrica	1,34	5,04	8,82	3,05	6,72
Imobiliário	190,96	471,28	372,70	271,17	275,35
Insumos Agrícolas	48,89	64,54	94,83	84,74	48,74
Madeireiro E Moveleiro	79,53	178,69	162,84	200,18	156,18
Metalurgia E Siderurgia	222,84	236,62	217,76	321,08	201,94
Papel E Celulose	51,33	66,93	57,88	91,47	66,18
Petroleiro	92,71	273,77	159,58	151,21	119,69
Químico	78,91	108,89	114,72	144,77	98,01
Servicos	327,18	496,00	555,20	512,15	416,40
Telecomunicacoes	16,10	40,02	25,32	22,35	36,83
Têxteis E Confecções	159,73	267,28	248,24	283,97	221,77
Transporte	188,12	208,37	611,58	232,41	154,88
<b>Total</b>	<b>2.500,06</b>	<b>4.483,20</b>	<b>4.213,60</b>	<b>4.300,01</b>	<b>3.282,59</b>
<b>Outros</b>					
Pessoa física	2.573,53	2.682,28	2.541,42	1.940,68	1.850,03
<b>Total</b>	<b>5.073,59</b>	<b>7.165,48</b>	<b>6.755,02</b>	<b>6.240,69</b>	<b>5.132,62</b>

A tabela seguinte apresenta o montante de provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), segmentado por setor econômico e sua variação trimestral.

Tabela 33 - Total de PCLD no Trimestre e Variações

R\$ milhões	*Var. Trimestral (%)	2T18	1T18	4T17	3T17	2T17
Administração Pública	(36,90)	2	3	4	3	3
Agronegócio de Origem Animal	(7,94)	390	424	411	465	480
Agronegócio de Origem Vegetal	20,13	1.922	1.600	1.643	1.691	1.700
Atividades Especificas da						
Construção	(6,01)	773	823	1.043	1.089	1.202
Automotivo	(4,44)	983	1.028	1.168	1.212	1.286
Bebidas	(7,44)	28	31	76	76	41
Comércio Atacadista e Industrias						
Diversas	(1,58)	430	437	617	664	736
Comércio Varejista	(15,31)	795	939	1.218	1.380	1.536
Construção Pesada	(2,31)	825	845	834	767	878
Couro e Calçados	(6,83)	102	109	141	159	181
Demais Atividades	76,36	1	1	1	3	3
Eletroeletrônico	(20,67)	353	445	642	746	743
Energia Elétrica	1,44	668	659	345	332	170
Imobiliário	0,54	2.699	2.684	2.690	2.571	2.267
Instituições e Serviços Financeiros	10,42	376	341	183	136	81
Insumos Agrícolas	(9,95)	287	319	367	401	464
Madeireiro e Moveleiro	(12,31)	298	340	472	573	659
Metalurgia e Siderurgia	0,58	1.635	1.626	1.686	1.523	1.803
Papel e Celulose	(10,61)	180	201	225	245	315
Petroleiro	(7,79)	779	845	973	1.375	1.520
Químico	(13,66)	285	330	396	448	568
Serviços	(8,48)	1.571	1.717	2.044	2.126	2.279
Telecomunicações	(0,51)	1.182	1.188	1.229	1.230	955
Textil e Confecções	(8,51)	663	724	944	1.054	1.154
Transportes	14,60	1.720	1.501	1.545	2.024	2.005
<b>TOTAL</b>	<b>(1,10)</b>	<b>18.948</b>	<b>19.158</b>	<b>20.899</b>	<b>22.295</b>	<b>23.028</b>

\* Variação referente ao 1T18.

Destaca-se, a seguir, a evolução das exposições ao risco de crédito, observadas as definições da Circular Bacen nº 3.644/13, segmentadas por Fator de Ponderação de Risco (FPR), juntamente com a exposição média nos trimestres.

**Tabela 34** - Exposição ao Risco de Crédito por FPR

R\$ mil					
Exposição por FPR	2T18	1T18	4T17	3T17	2T17
FPR 0%	10.479	5.983	7.630	8.416	148.872
FPR 20%	25.609	861.230	1.579.895	345.081	322.427
FPR 35%	41.391.713	40.305.155	39.386.359	38.582.756	38.115.489
FPR 50%	6.346.334	6.595.734	7.477.739	8.267.300	8.963.553
FPR 75%	229.508.160	229.194.630	231.232.123	241.728.255	245.926.444
FPR 85%	157.708.721	155.484.891	156.370.371	157.376.404	168.023.726
FPR 100%	142.894.826	133.843.813	134.436.575	123.583.581	125.042.204
<b>Total<sup>(1)</sup></b>	<b>577.885.841</b>	<b>566.291.436</b>	<b>570.490.692</b>	<b>569.891.793</b>	<b>586.542.716</b>
<b>Exposição Média do Trimestre<sup>(1)</sup></b>	<b>574.971.167</b>	<b>563.986.872</b>	<b>570.162.204</b>	<b>572.546.086</b>	<b>581.603.698</b>

(1) Contempla operações de crédito, arrendamento mercantil, limite de crédito após aplicação do fator de conversão, créditos a liberar e prestação de garantias.

(2) Conforme Resolução CMN nº 4.193/2013, a partir de 01.01.2015 o cálculo do RWA aplica-se às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

### 6.1.7. Exposição ao Risco de Crédito da Contraparte

O Banco do Brasil admite assumir exposições a risco de crédito da contraparte com clientes que tenham sido previamente analisados pela metodologia de cálculo de risco e estabelecimento de limite de crédito aplicável ao seu perfil, condicionado à existência de margem operacional suficiente para amparar tais operações.

Desse modo, as exposições a risco de crédito da contraparte concorrem com as demais exposições em operações de crédito do cliente no limite de crédito a ele atribuído.

As operações da espécie incidem no limite de crédito do cliente pela estimativa do valor exposto ao risco de crédito da contraparte em evento de descumprimento, sendo ponderados os mitigadores de risco aplicáveis, tais como o risco do emissor do ativo subjacente, a volatilidade do ativo, a não existência de correlação relevante entre a garantia e a exposição, as garantias aportadas, o percentual subtraído dos ativos usados como colateral (*haircut*) e as regras de chamadas de margem de garantias adicionais, conforme características da operação efetuada.

Nas operações cursadas via Câmaras de Compensação e Liquidação (*Clearings*), há transferência de risco, sendo que o valor das operações incide no limite de crédito da referida câmara.

Para operações sujeitas a risco de crédito da contraparte, o Banco do Brasil segue o exposto na Circular Bacen nº 3.068/01, considerando tal risco como parâmetro para cálculo do ajuste ao valor de mercado de tais exposições, com efeitos no resultado do período ou em conta destacada do Patrimônio Líquido (PL), conforme a classificação da exposição.

Apresenta-se, a seguir, o valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte a serem liquidados em sistemas de liquidação de câmaras de compensação e de liquidação, nos quais a câmara atue como contraparte central.

**Tabela 35** - Valor nocional de contratos a serem liquidados em sistemas de liquidação de câmaras de compensação e de liquidação, nos quais a câmara atue como contraparte central

R\$ mil						
Negociação em Bolsa	Contraparte	2T18*	1T18*	4T17*	3T17*	2T17*
<b>Contratos de futuros</b>		<b>2.870.476</b>	<b>3.866.338</b>	<b>5.629.178</b>	<b>8.964.688</b>	<b>7.270.990</b>
Compromissos de compra	B	2.870.476	3.866.338	5.629.178	8.964.688	7.270.990
<b>Mercado de Opções</b>		<b>138.910</b>	<b>133.367</b>	<b>125.664</b>	<b>205.231</b>	<b>184.115</b>
Posição Comprada	B	138.910	133.367	125.664	205.231	184.115

Obs: Contraparte (B) = Bolsa

\*A partir do 1T16 considera-se a série com consolidação do Banco Votorantim pelo MEP

Na próxima tabela, demonstra-se o valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte, nos quais não haja a atuação de câmaras de compensação

como contraparte central, segmentados entre aqueles que apresentam ou não garantias.

**Tabela 36** - Valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte sem atuação de câmaras de compensação como contraparte central

R\$ mil	2T18	1T18	4T17	3T17	2T17
<b>sem garantias</b>					
Operações de Derivativos	8.667.744	9.253.994	7.576.540	6.780.483	6.396.885
Operações de Câmbio	107.425	600.038	382.993	73.319	295.219
<b>com garantias</b>					
Operações de Derivativos	10.821.046	9.490.968	6.534.130	7.510.933	5.878.436
Operações de Câmbio	711.742	1.319.925	661.480	-	1.705.508
Operações Compromissadas	823.001.579	800.947.751	616.116.940	787.418.243	845.993.996

Na próxima tabela, é demonstrado o valor positivo bruto dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte, incluindo derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas, desconsiderados os valores positivos relativos a acordos de compensação, conforme definidos na Resolução CMN nº 3.263/05.

**Tabela 37** - Valor positivo bruto dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte

R\$ mil	2T18	1T18	4T17	3T17	2T17
<b>Valor Positivo Bruto</b>	<b>80.012.965</b>	<b>81.923.476</b>	<b>73.156.279</b>	<b>75.222.582</b>	<b>925.590</b>
Derivativos	1.680.317	669.571	653.861	783.958	882.084
Câmbio	1.542.845	349.926	341.891	79.198	340.887
Compromissadas	76.789.803	80.903.979	72.160.527	74.359.426	89.935.714

Obs.: O cálculo do Valor Positivo Bruto para Câmbio e Operações Compromissadas foi alinhado aos requisitos regulatórios do Demonstrativo de Limites Operacionais.

A seguir, é apresentado o valor positivo bruto das garantias reais (colaterais) recebidas em operações sujeitas ao risco de crédito que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos, conforme art. 9º, inciso VII, da Circular Bacen nº 3.678/13:

- sejam mantidas ou custodiadas na própria Instituição;
- tenham por finalidade exclusiva a constituição de garantia para as operações a que se vinculem;
- estejam sujeitas à movimentação, exclusivamente, por ordem da Instituição depositária; e
- estejam imediatamente disponíveis para a Instituição depositária no caso de inadimplência do devedor ou de necessidade de sua realização.

**Tabela 38** - Valor das garantias que atendam cumulativamente os requisitos do art.9º, inciso VII, da Circular Bacen nº 3.678/13

R\$ mil	2T18	1T18	4T17	3T17	2T17
Recursos Internalizados	425.495.709	417.604.230	377.674.132	420.728.189	449.767.373
Títulos Públicos Federais	300.683.271	318.036.065	278.189.400	311.706.161	331.951.149
<b>Total</b>	<b>726.178.980</b>	<b>735.640.294</b>	<b>655.863.532</b>	<b>732.434.350</b>	<b>781.718.522</b>

De acordo com a classificação dos tipos de garantias aceitas pelo Bacen, foram identificadas aquelas que atendem às condições estabelecidas pela Circular Bacen nº 3.678/13, sendo que, para efeitos de cálculo da garantia, foi considerado o valor comprometido como garantia para a operação vinculada.

A seguir, demonstra-se a exposição global ao risco de crédito da contraparte, líquida dos efeitos dos acordos para compensação e o valor de garantias recebidas.

**Tabela 39** - Valor das garantias que atendam cumulativamente os requisitos do art.9º, inciso V e VIII, da Circular Bacen nº 3.678/13

R\$ mil	2T18	1T18	4T17	3T17	2T17
<b>Risco de Crédito de Contraparte</b>					
Valor de Garantias Recebidas	746.211.776	739.212.961	659.378.218	732.434.350	781.718.522
Exposição Global <sup>(1)</sup>	140.117.889	130.098.761	116.744.411	117.823.211	123.523.461

(1) Líquido dos efeitos do valor de garantias.

### 6.1.8. Aquisição, Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

O BB tem por política realizar a cessão de créditos de operações não performadas, registradas em perdas e de risco integral do Banco, uma vez esgotados os procedimentos definidos no processo de cobrança e recuperação de créditos e as operações selecionadas terem atingido o ponto de economia, ou seja, sopesada relação custo/benefício, o Banco do Brasil pode optar por realizar a cessão das operações.

A cessão de créditos também é utilizada pontualmente para alienar créditos específicos, quando identificada como alternativa viável de sua recuperação, ainda que parcial.

A cessão de créditos descrita na coluna 2T18, ocorreu em 15.06.2018, conforme tabela abaixo:

**Tabela 40** - Operações em Perdas Cedidas com Transferência Substancial dos Riscos e Benefícios

R\$ mil	2T18	1T18	4T17	3T17	2T17
Quantidade de operações (em milhar)	767	709	-	334	895
Valor	1.034.052	2.874.220	-	1.224.879	2.848.624

Obs.: Os dados referem-se a cessões efetuadas à Ativos S. A. Valor de perdas da carteira

O BB não possui exposições nas seguintes categorias:

- exposições cedidas sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios;
- exposições cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios; e
- exposições cedidas nos últimos 12 meses que tenham sido honradas, recompradas ou baixadas para prejuízo.

A seguir, são apresentados os valores das operações cedidas com coobrigação que estão registradas em contas de compensação.

**Tabela 41** - Valor de Operações Cedidas com Coobrigação Registradas em Contas de Compensação

R\$ mil	2T18	1T18	4T17	3T17	2T17
Retenção de riscos em operações de crédito - Operações baixadas	4.253	4.272	4.277	4.646	4.689

Os procedimentos para a aquisição de ativos financeiros possuem similaridade ao padrão adotado pelo mercado, contemplando a avaliação do risco de crédito da Instituição cedente, das operações adquiridas e respectivos clientes devedores. As aquisições de ativos financeiros têm por objetivo o aumento da diversificação da carteira de crédito do Banco.

Em atendimento à Resolução CMN nº 3.533, de 31.01.2008, e normas vinculadas, a partir de janeiro de 2012, os registros contábeis passaram a ser efetuados considerando a retenção ou transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos financeiros adquiridos.

**Tabela 42** - Saldo das Exposições Adquiridas COM Retenção dos Riscos e Benefícios pelo Cedente

R\$ milhões	2T18	1T18	4T17	3T17	2T17
<b>a) Por tipo de Exposição</b>	<b>8.602</b>	<b>8.375</b>	<b>10.279</b>	<b>12.517</b>	<b>12.558</b>
Pessoa Física - Consignado	201	282	357	448	589
Pessoa Física - Veículos	8.401	8.093	9.922	12.069	10.969
<b>b) Por tipo de Cedente</b>	<b>8.602</b>	<b>8.375</b>	<b>10.279</b>	<b>12.517</b>	<b>11.558</b>
Instituições Financeiras	8.602	8.375	10.279	12.517	11.558

**Tabela 43** - Saldo das Exposições Adquiridas SEM Retenção dos Riscos e Benefícios pelo Cedente

R\$ milhões	2T18	1T18	4T17	3T17	2T17
<b>a) Por tipo de Exposição</b>	-	-	-	<b>0,1</b>	<b>0,3</b>
Pessoa Física - Consignado	-	-	-	-	0,2
Pessoa Física - Veículos	-	-	-	0,1	0,1
<b>b) Por tipo de Cedente</b>	-	-	-	<b>0,1</b>	<b>0,3</b>
Instituições Financeiras	-	-	-	0,1	0,3

### 6.1.9. Operações com Títulos e Valores Mobiliários Oriundos de Processos de Securitização

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo BB são classificados segundo as categorias abaixo:

- a) categoria I - títulos para negociação - devem ser registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados;
- b) categoria II - títulos disponíveis para venda - devem ser registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias I e III; e
- c) categoria III - títulos mantidos até o vencimento - devem ser registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

A seguir, são apresentadas as exposições referentes a títulos oriundos de processo de securitização:

- a) modalidades de títulos:
  - i. Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - comunhão de recursos que destina parcela preponderante do respectivo patrimônio líquido para a aplicação em direitos creditórios. São os direitos e títulos representativos de direitos originários de operações realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial e imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, bem como em outros ativos financeiros e modalidades de investimentos admitidos nos termos das Instruções CVM nº 356/01 e 444/06;
  - ii. Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) - são títulos de renda fixa lastreados em créditos imobiliários - fluxo de pagamentos de contraprestações de aquisição de bens imóveis ou de aluguéis - emitidos por sociedades securitizadoras.
- b) tipo de crédito que lastreia a emissão:
  - i. FIDC - financiamento de veículos, recebíveis de fluxo de caixa de empresa, debêntures, notas promissórias, cédulas de crédito bancário, certificados de cédulas de crédito bancário, cédulas de crédito imobiliário, letras de crédito imobiliário, notas de crédito à exportação e outros direitos creditórios;
  - ii. CRI - operações de crédito imobiliário.

c) classe do título:

i. FIDC e CRI - quota classe sênior.

**Tabela 44** - Valor das Exposições Decorrentes da Aquisição de FIDC e CRI

R\$ mil	2T18		1T18		4T17		3T17		2T17	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
<b>FIDC</b>	2	218.237.739	6	1.442.660.260	6	1.461.177.715	6	1.480.829.957	6	1.491.496.005
<b>CRI - Cat. 2</b>	5	197.676.717	5	342.926.422	8	199.827.144	8	201.209.781	8	202.252.073
<b>CRI - Cat. 3</b>	3	410.029.937	3	404.713.879	3	177.481.928	3	156.948.249	4	159.827.117
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>825.944.393</b>	<b>14</b>	<b>2.190.300.561</b>	<b>17</b>	<b>1.838.486.787</b>	<b>17</b>	<b>1.838.987.987</b>	<b>18</b>	<b>1.853.575.195</b>

Obs: As informações abrangem as agências do BB no Brasil (BB - Banco Múltiplo).

## 6.2. Risco de Mercado e IRRBB

### 6.2.1. Política Específica de Risco de Mercado e IRRBB

O Banco estabelece políticas e estratégias para a gestão do risco de mercado e para a gestão dos instrumentos financeiros derivativos, as quais determinam as diretrizes de atuação da Empresa no processo de gerenciamento deste risco.

No processo de gestão de risco de mercado, são utilizados mecanismos expressos em sistema normativo, que detalham os procedimentos operacionais necessários à implementação das decisões organizacionais relativas aos negócios e atividades da Empresa e ao atendimento de exigências legais e de órgãos reguladores e fiscalizadores.

### 6.2.2. Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Mercado

São utilizados, sistemas que garantem a gestão das posições registradas nas carteiras de negociação e de não negociação, bem como das operações destinadas ao cumprimento dos objetivos de *hedge* estabelecidos.

O BB utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se:

- a) Sensibilidades;
- b) Valor em Risco (VaR); e
- c) Estresse.

Por meio das métricas de Sensibilidade, são simulados os efeitos no valor das exposições resultantes de variações no patamar dos fatores de risco de mercado.

O VaR e o Estresse são métricas utilizadas para estimar perdas potenciais, sob condições rotineiras e extremas de mercado, respectivamente, dimensionadas diariamente em valores monetários, considerando determinado intervalo de confiança e horizonte temporal.

Os fatores de riscos utilizados para mensuração da métrica de VaR de riscos de mercado das exposições são classificados nas seguintes categorias:

- a) taxas de juros;
- b) taxas de câmbio;
- c) preços de ações; e
- d) preços de mercadorias (*commodities*).

O desempenho da métrica de VaR é avaliado mensalmente mediante a aplicação de processo de *backtesting*.

### 6.2.3. Políticas de Hedge

No que tange às políticas de *hedge* adotadas para a gestão do risco de mercado são definidos os objetivos a serem alcançados com as operações de *hedge* de forma consolidada, a fim de garantir efetividade individual de cada operação, observadas as regulamentações de cada jurisdição.

### 6.2.4. Derivativos

No Banco, os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para *hedge* de posições próprias, para atender às necessidades de seus clientes e para tomada de posições intencionais, considerando limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

As tabelas a seguir apresentam o total da exposição a instrumentos financeiros derivativos por categoria de fator de risco de mercado, segmentadas entre posições compradas e vendidas, segregado da seguinte maneira:

- operações com instrumentos financeiros derivativos realizadas por conta própria com contraparte central, subdivididas em realizadas no Brasil e no exterior; e
- operações com instrumentos financeiros derivativos realizadas por conta própria sem contraparte central, subdivididas em realizadas no Brasil e no exterior.

**Tabela 45** - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 2T18

Fator de Risco		Local Negociação	2T18								
			Valor Referência	Brasil Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Exterior Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	BB-Consolidado Valor Custo	Valor Mercado
<b>Posição Comprada</b>			<b>16.578.947</b>	<b>1.406.317</b>	<b>1.539.194</b>	<b>10.888.101</b>	<b>219.684</b>	<b>204.867</b>	<b>27.467.049</b>	<b>1.626.001</b>	<b>1.744.061</b>
<b>Taxa de Juros</b>	Bolsa		2.249.657	--	--	--	--	--	2.249.657	--	--
	Balcão		744.719	121.922	119.644	--	--	--	744.719	121.922	119.644
<b>Taxa de Câmbio</b>	Bolsa		618.392	--	--	--	--	--	618.392	--	--
	Balcão		12.780.454	1.136.767	1.276.525	10.888.101	219.684	204.867	23.668.556	1.356.451	1.481.392
<b>Preço de Ações</b>	Bolsa		138.910	144.716	138.910	--	--	--	138.910	144.716	138.910
	Balcão		--	--	--	--	--	--	--	--	--
<b>Preço de Mercadorias (Commodities)</b>	Bolsa		2.427	--	--	--	--	--	2.427	--	--
	Balcão		44.388	2.912	4.115	--	--	--	44.388	2.912	4.115
<b>Posição Vendida</b>			<b>11.849.723</b>	<b>(557.619)</b>	<b>(851.523)</b>	<b>12.905.045</b>	<b>(417.623)</b>	<b>(536.059)</b>	<b>24.754.768</b>	<b>(975.242)</b>	<b>(1.387.583)</b>
<b>Taxa de Juros</b>	Bolsa		441.496	--	--	4.655.582	--	--	5.097.078	--	--
	Balcão		2.564.398	95.425	(162.350)	--	--	--	2.564.398	95.425	(162.350)
<b>Taxa de Câmbio</b>	Bolsa		1.312.170	--	--	--	--	--	1.312.170	--	--
	Balcão		7.357.247	(648.489)	(682.381)	8.249.462	(417.623)	(536.059)	15.606.710	(1.066.112)	(1.218.441)
<b>Preço de Ações</b>	Bolsa		--	--	--	--	--	--	--	--	--
	Balcão		--	--	--	--	--	--	--	--	--
<b>Preço de Mercadorias (Commodities)</b>	Bolsa		104.036	(232)	(96)	--	--	--	104.036	(232)	(96)
	Balcão		70.376	(4.323)	(6.696)	--	--	--	70.376	(4.323)	(6.696)
<b>Posição Líquida</b>			<b>4.729.224</b>	<b>1.963.936</b>	<b>2.390.717</b>	<b>(2.016.943)</b>	<b>637.307</b>	<b>740.926</b>	<b>2.712.281</b>	<b>2.601.243</b>	<b>3.131.643</b>



**Tabela 46 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 1T17**

R\$ mil		1T18									
Fator de Risco	Local Negociação	Brasil			Exterior			BB-Consolidado			
		Valor Referência	Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Valor Custo	Valor Mercado	
<b>Posição Comprada</b>		<b>15.673.597</b>	<b>1.684.508</b>	<b>1.638.489</b>	<b>7.072.472</b>	<b>219.938</b>	<b>208.790</b>	<b>22.746.069</b>	<b>1.904.446</b>	<b>1.847.279</b>	
<b>Taxa de Juros</b>	Bolsa	3.298.093	--	--	--	--	--	3.298.093	--	--	
	Balcão	3.283.939	1.279.010	1.306.994	--	--	--	3.283.939	1.279.010	1.306.994	
<b>Taxa de Câmbio</b>	Bolsa	556.298	--	--	--	--	--	556.298	--	--	
	Balcão	8.460.013	404.098	327.991	6.939.573	78.120	75.891	15.399.586	482.217	403.882	
<b>Preço de Ações</b>	Bolsa	467	100	104	132.899	141.819	132.899	133.367	141.919	133.003	
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
<b>Preço de Mercadorias (Commodities)</b>	Bolsa	12.578	(22)	(41)	--	--	--	12.578	(22)	(41)	
	Balcão	62.210	1.322	3.440	--	--	--	62.210	1.322	3.440	
<b>Posição Vendida</b>		<b>13.797.311</b>	<b>(1.516.772)</b>	<b>(1.657.140)</b>	<b>29.832.615</b>	<b>(257.366)</b>	<b>(293.722)</b>	<b>43.629.926</b>	<b>(1.774.138)</b>	<b>(1.950.863)</b>	
<b>Taxa de Juros</b>	Bolsa	1.197.905	--	--	21.929.933	--	--	23.127.838	--	--	
	Balcão	4.678.319	(1.234.458)	(1.402.943)	--	--	--	4.678.319	(1.234.458)	(1.402.943)	
<b>Taxa de Câmbio</b>	Bolsa	653.249	--	--	--	--	--	653.249	--	--	
	Balcão	7.159.336	(278.718)	(248.992)	7.902.682	(257.366)	(293.722)	15.062.017	(536.083)	(542.714)	
<b>Preço de Ações</b>	Bolsa	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
<b>Preço de Mercadorias (Commodities)</b>	Bolsa	72.073	(186)	(90)	--	--	--	72.073	(186)	(90)	
	Balcão	36.429	(3.410)	(5.116)	--	--	--	36.429	(3.410)	(5.116)	
<b>Posição Líquida</b>		<b>1.876.286</b>	<b>3.201.280</b>	<b>3.295.629</b>	<b>(22.760.143)</b>	<b>477.304</b>	<b>502.512</b>	<b>(20.883.856)</b>	<b>3.678.584</b>	<b>3.798.142</b>	

**Tabela 47 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 4T17**

R\$ mil		4T17									
Fator de Risco	Local Negociação	Brasil			Exterior			BB-Consolidado			
		Valor Referência	Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Valor Custo	Valor Mercado	
<b>Posição Comprada</b>		<b>14.922.907</b>	<b>593.459</b>	<b>596.680</b>	<b>4.942.604</b>	<b>59.932</b>	<b>58.238</b>	<b>19.865.511</b>	<b>653.391</b>	<b>654.918</b>	
<b>Taxa de Juros</b>	Bolsa	3.924.393	--	--	--	--	--	3.924.393	--	--	
	Balcão	1.769.395	134.546	144.472	--	--	--	1.769.395	134.546	144.472	
<b>Taxa de Câmbio</b>	Bolsa	1.695.165	--	--	--	--	--	1.695.165	--	--	
	Balcão	7.358.098	318.393	322.648	4.942.604	59.932	58.238	12.300.703	378.325	380.886	
<b>Preço de Ações</b>	Bolsa	123.483	138.942	123.483	--	--	--	123.483	138.942	123.483	
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
<b>Preço de Mercadorias (Commodities)</b>	Bolsa	10.312	8	1	--	--	--	10.312	8	1	
	Balcão	42.060	1.570	6.076	--	--	--	42.060	1.570	6.076	
<b>Posição Vendida</b>		<b>10.979.643</b>	<b>(458.246)</b>	<b>(399.324)</b>	<b>17.557.038</b>	<b>(314.204)</b>	<b>(390.563)</b>	<b>28.536.681</b>	<b>(772.450)</b>	<b>(789.887)</b>	
<b>Taxa de Juros</b>	Bolsa	1.469.982	--	--	9.316.471	--	--	10.786.453	--	--	
	Balcão	2.043.968	(120.016)	(134.168)	--	--	--	2.043.968	(120.016)	(134.168)	
<b>Taxa de Câmbio</b>	Bolsa	1.321.124	--	--	--	--	--	1.321.124	--	--	
	Balcão	6.045.440	(337.444)	(263.337)	8.240.567	(314.204)	(390.563)	14.286.008	(651.647)	(653.901)	
<b>Preço de Ações</b>	Bolsa	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
<b>Preço de Mercadorias (Commodities)</b>	Bolsa	32.949	(49)	(9)	--	--	--	32.949	(49)	(9)	
	Balcão	66.178	(737)	(1.810)	--	--	--	66.178	(737)	(1.810)	
<b>Posição Líquida</b>		<b>3.943.264</b>	<b>1.051.705</b>	<b>996.004</b>	<b>(12.614.434)</b>	<b>374.136</b>	<b>448.802</b>	<b>(8.671.170)</b>	<b>1.425.841</b>	<b>1.444.806</b>	

**Tabela 48** - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 3T17

R\$ mil		3T17								
Fator de Risco	Local Negociação	Brasil			Exterior			BB-Consolidado		
		Valor Referência	Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Valor Custo	Valor Mercado
<b>Posição Comprada</b>		<b>16.923.965</b>	<b>1.531.210</b>	<b>1.390.313</b>	<b>6.537.370</b>	<b>70.830</b>	<b>60.567</b>	<b>23.461.335</b>	<b>1.602.040</b>	<b>1.450.880</b>
<b>Taxa de Juros</b>	Bolsa	4.247.833	--	--	--	--	--	4.247.833	--	--
	Balcão	3.710.940	1.084.120	1.076.028	--	--	--	3.710.940	1.084.120	1.076.028
<b>Taxa de Câmbio</b>	Bolsa	4.696.081	113	158	--	--	--	4.696.081	113	158
	Balcão	4.007.248	123.255	108.961	6.537.370	70.830	60.567	10.544.618	194.085	169.527
<b>Preço de Ações</b>	Bolsa	199.831	319.480	199.201	--	--	--	199.831	319.480	199.201
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
<b>Preço de Mercadorias (Commodities)</b>	Bolsa	26.174	--	--	--	--	--	26.174	--	--
	Balcão	35.858	4.242	5.966	--	--	--	35.858	4.242	5.966
<b>Posição Vendida</b>		<b>14.679.298</b>	<b>(1.512.436)</b>	<b>(1.404.085)</b>	<b>6.524.551</b>	<b>(334.477)</b>	<b>(315.542)</b>	<b>21.203.849</b>	<b>(1.846.914)</b>	<b>(1.719.627)</b>
<b>Taxa de Juros</b>	Bolsa	1.716.766	--	--	--	--	--	1.716.766	--	--
	Balcão	3.655.380	(879.720)	(895.078)	228.081	--	--	3.883.461	(879.720)	(895.078)
<b>Taxa de Câmbio</b>	Bolsa	639.336	--	--	--	--	--	639.336	--	--
	Balcão	8.602.757	(630.318)	(504.898)	6.296.470	(334.477)	(315.542)	14.899.226	(964.796)	(820.440)
<b>Preço de Ações</b>	Bolsa	22.200	(712)	(2.380)	--	--	--	22.200	(712)	(2.380)
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
<b>Preço de Mercadorias (Commodities)</b>	Bolsa	20.903	(101)	(155)	--	--	--	20.903	(101)	(155)
	Balcão	21.957	(1.585)	(1.575)	--	--	--	21.957	(1.585)	(1.575)
<b>Posição Líquida</b>		<b>2.244.667</b>	<b>3.043.646</b>	<b>2.794.399</b>	<b>12.819</b>	<b>405.308</b>	<b>376.108</b>	<b>2.257.486</b>	<b>3.448.954</b>	<b>3.170.507</b>

**Tabela 49** - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 2T17

R\$ mil		2T17								
Fator de Risco	Local Negociação	Brasil			Exterior			BB-Consolidado		
		Valor Referência	Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Valor Custo	Valor Mercado
<b>Posição Comprada</b>		<b>14.853.349</b>	<b>(6.056.078)</b>	<b>(12.992.152)</b>	<b>4.877.077</b>	<b>7.585.655</b>	<b>14.381.693</b>	<b>19.730.426</b>	<b>1.529.577</b>	<b>1.389.542</b>
<b>Taxa de Juros</b>	Bolsa	3.973.906	--	--	--	--	--	3.973.906	--	--
	Balcão	2.284.611	787.117	775.692	--	--	--	2.284.611	787.117	775.692
<b>Taxa de Câmbio</b>	Bolsa	3.277.870	--	--	--	--	--	3.277.870	--	--
	Balcão	5.076.177	(7.158.164)	(13.927.578)	4.877.077	7.585.655	14.381.693	9.953.254	427.491	454.115
<b>Preço de Ações</b>	Bolsa	184.115	310.742	153.404	--	--	--	184.115	310.742	153.404
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
<b>Preço de Mercadorias (Commodities)</b>	Bolsa	19.214	--	--	--	--	--	19.214	--	--
	Balcão	37.456	4.227	6.331	--	--	--	37.456	4.227	6.331
<b>Posição Vendida</b>		<b>16.905.165</b>	<b>(1.410.822)</b>	<b>(1.281.916)</b>	<b>8.697.308</b>	<b>(684.876)</b>	<b>(688.043)</b>	<b>25.602.473</b>	<b>(2.095.698)</b>	<b>(1.969.960)</b>
<b>Taxa de Juros</b>	Bolsa	1.407.882	--	--	--	--	--	1.407.882	--	--
	Balcão	3.484.987	(694.318)	(688.635)	33.002	--	--	3.517.989	(694.318)	(688.635)
<b>Taxa de Câmbio</b>	Bolsa	741.203	--	--	--	--	--	741.203	--	--
	Balcão	9.620.040	(711.940)	(586.897)	8.664.306	(684.876)	(688.043)	18.284.346	(1.396.816)	(1.274.940)
<b>Preço de Ações</b>	Bolsa	580	(14)	--	--	--	--	580	(14)	--
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
<b>Preço de Mercadorias (Commodities)</b>	Bolsa	1.621.394	(238)	(182)	--	--	--	1.621.394	(238)	(182)
	Balcão	29.080	(4.312)	(6.202)	--	--	--	29.080	(4.312)	(6.202)
<b>Posição Líquida</b>		<b>(2.051.816)</b>	<b>(4.645.257)</b>	<b>(11.710.235)</b>	<b>(3.820.231)</b>	<b>8.270.531</b>	<b>15.069.736</b>	<b>(5.872.048)</b>	<b>3.625.275</b>	<b>3.359.501</b>

### 6.2.5. Carteira de Negociação

A Carteira de Negociação é dividida em grupos e livros, sempre observando os normativos internos, aprovados pelo CSGRC, os quais estabelecem os objetivos, a composição, os limites financeiros e os limites de riscos de mercado para cada grupo ou livro.

Os principais tipos de limites utilizados para gestão de riscos de mercado são os de Valor em Risco (VaR) e teste de estresse.

No caso dos limites de VaR da Carteira de Negociação, tendo por objetivo evidenciar o nível de risco de mercado gerado pelas exposições e o respectivo impacto na exigência de capital para sua cobertura, são consideradas as métricas de VaR e de VaR Estressado.

Para mensuração do VaR da Carteira de Negociação, o Banco do Brasil adota a técnica de Simulação Histórica, com os seguintes parâmetros:

a) VaR Total: (VaR + VaR Estressado) x Multiplicador, onde:

- i. VaR: a perda potencial esperada utilizando-se série histórica de choques com 252 dias úteis, nível de confiança de 99% e *holding period* de 10 dias (cfe. Circular Bacen nº 3.568/11);
- ii. VaR Estressado: a perda potencial esperada utilizando-se série histórica de choques diários contidos em 12 meses de estresse da carteira, a partir de 02/01/2004, nível de confiança de 99% e *holding period* de 10 dias (cfe. Circular Bacen nº 3.568/11); e
- iii. Multiplicador: M, conforme previsto pela Circular Bacen nº 3.568/11.

A tabela seguinte discrimina o valor total da Carteira de Negociação por fator de risco de mercado relevante, segmentada entre posições compradas e vendidas.

**Tabela 50** - Carteira de Negociação por Fator de Risco de Mercado Relevante, Segmentado entre Posições Compradas e Vendidas

R\$ mil	2T18	1T18	4T17	3T17	2T17
<b>Fator de Risco</b>					
<b>Prefixado</b>					
comprado	2.301.948	3.667.754	3.823.053	3.329.655	3.833.379
vendido	989.021	1.725.043	2.068.469	2.076.632	2.352.279
<b>CDI/TMS/FACP</b>					
comprado	321.407	277.075	325.094	271.865	238.734
vendido	-	-	-	-	-
<b>Índice de Preço</b>					
comprado	206.910	127.008	352.450	134.192	113.808
vendido	-	-	-	-	-
<b>Moeda Estrangeira/Ouro</b>					
comprado	2.948.626	2.511.156	2.977.306	2.859.358	557.220
vendido	30.374	110.823	150.268	145.709	92.879
<b>Ações</b>					
comprado	-	-	-	-	71
vendido	-	-	-	-	-

Obs: Banco Patagonia incluído.

### 6.2.6. Carteira de Não Negociação

De forma excludente, as operações de posições próprias do Conglomerado Financeiro não classificadas na Carteira de Negociação são consideradas como componentes da Carteira de Não Negociação. Registra-se também que as posições próprias detidas pelas empresas que não fazem parte do Conglomerado Financeiro não são passíveis de classificação na Carteira de Negociação.

Em linha com as práticas de mercado e com as exigências dos órgãos reguladores, o BB define políticas de gestão de risco de mercado, incluindo o risco de taxa de juros das operações classificadas na carteira de não negociação. Estas políticas estão em linha com as diretrizes estratégicas da Instituição e com os objetivos gerais do processo de gestão e preveem:

- a) controle das exposições por meio do estabelecimento de limites;
- b) gerenciamento da carteira considerando a melhor relação risco e retorno e os cenários interno e externo;
- c) realização de operações para compensar os riscos decorrentes das variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa dos ativos e passivos;
- d) gerenciamento da exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado da Instituição;
- e) avaliação dos impactos nas exposições quando da criação ou modificação de produtos e serviços; e
- f) realização mensal de testes de estresse das exposições ao risco de taxa de

juros de carteira bancária.

A Carteira de Não Negociação é dividida em grupos e livros, observando os normativos internos, aprovados pelo CSGRC, os quais estabelecem os objetivos, a composição, os limites financeiros e os limites de riscos de mercado para cada grupo e livro.

O Banco do Brasil utiliza a métrica de *Economic Value of Equity* (EVE) para apuração do risco de taxa de juros da carteira bancária.

O EVE consiste em estimar a variação do valor econômico dos ativos, passivos e instrumentos derivativos da Instituição, confrontando-se o valor obtido mediante a aplicação de um cenário de choque na taxa de juros doméstica com o valor apurado no cenário de taxas vigente.

Entre outros aspectos, destaca-se que a métrica de apuração do EVE:

- a) inclui todas as operações sensíveis à variação nas taxas de juros e utiliza técnicas de mensuração de risco e conceitos financeiros amplamente aceitos;
- b) considera dados relativos a taxas, prazos, preços, opcionalidades e demais informações adequadamente especificadas;
- c) demanda definição de premissas adequadas para transformar posições em fluxo de caixa;
- d) mensura a sensibilidade a mudanças na estrutura temporal das taxas de juros, entre as diferentes estruturas de taxas e nas premissas;
- e) está integrado às práticas diárias de gerenciamento de risco;
- f) permite a simulação de condições extremas de mercado (testes de estresse);
- g) possibilita estimar a necessidade de capital para cobertura do risco.

Para tratamento dos produtos que não possuem vencimento definido, o Banco do Brasil adota métodos estatísticos e econométricos, referenciados na literatura, para análise de séries temporais, mais especificamente os métodos denominados Autorregressivos, Integrados e de Médias Móveis (ARIMA).

A tabela seguinte apresenta o impacto no resultado ou na avaliação do valor da Instituição em decorrência de choques nas taxas de juros, segmentado por fator de risco.

**Tabela 51** - Impacto no Resultado ou na Avaliação do Valor da Instituição em Decorrencia de Choques nas Taxas de Juros, Segmentado por Fator de Risco - Metodologia *Economic Value of Equity*.

R\$ mil	Resultado Hipotético (EVE)
Fator de Risco-Taxa de Juros	2T18
Taxa Pré-fixada de Juros	(13.590.348)
Dólar Americano	(788.593)
Euro	(12.829)
TR	5.829.833
TJLP	(81.620)
TBF	1.194
INPC	(410.830)
Outros	(715.827)

### 6.2.7. Mensuração do Risco de Mercado

O processo de mensuração do risco de mercado faz uso de sistemas corporativos e do aplicativo *Riskwatch*, o qual tem como principais objetivos:

- a) consolidar informações gerenciais para gestão do risco de mercado;

- b) simular cenários de mercado; e
- c) calcular medidas do risco de mercado.

Dentre as funções do aplicativo *Riskwatch*, destacam-se:

- a) calcular indicadores de risco de mercado, tais como Valor em Risco (VaR) e *duration*;
- b) construir relatórios de fluxos de caixa consolidados ou por produto, mercados a mercado ou nominais;
- c) apurar a sensibilidade da carteira às flutuações nas taxas de juros nacionais e internacionais;
- d) calcular o resultado teórico de carteiras após aplicação de cenários históricos e de estresse; e
- e) construir relatórios de descasamentos de prazo, taxas, indexadores e moedas.

No Banco, as posições próprias são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação. O critério para classificação das operações na Carteira de Negociação é definido pelo CSGRC.

As posições próprias detidas pelas empresas que não fazem parte do Conglomerado Prudencial não são passíveis de classificação na Carteira de Negociação.

Para o processo de gestão do risco de mercado, o Banco faz uso de estrutura de grupos e livros gerenciais, tanto para a área nacional quanto para a área internacional, com objetivos específicos e limites de exposição a riscos.

No que tange aos limites de exposição a riscos de mercado, são adotados os seguintes critérios de classificação:

Limites Globais: aplicados às Carteiras de Negociação e de Não Negociação, ao conjunto de operações sujeitas à exigência de capital e ao conjunto de operações sujeitas ao Risco de Taxas de Juros da Carteira Bancária (IRRBB) e aprovados pelo CSGRC. As principais métricas utilizadas para a gestão são Valor em Risco (VaR), estresse e volume financeiro, tanto para *trading* quanto para *banking book*, e EVE, específico para *banking book*.

Limites Específicos: aplicados aos grupos e livros gerenciais das Carteiras de Negociação e de Não Negociação ou a ambas as carteiras, aos fatores de riscos de mercado das operações sujeitas à exigência de capital e aos fatores de riscos de mercado sensíveis ao risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB) e aprovados pelo CEGRC. As principais métricas utilizadas para a gestão são VaR e estresse, tanto para *trading* quanto para *banking book*, e EVE, específico para *banking book*.

A Diris reporta diariamente aos gestores dos grupos e livros das Carteiras de Negociação e Não Negociação, o consumo dos limites específicos e operacionais. Mensalmente, reporta aos Comitês Estratégicos o consumo dos limites globais, por meio do Relatório de Gestão de Riscos de Mercado e Painel de Riscos.

Em caso de extrapolação de limites, a Diris, responsável pelo controle e acompanhamento da carteira, emite documento denominado “Ficha de Extrapolação de Limites”. Os gestores de grupos e livros devem apresentar suas justificativas para a extrapolação e especificar o prazo para sua regularização. Por sua vez, o nível hierárquico detentor da alçada para conduzir o caso deve emitir parecer sobre a manifestação do gestor. Cabe à equipe responsável pelo monitoramento do limite acompanhar as ações de enquadramento.

## **6.3. Risco de Liquidez**

### **6.3.1. Política Específica do Risco de Liquidez**

O Banco estabeleceu política específica para a gestão do risco de liquidez, a qual determina as diretrizes de atuação da Empresa no processo de gerenciamento deste risco.

A Política Específica de Risco de Liquidez dispõe sobre a gestão do risco de liquidez das operações registradas no Ativo, Passivo e em Contas de Compensação praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, levando em consideração diferentes horizontes temporais e estimando as perdas associadas a diferentes cenários, internos e externos, inclusive cenários de estresse. Considera, ainda estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada de fontes de recursos, prazos de vencimentos e moedas e plano de contingência de liquidez.

### **6.3.2. Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Liquidez**

O Banco do Brasil mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos da Instituição assumidos no Brasil e no exterior, resultado da sua ampla e diversificada base de depositantes e da qualidade dos seus ativos, da capilaridade da sua rede de dependências (no Brasil e no exterior) e de acesso ao mercado internacional de capitais. O rigoroso controle do risco de liquidez está em consonância com a Política Específica de Risco de Liquidez estabelecida para o Conglomerado Prudencial, atendendo às exigências da supervisão bancária nacional e dos demais países onde o Banco opera.

O processo de gestão de risco de liquidez envolve fluxo contínuo de informações, obedecendo às fases constantes no capítulo de processo de gestão dos riscos.

A gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil segrega a liquidez em moeda nacional (real) da liquidez em moedas estrangeiras. Para tanto, utiliza os seguintes instrumentos:

- a) Projeções de Liquidez;
- b) Teste de Estresse;
- c) Limites de Risco de Liquidez; e
- d) Plano de Contingência de Liquidez.

Os instrumentos de gestão do risco de liquidez são periodicamente monitorados e reportados aos Comitês Estratégicos da Instituição.

As Projeções de Liquidez permitem a avaliação prospectiva do efeito do descasamento entre captações e aplicações, com o objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez da Instituição, levando em consideração tanto o seu planejamento orçamentário quanto as condições de mercado.

Periodicamente, as Projeções de Liquidez são avaliadas sob cenários base e de estresse. Caso, em algum desses cenários, a projeção de liquidez situe-se abaixo do nível de liquidez adotado como limite, a extrapolação é tratada conforme a governança estabelecida, compreendendo tanto o Fórum de Liquidez quanto os comitês estratégicos de risco.

Ademais, o Banco do Brasil utiliza as seguintes métricas de limites de risco de liquidez:

- a) Reserva de Liquidez (RL);

- b) Colchão de Liquidez;
- c) Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL); e
- d) Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR).

A Reserva de Liquidez (RL) é a métrica utilizada na gestão do risco de liquidez de curto prazo, constituindo-se no nível mínimo de ativos de alta liquidez a ser mantido pelo Banco, compatível com a exposição ao risco decorrente das características das suas operações e das condições de mercado.

A figura seguinte apresenta o acompanhamento mensal da Reserva de Liquidez em Moeda Nacional do Banco.

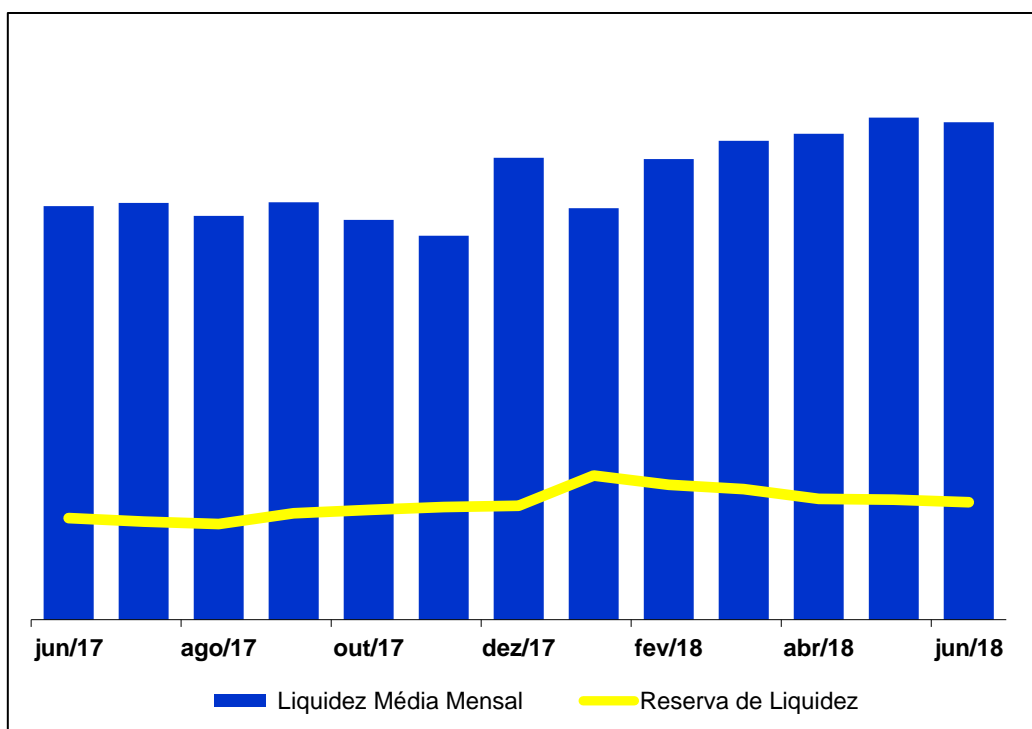


Figura 5 - Reserva de Liquidez - Moeda Nacional

A figura seguinte apresenta o acompanhamento da Reserva de Liquidez em Moeda Estrangeira do Banco.

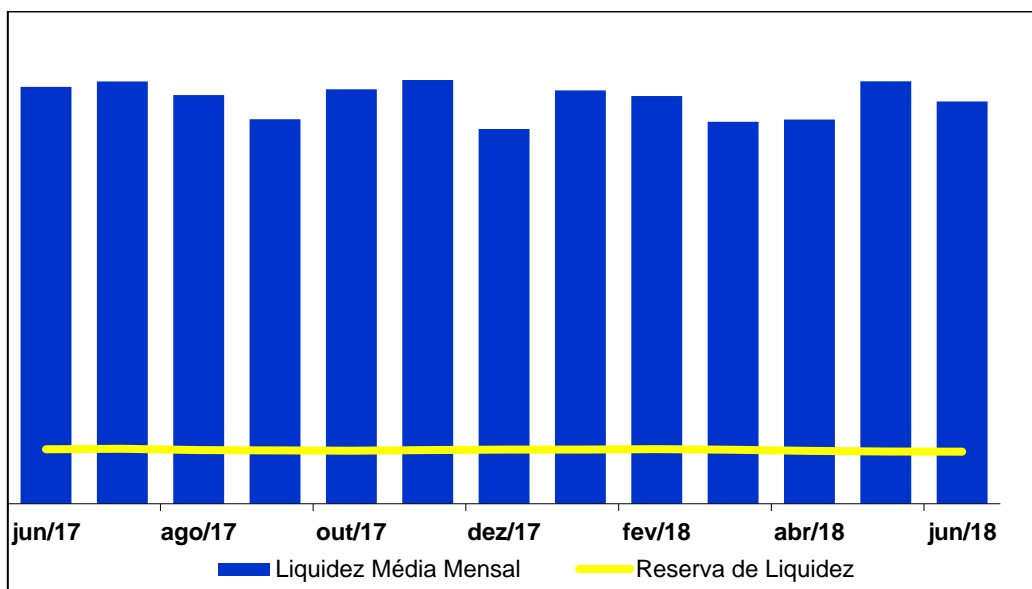


Figura 6 - Reserva de Liquidez - Moeda Estrangeira

O Colchão de Liquidez visa monitorar diariamente a liquidez observada, em complemento ao monitoramento diário das projeções de liquidez em seus diversos cenários: base e estresse, realizados com a utilização do limite da Reserva de Liquidez.

O Indicador DRL, utilizado no planejamento e na execução do orçamento anual, visa assegurar equilíbrio entre captação e aplicação de recursos da carteira comercial e garantir o financiamento da liquidez com recursos estáveis.

O limite do DRL, utilizado na orientação da execução e do planejamento do orçamento de acordo com as metas de captação e aplicação, é definido anualmente pelo CEGRC e seu monitoramento ocorre sob periodicidade mensal.

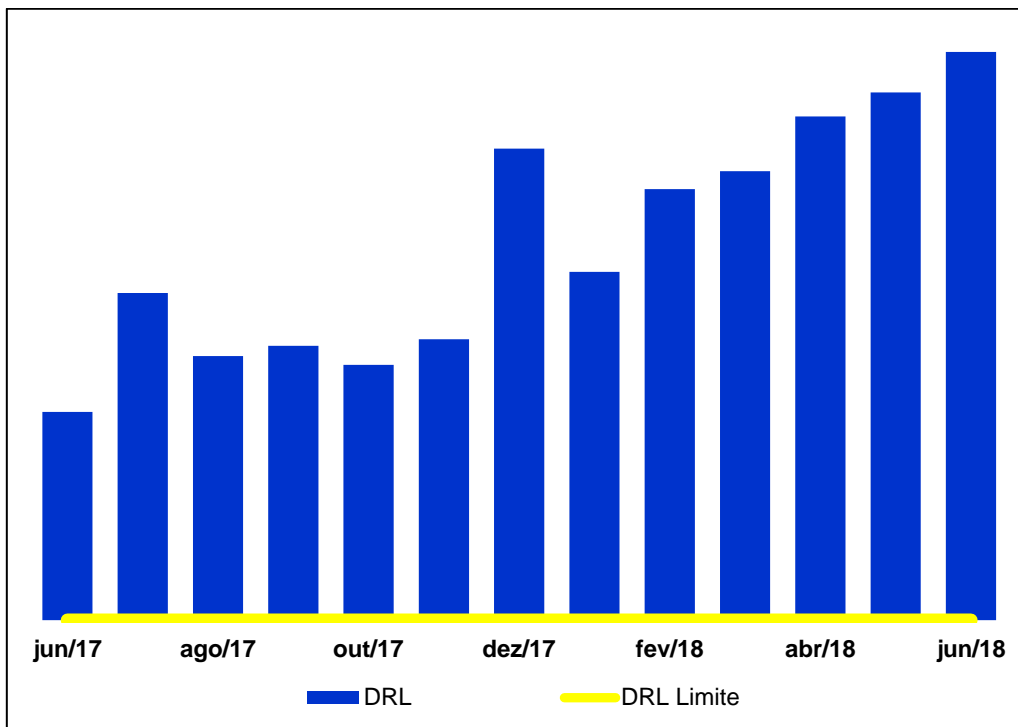


Figura 7 - Indicador DRL

O indicador LCR (*Liquidity Coverage Ratio*) corresponde à razão entre o estoque de ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) e o total das saídas líquidas de caixa prevista para um período de 30 dias. O cálculo segue modelo de cenário de estresse padronizado estabelecido pelo Banco Central. O detalhamento do indicador é apresentado na seção 6.3.3.

O Plano de Contingência de Liquidez, por sua vez, estabelece a estratégia, conjunto de procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de estresse de liquidez. Em caso de estresse de liquidez, poderão ser adotadas uma ou mais medidas de contingência no intuito de resguardar a capacidade de pagamento da Instituição. O potencial das medidas de contingência de liquidez é mensurado mensalmente.

A Reserva de Liquidez e o indicador LCR são utilizados como parâmetros para identificação de estados de risco de liquidez e acionamento do Plano de Contingência de Liquidez, sendo monitorados diariamente.

### 6.3.3. Apuração do Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)

O indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR) é exigido para instituições financeiras enquadradas no segmento S1, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.401/15.



O cálculo do LCR segue modelo de cenário de estresse padronizado estabelecido pelo Banco Central do Brasil (Bacen), por meio da Circular nº 3.749/15, alinhado às diretrizes internacionais e tem como objetivo garantir a existência de ativos de alta liquidez suficientes para suportar um cenário de estresse financeiro com duração de 30 dias.

O cenário de estresse padronizado utilizado na apuração do LCR considera choques idiossincráticos e de mercado que resultam em:

- a) perda parcial das captações:
  - i. de varejo;
  - ii. de atacado sem colateral;
- b) redução da capacidade de captar recursos de curto prazo;
- c) saídas adicionais de recursos, contratualmente previstas, devido ao rebaixamento da classificação de risco de crédito da instituição, em até três níveis, incluindo eventual requerimento adicional de colateral;
- d) aumento da volatilidade de preços, taxas ou índices que impacte a qualidade do colateral ou a exposição potencial futura de posições de derivativos, resultando na aplicação de deságios maiores ao colateral ou na chamada adicional de colateral, ou em outras demandas por liquidez;
- e) saques de valores superiores aos esperados nas linhas de crédito e liquidez concedidas; e
- f) necessidade potencial do banco ter de recomprar dívida ou honrar obrigações não contratuais visando mitigar seu risco reputacional.

Em termos funcionais, matematicamente, o LCR corresponde à razão entre o estoque de ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) e o total das saídas de caixa previstas para um período de 30 dias, conforme fórmula abaixo:

$$LCR = \frac{\text{Estoque de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)}}{\text{Saídas Líquidas de Caixa}}$$

Onde: Saídas Líquidas de Caixa = Saídas de Caixa (-) Entradas de Caixa  
Entradas de Caixa limitadas a 75% das Saídas de Caixa

O HQLA é composto por ativos que se mantêm líquidos no mercado durante períodos de estresse, que sejam fácil e imediatamente convertidos em espécie, mediante nenhuma ou pouca perda, estejam livres de impedimento, apresentando baixo risco e cujo apreçamento seja fácil e certo. Ou seja, que atendam aos requisitos mínimos estabelecidos pelo regulador (Circular 3.749 de 05/03/2015).

As Saídas Líquidas de Caixa representam a diferença entre Saídas de Caixa e Entradas de Caixa. As Saídas de Caixa são estimadas pela multiplicação dos saldos das várias categorias de obrigações e compromissos, registrados no passivo ou fora do balanço, por fatores de ponderação. As Entradas de Caixa são estimadas a partir da multiplicação, por fatores de ponderação, dos saldos das várias categorias de valores adimplentes a receber pela instituição e para os quais não espere descumprimento da contraparte nos próximos 30 dias.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de implantação do LCR no Brasil, em que a exigência mínima do indicador vai aumentando gradativamente até atingir 100% a partir de janeiro de 2019.

Tabela 52 - Cronograma de Implementação do LCR

	Out/15	Jan/16	Jan/17	Jan/18	Jan/19
<b>LCR mínimo</b>	60%	70%	80%	90%	100%

Os valores da tabela a seguir, relativos ao 2º trimestre/2018, foram obtidos a partir da média simples das 63 observações diárias apuradas e enviadas ao Bacen no período de abril a junho de 2018.

Tabela 53 - Informações sobre o Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)

	2T18		1T18	
	Valor Médio <sup>1</sup>	Valor Ponderado Médio <sup>2</sup>	Valor Médio <sup>1</sup>	Valor Ponderado Médio <sup>2</sup>
<b>Ativos de Alta Liquidez (HQLA)</b>				
<b>1 Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)</b>		<b>126.829.468</b>		<b>125.180.052</b>
<b>Saídas de Caixa</b>				
<b>2 Captações de Varejo, das quais:</b>	<b>314.777.981</b>	<b>28.154.060</b>	<b>331.313.096</b>	<b>29.753.732</b>
3 Captações estáveis	196.658.976	9.832.949	206.560.223	10.328.011
4 Captações menos estáveis	118.119.005	18.321.111	124.752.874	19.425.721
<b>5 Captações de Atacado não Colateralizadas, das quais:</b>	<b>62.503.289</b>	<b>32.711.941</b>	<b>66.902.319</b>	<b>34.149.669</b>
6 Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	-	-	-	-
7 Depósitos não-operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	50.640.953	20.849.605	55.411.656	22.659.007
8 Demais captações de atacado não colateralizadas	11.862.336	11.862.336	11.490.663	11.490.663
<b>9 Captações de Atacado Colateralizadas</b>		<b>12.453.705</b>		<b>14.286.271</b>
<b>10 Requerimentos adicionais, dos quais:</b>	<b>77.497.833</b>	<b>12.383.525</b>	<b>79.696.667</b>	<b>12.099.919</b>
11 Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral	4.147.783	4.147.783	3.841.946	3.841.946
12 Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida	2.024.113	2.024.113	1.727.564	1.727.564
13 Relacionados a linhas de crédito e de liquidez	71.325.937	6.211.629	74.127.157	6.530.409
<b>14 Outras obrigações Contratuais</b>	<b>25.247.657</b>	<b>25.247.657</b>	<b>28.745.659</b>	<b>28.745.659</b>
<b>15 Outras obrigações contingentes</b>	<b>126.610.857</b>	<b>2.307.529</b>	<b>122.053.748</b>	<b>2.201.869</b>
<b>16 Total de saídas de caixa</b>		<b>113.258.417</b>		<b>121.237.119</b>
<b>Entradas de Caixa</b>				
<b>17 Empréstimos Colateralizados</b>	<b>278.696.470</b>	<b>-</b>	<b>310.127.384</b>	<b>-</b>
<b>18 Operações concedidas em aberto, integralmente adimplentes</b>	<b>22.199.083</b>	<b>12.589.782</b>	<b>21.182.100</b>	<b>11.794.193</b>
<b>19 Outras entradas de caixa</b>	<b>59.264.949</b>	<b>48.130.884</b>	<b>64.334.150</b>	<b>50.419.554</b>
<b>20 Total de entradas de caixa</b>	<b>360.160.502</b>	<b>60.720.665</b>	<b>395.643.634</b>	<b>62.213.747</b>
		<b>Valor Total Ajustado<sup>3</sup></b>		<b>Valor Total Ajustado<sup>3</sup></b>
<b>21 Total de HQLA</b>		<b>126.829.468</b>		<b>125.180.052</b>
<b>22 Total de saídas de líquidas de caixa</b>		<b>52.537.751</b>		<b>59.023.372</b>
<b>23 LCR (%)</b>		<b>241,4%</b>		<b>212,1%</b>

(1) Corresponde ao saldo total referente ao item de entradas ou saídas de caixa.

(2) Corresponde ao valor após aplicação dos fatores de ponderação.

(3) Corresponde ao valor calculado após aplicação dos fatores de ponderação e dos limites (Nível 2 e 2B e outras entradas de caixa).

Na média do 2º trimestre de 2018 o LCR do Banco do Brasil ficou em 241,4%, ante os 212,1% apurados no trimestre anterior. A variação no período deve-se principalmente à queda nas saídas de caixa relativas a obrigações contratuais e captações de atacado colateralizadas.

Os Ativos de Alta Liquidez (HQLA), que são representados, na sua maioria, por títulos públicos federais brasileiros, além dos valores considerados como retorno de reservas compulsórias recolhidas no Banco Central do Brasil e dinheiro em espécie, atingiram R\$ 126,8 bilhões na média do 2º trimestre/2018. No 1º trimestre de 2018 havia sido apurado o montante de R\$ 125,2 bilhões.

As Saídas de Caixa, considerando o cenário de estresse regulatório, atingiram o montante médio de R\$ 113,4 bilhões no 2T18, onde destacamos (aproximadamente 76%):

- captações de varejo e de atacado não colateralizadas, conforme itens 2 e 5 da tabela; e
- pagamentos de cartões de crédito a lojistas, conforme item 14 da tabela.

No trimestre anterior as Saídas de Caixa haviam totalizado o montante de R\$ 121,2 bilhões.

As Entradas de Caixa registraram R\$ 60,7 bilhões na média do 2T18. Destaca-se o valor de R\$ 12,6 bilhões referente ao fluxo de entradas das operações de crédito, que representam 20% do total das Entradas de Caixa (conforme item 18). No trimestre anterior as Entradas de Caixa atingiram R\$ 62,2 bilhões.

Assim, pode-se observar que o Banco do Brasil possui ativos líquidos suficientes para suportar o cenário de estresse de liquidez padronizado proposto pelo regulador.

A apuração do indicador LCR do BB não apresenta a completude das instituições do Conglomerado Prudencial (o cálculo atual considera mais de 99% desta visão em termos de ativos totais). Está em curso plano de ação visando o ajuste necessário.

#### **6.3.4. Sistemas de Mensuração do Risco de Liquidez**

O processo de mensuração do risco de liquidez faz uso de sistemas corporativos, do aplicativo *Riskwatch* e da ferramenta SAS, que tem como principais objetivos:

- a) consolidar informações gerenciais, apurando e fornecendo informações para gestão do risco de liquidez; e
- b) fornecer medidas do risco de liquidez (produtos/fluxos de caixa por moeda e indexador).

As funções em destaque do aplicativo *Riskwatch* são as mesmas citadas para o risco de mercado.

A ferramenta SAS é responsável pela apuração atual do indicador de liquidez de curto prazo (LCR). Para tal, combina extrações oriundas dos sistemas de grande porte, por meio do sistema Gestão do Risco de Liquidez (GRL), com tabelas corporativas, para cálculo do indicador.

O sistema GRL é a solução corporativa de grande porte em desenvolvimento que engloba todas as etapas de apuração e reporte do indicador LCR, desde a extração de dados, classificações e parametrizações necessárias até a geração da *template* para envio das informações ao Banco Central.

A mensuração e o reporte dos instrumentos de gestão adotados no processo de gestão de risco de liquidez são realizadas conforme os modelos e metodologias aprovados pelos comitês estratégicos de risco.

A Diris apura, diariamente, junto aos gestores de liquidez (Brasil e exterior), o consumo dos limites estabelecidos. Na ocorrência de extrapolações, as mesmas são tratadas conforme a governança estabelecida, compreendendo tanto o Fórum de Liquidez quanto os comitês estratégicos de risco.

A comunicação da gestão do risco de liquidez para a Alta Administração ocorre nas reuniões ordinárias dos comitês estratégicos de riscos, a exemplo do Painel de Riscos.

No que tange à avaliação da necessidade de capital, não é prática a alocação de capital para cobertura do risco de liquidez. Os efeitos do risco de liquidez dão-se na disponibilidade de caixa, mesmo que a Instituição tenha estrutura de capital robusta.

#### **6.4. Risco Operacional**

O Banco do Brasil realiza a gestão do risco operacional segregando as funções de gestão de riscos e de negócios e adotando boas práticas em gestão de riscos, respeitadas as normas e diretrizes de supervisão e de regulação bancária.

Possui estrutura de gerenciamento do risco operacional e políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, e compatíveis com o seu modelo de negócio e a complexidade dos seus processos, produtos e serviços.

Alinhado a estratégia para redução de perdas operacionais e de forma a manter o nível de exposição ao risco operacional adequado ao apetite e tolerância estabelecido é definido anualmente um Limite Global, que é segmentado em Limites Específicos, distribuídos pelas categorias de risco operacional e pelos gestores responsáveis pela gestão desses riscos.

A governança do risco operacional envolve o Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento, Comitê Superior de Gestão de Riscos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CSGRC) e o Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos (CEGRC).

#### **6.4.1. Política Específica do Risco Operacional**

O Banco adota Política Específica de Risco Operacional que contém orientações às diversas áreas visando garantir a efetividade do modelo de gestão do risco operacional. Espera-se que as empresas Controladas, Coligadas e Participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

Dispõe ainda, de outras políticas que compõem a relação de políticas associadas ao gerenciamento do risco operacional:

- a) Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo e à Corrupção;
- b) Gestão da Continuidade de Negócios;
- c) Relacionamento do Banco com Fornecedores;
- d) Risco Legal; e
- e) Segurança da Informação.

#### **6.4.2. Processos de Gestão do Risco Operacional**

Os papéis e responsabilidades para o gerenciamento do risco operacional são definidos de acordo com o Modelo Referencial de Linhas de Defesa que envolvem toda a Organização em seus diversos níveis.

A 1ª Linha é composta pela cadeia produtiva da organização, sendo responsável por identificar os riscos dos seus processos, produtos e serviços, estabelecer os controles para mitigá-los e monitorar sua efetividade e desempenho.

A 2ª Linha de Defesa está organizada para: assessorar os gestores de 1ª Linha na identificação e mitigação de riscos; avaliar os riscos identificados, através da quantificação da exposição ao risco operacional com o objetivo de considerar o impacto nos negócios do Banco; mensurar e controlar a exposição do Banco; monitorar a adequação e a eficácia da gestão do risco operacional; e reportar seus resultados.

A 3ª Linha de Defesa é a Auditoria Interna, responsável pela avaliação independente da governança, do gerenciamento de riscos e controles internos.

A identificação dos riscos conta com dicionário corporativo de risco operacional que possui inventário dos riscos operacionais aos quais o Banco pode estar exposto, de

forma a padronizar a taxonomia dentro da organização. Os riscos são identificados pelos gestores, na primeira linha de defesa, e avaliados pela área de controles internos (segunda linha de defesa), onde são classificados quanto ao seu impacto e vulnerabilidade. Para os riscos de maior criticidade são propostos planos de ação visando sua mitigação. São realizadas periodicamente reavaliações desses riscos visando avaliar a efetividade das ações implementadas.

O Painel de Risco Operacional é o instrumento utilizado para realizar a gestão de perdas operacionais e acompanhar o enquadramento ao Limite Global e Limites Específicos estabelecidos, sendo reportado mensalmente ao CEGRC e CSGRC, e trimestralmente levado ao conhecimento do CA. O painel apresenta posição mensal e anual, com o respectivo detalhamento dos Limites, acompanhamento do histórico de perdas operacionais e principais ocorrências por categoria.

Ressalta-se que no mês de março de 2018, foram implementados novos modelos estatísticos utilizados para cálculo das Provisões para Demandas Contingentes – PDC. Tal implementação gerou movimentos de reforço de provisão na categoria Práticas Inadequadas relativas aos Negócios, Produtos e Clientes e reversão na categoria Práticas Trabalhistas e Condições do Ambiente de Trabalho, o que fica evidenciado na mudança de padrão de distribuição das perdas nas categorias de eventos de risco conforme tabela abaixo.

**Tabela 54** - Acompanhamento das Perdas Operacionais por Categoria de Eventos de Perda

	2T18	1T18	4T17	3T17	2T17
Práticas Inadequadas relativas aos Negócios, Produtos e Serviços	59,21%	77,34%	52,38%	48,90%	19,94%
Práticas Trabalhistas e Condições do Ambiente de Trabalho	23,84%	9,26%	31,57%	37,96%	56,15%
Fraudes e Roubo Externos	14,58%	9,23%	12,31%	11,06%	21,11%
Falhas na Execução e Gerenciamento de Processos	1,71%	3,56%	2,64%	-0,77%	1,23%
Danos a Ativos Físicos e Lesões a Pessoas	0,40%	0,45%	0,63%	2,52%	0,19%
Fraudes e Roubo Internos	0,25%	0,14%	0,47%	0,32%	1,37%
Falhas de Sistemas e Tecnologia	0,01%	0,01%	0,00%	0,01%	0,00%
Interrupção das Atividades	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

## 6.5. Risco Socioambiental

### 6.5.1. Política Específica de Responsabilidade Socioambiental

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN nº 4.327, de 25.04.2014, e do Normativo SARB (Sistema de Autorregulação Bancária) nº 14, de 28.08.2014, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o Banco do Brasil instituiu sua Política Específica de Responsabilidade Socioambiental (PRSA).

A PRSA orienta o comportamento do Banco que, por sua vez, pautado pelos princípios da relevância, proporcionalidade e eficiência, se compromete a envidar esforços para colaborar com as empresas controladas, coligadas e simples participações, a fim de que definam seus direcionamentos a partir destas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

As Políticas Específicas de Crédito e de Relacionamento do Banco com Fornecedores também possuem orientações de natureza socioambiental.

### 6.5.2. Estratégias para o Gerenciamento do Risco Socioambiental

A forma de atuação do Banco é pautada nas políticas e processos aprovados pela Alta Administração e a estrutura de gerenciamento segrega o processo de gestão dos riscos dos demais processos corporativos.

O Banco adota estrutura de governança e gestão do risco socioambiental compatíveis com o seu porte, natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços e as relações estabelecidas com os diversos públicos de interesse.

A estrutura de gerenciamento do risco socioambiental tem por objetivo identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental.

Neste sentido, o Comitê de Riscos e Capital (Coris) assessora o Conselho de Administração nos assuntos relativos ao Risco Socioambiental. Por sua vez, na esfera do Conselho Diretor, esse risco é tratado no Comitê Superior de Gestão de Riscos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CSGRC) e pelo Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos (CEGRC).

Entre os procedimentos para o gerenciamento do risco socioambiental podemos destacar:

- Análise de novos produtos, serviços e canais de autoatendimento;
- Atualização de normas internas com base na legislação vigente;
- Verificação da conformidade ambiental em projetos e financiamentos;
- Vedação do crédito para clientes constantes da lista do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); e
- Levantamento de Indícios de Contaminação (LIC).

O Banco possui sistema de registro de perdas do risco operacional, com ocorrências geradas e identificadas por fatores socioambientais. Efetua ainda, em seu sistema corporativo, registro no cadastro do cliente de anotação relativa a trabalho escravo, o que suspende o limite de crédito e impede análise de novas operações.

A área responsável pelo risco socioambiental possui rotina que objetiva solucionar dúvidas e questionamentos da rede de agências e de apoio aos negócios, oriundos de legislação e normas internas sobre este risco.

O Banco emprega ferramenta corporativa de controle e avaliação prévia de riscos, utilizada para avaliar o risco socioambiental, na criação e na revitalização de produtos, serviços e canais de autoatendimento.

Com objetivo de adequar o gerenciamento do risco socioambiental às mudanças legais, regulamentares e de mercado, o Banco realiza procedimento que identifica, acompanha e compara a legislação ambiental. Tal rotina inclui o assessoramento da área jurídica e embasa alteração nos normativos internos.

Para avaliar o risco socioambiental nas atividades com maior potencial de causar danos, o Banco aplica os critérios dos Princípios do Equador, pacto voluntário do qual é signatário desde 2005.

O Banco conta também com processos que contribuem para a implementação de ações de responsabilidade socioambiental pautados pelo(a)(s): Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade (DJSI), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) das empresas listadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), Agenda 30 e Fórum de Sustentabilidade.

## 6.6. Outros Riscos

No modelo de gestão dos riscos de estratégia, de reputação, de EFPPS e legal as diretorias intervenientes fornecem as informações necessárias à gestão, para que a área de risco possa identificar exposições e assessorar o processo de tomada de decisão em situação de risco.

A forma de atuação do Banco é pautada nas políticas e processos aprovados pela Alta Administração. O reporte e controle desses riscos é realizado periodicamente e os resultados são comunicados às instâncias competentes.

### **6.6.1. Risco de Estratégia**

O Banco define o risco de estratégia como a possibilidade de perdas decorrentes de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão estratégica.

A estrutura de gerenciamento do risco de estratégia segrega o processo de gestão do risco dos processos corporativos de gestão da Estratégia no Banco do Brasil, evidenciando a responsabilidade das áreas envolvidas e visando garantir o retorno sustentável aos acionistas.

A política de gerenciamento do risco de estratégia orienta o instrumental aplicado à sua gestão, define o escopo e especifica a necessidade de estabelecimento de ferramentas de governança.

O BB monitora, periodicamente, indicadores, que refletem o nível de risco de estratégia incorrido pela Instituição. O monitoramento desses indicadores é efetuado por meio de limites de pré-estabelecidos, com reporte à alta administração, visando garantir a permanência do risco dentro do nível aceitável.

Como forma de promover o gerenciamento proativo para a tomada de decisão, também são acompanhados os movimentos estratégicos do Banco, cuja classificação de risco é atribuída de forma faseada em três momentos, previamente à aprovação, na fase de desenvolvimento/ implementação, e na fase após implementado.

O acompanhamento da performance e dos riscos estratégicos desses movimentos, associado à análise de cenários, qualifica a tomada de decisão e viabiliza a correção de rumos, quando necessário.

Além dos cenários macroeconômicos e da indústria financeira, também são considerados cenários idiossincráticos, com o objetivo de melhor avaliar ameaças e oportunidades de mercado, forças e fraquezas internas, para mitigar riscos em decisões estratégicas. Adicionalmente, também são definidos cenários de alta severidade, utilizados semestralmente, para fins de testes de estresse de risco de estratégia.

### **6.6.2. Risco de Reputação**

O Banco define o risco de reputação como a possibilidade de perdas decorrentes da percepção negativa sobre a Instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, órgãos governamentais, comunidade ou supervisores que podem afetar adversamente a sustentabilidade do negócio. Esse conceito é subdividido nas categorias “negócios e relacionamentos” e “controles e conformidade”.

A estrutura de gerenciamento do risco de reputação segrega o processo de gestão do risco dos processos corporativos de gestão da marca, evidenciando a responsabilidade das áreas envolvidas e visando garantir o retorno sustentável aos acionistas.

A política de gerenciamento do risco de reputação orienta o instrumental aplicado à sua gestão, define o escopo e especifica a necessidade de estabelecimento de ferramentas de governança.

O BB monitora, periodicamente, indicadores que refletem o nível de risco de reputação incorrido pela Instituição. O controle desses indicadores é efetuado por meio de limites de tolerância pré-estabelecidos, de forma a garantir que o risco permaneça dentro do nível aceitável. O objetivo desse processo é promover o gerenciamento proativo na tomada de decisão.

Na categoria “negócios e relacionamentos” são monitorados indicadores sobre a qualidade das menções veiculadas na imprensa, nas redes sociais, em aplicativos mobile, em canais de exposição de reclamações dos consumidores pela internet, pela pesquisas da experiência do cliente, bem como indicadores sobre eventuais retiradas de depósitos, quantidade de reclamações sobre assédio moral e atos ilícitos cometidos por funcionários, probabilidade de agravamento do risco de solvência do Banco, relação do risco do Banco percebido pelos investidores e sobre a percepção dos analistas do mercado.

Na categoria “controles e conformidade” são monitorados indicadores relacionados à percepção dos reguladores, às ocorrências registradas na ouvidoria externa, à qualidade do processo de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, às denúncias de corrupção, e ao atendimento do SAC (Serviço de Atendimento ao Cliente).

Além do monitoramento de indicadores, o Banco executa testes de estresse de risco de reputação para avaliar o impacto de cenários adversos ou severos, com periodicidade mensal.

### **6.6.3. Risco de EFPPS**

O Risco de EFPPS, é definido pela possibilidade de impacto negativo decorrente do descasamento entre passivos atuariais e ativos das entidades fechadas de previdência complementar e de operadoras de planos privados de saúde a funcionários.

O gerenciamento do risco é realizado com base em três dimensões: patrocinador, planos de previdência e planos de saúde. Para garantir a identificação e monitoramento dos aspectos que mais contribuem para o agravamento do risco, ativo e passivo são avaliados de forma segregada e recebem choques, de cenários de normalidade e estresse.

No processo de gestão, são utilizados indicadores, para os quais são estabelecidas “faixas críticas”, cujo acompanhamento é reportado periodicamente à alta administração.

Ressalte-se que a estrutura de gerenciamento do risco de EFPPS segrega o processo de gestão do risco dos processos corporativos do Banco do Brasil, estabelecendo a responsabilidade das áreas envolvidas, contando com o envolvimento dos Órgãos da Administração e dos Comitês Estratégicos.

### **6.6.4. Risco Legal**

A definição do risco operacional inclui o risco legal. Desta forma, os processos previstos para a gestão do risco operacional, detalhados no item 6.4, contemplam a exposição ao risco legal.



## **6.6.5. Risco de Modelo**

### **6.6.5.1. Política Específica do Risco de Modelo**

Esta Política orienta o Banco na gestão do risco de modelo, observando a possibilidade de perdas decorrentes do desenvolvimento ou uso inadequados de modelos, em função da imprecisão ou insuficiência de dados ou à formulação incorreta na sua construção, que pode afetar adversamente a sustentabilidade do negócio. Além disso, contribui para a disseminação da cultura de gestão de risco.

### **6.6.5.2. Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Modelo**

A estrutura de gerenciamento do risco de modelo tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco, considerando a natureza das operações, complexidade dos produtos e processos e a dimensão da exposição a risco de modelo do Banco, com reportes à Alta Administração.

Diante do exposto, o Banco implementou estrutura específica para as atividades de avaliação e monitoramento de modelos, a qual é segregada das atividades de desenvolvimento, de validação independente e de Auditoria Interna, preservando a independência das linhas de defesa.

## **6.6.6. Risco de Contágio**

### **6.6.6.1. Política Específica de Risco de Contágio**

A Política Específica do Risco de Contágio estabelece as diretrizes para efetuar o tratamento da possibilidade de impacto negativo no capital, na liquidez ou na reputação do Conglomerado Prudencial, decorrente de eventos adversos nas ELBB relevantes que não fazem parte do Conglomerado Prudencial, orientando o comportamento do Banco na gestão do risco.

Essa política atua em conjunto com a Política Específica de Investimento em Participações Societárias, a qual tem a finalidade de orientar o comportamento do Banco em relação aos negócios que envolvam investimentos em participações societárias diretas e indiretas, no país e no exterior, observando-se aspectos de governança, estratégia corporativa e negociais.

### **6.6.6.2. Estratégias para Gerenciamento do Risco de Contágio**

O Banco do Brasil possui estabelecido processo para supervisionar a estrutura de gestão de riscos de suas ELBB, garantindo a efetividade e a integridade do modelo empresarial ao instituir mecanismos de governança corporativa capazes de promover o alinhamento das diretrizes e atuação das entidades ligadas com as do conglomerado.

O modelo de gestão do Risco de Contágio tem por objetivo identificar e acompanhar os riscos associados às ELBB, por meio da supervisão da governança de riscos instituída nas entidades, com a emissão de orientações para aprimoramento de sua estrutura de gerenciamento de riscos em relação às deficiências constatadas.

Além do processo de supervisão, a gestão do Risco de Contágio conta também com acompanhamento de notícias das ELBB e emissão de pareceres em relação a aportes de capital, aquisições, alienações, participações em sociedade ou em grupo de

sociedade, transformações, fusões, cisões e incorporações ou dissoluções de empresas não consolidadas no Conglomerado Prudencial, assegurando a mitigação do Risco de Contágio.

### **6.6.7. Risco de Conformidade (*Compliance*)**

#### **6.6.7.1. Política Específica de Controles Internos e Conformidade**

As diretrizes para a gestão do risco de conformidade foram materializadas na Política Específica de Controles Internos e Conformidade (*Compliance*) do Banco do Brasil, a qual é revisada anualmente e aprovada no Conselho de Administração (CA).

#### **6.6.7.2. Modelo de Gestão do Risco de Conformidade**

O escopo de atuação da gestão do risco de conformidade está relacionado a aderência dos processos corporativos às leis e regulamentos externos e aos princípios corporativos de governança.

#### **6.6.7.3. Programa de *Compliance***

Adicionalmente, o Banco aprovou, no final de 2017, o Programa de *Compliance*, que visa à gestão do risco de conformidade, com foco no atingimento do estado de conformidade, sustentabilidade e segurança nos negócios, processos, produtos e serviços, possibilitando ainda melhoria na prevenção de atos ilícitos, desvios de conduta e danos à reputação, contribuindo para a redução de perdas financeiras. Fundamenta-se nos pilares Prevenção, Detecção e Correção, com os seguintes orientadores:

- a) apoio da Alta Administração – tom do topo;
- b) avaliação de riscos;
- c) Código de Ética, Normas de Conduta e Política de *Compliance*;
- d) treinamento e comunicação;
- e) monitoramento regulatório;
- f) due diligence;
- g) controles internos;
- h) canais de denúncias; e
- i) investigações internas e gestão das consequências.

No contexto de *compliance*, o Banco possui um Programa de Integridade que prevê um conjunto de mecanismos, procedimentos internos e incentivos à denúncia de irregularidades, com foco em medidas anticorrupção e prevenção de atos ilícitos.

## 7. Programa de Testes de Estresse

O Comitê de Basileia para Supervisão Bancária (CBSB)<sup>5</sup> define o Teste de Estresse como a avaliação da posição financeira do banco sob condições adversas ou severas, porém plausíveis de ocorrer.

A Resolução CMN 4.557/17, de 23.02.2017, estabelece que o Programa de Testes de Estresse compreende conjunto coordenado de processos e rotinas, dotado de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição.

Neste contexto, o modelo de teste de estresse adotado pelo Banco do Brasil tem por objetivo testar a resiliência diante da possibilidade de ocorrência de eventos adversos ou extremos, podendo ser macroeconômicos ou idiossincráticos.

Para tanto, o BB realiza exercícios de teste de estresse considerando:

- a) Teste de Estresse por Categoria de Risco: testes de estresse utilizados na gestão de cada risco, considerando suas especificidades; e
- b) Teste de Estresse Integrado (TEI): teste de estresse baseado em cenário único de condições macroeconômicas adversas ou severas ou em cenário idiossincrático, conforme o caso, aplicável de forma integrada às variáveis de risco, às variáveis de negócios e seus impactos nos resultados, no Patrimônio Líquido (PL) e nos indicadores de capital da Instituição.

Para que o exercício cumpra seu objetivo, são utilizadas premissas que produzam situações extremas, embora plausíveis, capazes de gerar resultados em que os requisitos de solvência sejam extrapolados.

Ressalte-se que, para a realização do TEI, o Banco utiliza cenários de estresse corporativos, aprovados pela Alta Administração.

O uso do teste de estresse como ferramenta de gestão visa prover a avaliação prospectiva dos riscos, com o objetivo de avaliar a aderência ao grau de apetite a riscos do Banco, subsidiar o desenvolvimento de planos de contingência e de processos de mitigação de riscos e dar suporte aos processos de planejamento de capital e de liquidez.

---

<sup>5</sup> *Principles for sound Stress Testing practices and supervision (mai/09).*